

Leilah Landim
Tatiana Dahmer Pereira

Pensar com os outros - 50 anos de FASE:
Trajetórias de uma organização da sociedade civil brasileira



FASE

50
ANOS



Pensar com os outros - 50 anos de FASE:
Trajetórias de uma organização da sociedade civil brasileira



FASE

DIRETORIA

Diretora Executiva Nacional - Leticia Rangel Tura

Diretor Executivo Adjunto - Evanildo Barbosa da Silva

CONSELHO DELIBERATIVO

Titulares

Leilah Landim Assumpção - Presidente

Paulo Pena Schutz - Vice-Presidente

Décio Lima de Castro - 1º Secretário

Leila Linhares Barsted - 2ª Secretária

Márcia da Silva Pereira Leite - 3ª Secretária

Suplentes

Neide Esterici

Regina Leite Garcia

Renato Sérgio Maluf

Tatiana Dahmer Pereira

CONSELHO FISCAL

Adhemar dos Santos Mineiro

Carlos Bernardo Vainer

Jorge Vicente Muñoz

Ricardo da Gouvêa Corrêa

Leilah Landim
Tatiana Dahmer Pereira

Pensar com os outros - 50 anos de FASE:
Trajetórias de uma organização da sociedade civil brasileira



1ª edição

2011
Rio de Janeiro

©2011 by FASE Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
Direitos de edição reservados

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
Rua das Palmeiras, 90 Botafogo. Tel. (021) 2536 7350

Preparação de originais

Jorge Eduardo S. Durão

Revisão

Luísa Calmon

Capa/ Projeto Gráfico / Diagramação

Maurílio casa da - comunicação

APOIO

EED

FICHA CATALOGRÁFICA

--



Sumário

Apresentação <i>Jorge Eduardo S. Durão</i>	5
Nota Introdutória <i>Leilah Landim e Tatiana Dahmer Pereira</i>	10
Primeira parte:	
Capítulo 1 A CONSTRUÇÃO DA FASE, DÉCADAS DE 60 E 70: OS PRIMEIROS 15 ANOS <i>Leilah Landim</i>	12
Capítulo 2 TRANSFORMAÇÕES: A VIRADA DA DÉCADA E OS ANOS 80 <i>Leilah Landim</i>	50
Segunda parte:	
Capítulo 3 O CAMINHO ÚNICO? OFENSIVA NEOLIBERAL, RESISTÊNCIA E LUTA POR DIREITOS NOS ANOS DE 1990 <i>Tatiana Dahmer Pereira</i>	85
Capítulo 4 O BREVE SÉCULO XXI E A FASE <i>Tatiana Dahmer Pereira</i>	120

Apresentação

Ao ser desafiado por Leilah Landim e Tatiana Dahmer a apresentar este livro, que recupera a memória dos 50 anos de existência da FASE, refleti sobre a limitação decorrente de não ter eu o necessário distanciamento de uma história de que tenho participado nos últimos 37 anos sempre com a inabalável convicção de fazer parte de uma trajetória institucional cujo significado, social e político, conservou a sua legitimidade ao longo de todos esses anos. Contudo, como o pedido das autoras me pareceu irrecusável – sobretudo frente à constatação do quanto elas souberam aliar à sua reconhecida qualificação intelectual um compromisso político e afetivo com o objeto pesquisado – o que me restava fazer para controlar a minha inquestionável parcialidade era me inspirar na epígrafe do quarto capítulo. Citando Brecht, Tatiana Dahmer nos adverte para a necessidade de desnaturalização de tudo o que é habitual, no contexto do mundo contemporâneo “de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada”.

Partindo dessa recomendação, a primeira coisa que não deve ser tomada como algo natural é o próprio fato da permanência da FASE como uma organização com uma história contínua, e que chega aos 50 anos numa situação de inequívoca solidez institucional. A trajetória da FASE – resgatada pelas autoras num texto fluente e de leitura agradável – foi marcada por várias metamorfoses e mudanças mais ou menos radicais dos paradigmas para a sua atuação. Se somarmos a isso o reconhecimento de que na maior parte da sua vida a FASE se afiliou claramente a uma perspectiva de radicalização da democracia, em sintonia com os interesses das classes populares, e a uma posição crítica frente ao desenvolvimento, ou seja, que a organização atuou na maior parte da sua história numa perspectiva abertamente contra hegemônica, torna-se imprescindível explicar como uma organização com tais características atravessou incólume tantas conjunturas adversas conseguindo assegurar as bases materiais da sua reprodução institucional e se consolidar.

Nos dois primeiros capítulos, Leilah Landim descreve a construção da FASE e analisa as transformações por que passou a entidade ao término dos seus primeiros 15 anos e na entrada da década de 80. Talvez nesse primeiro avatar vivido pela FASE, tenha residido a mais profunda ruptura da história da organização. No entanto, em pelo menos um aspecto, é preciso relativizar a radicalidade dessa ruptura.

Refiro-me aqui a uma dimensão do *ethos* institucional da FASE que já estava relativamente consolidada no final do período em que o seu fundador esteve à frente da instituição. Trata-se de um investimento contínuo no desenvolvimento organizacional, visando a uma maior eficácia e eficiência da sua intervenção social. Característica permanente da entidade, inerente ao pragmatismo anglo-saxão que marcou a FASE na sua origem, mas tributário também dos vínculos que nos seus primeiros anos a organização manteve com a Igreja Católica.

Assim, a FASE tem um processo de desenvolvimento institucional que, como é da natureza de tais processos, não poderia deixar de ser determinado pelos fatores relacionados à sua sustentabilidade política. Reforçado, entretanto, por uma dinâmica de desenvolvimento organizacional que a manteve frequentemente à frente da maioria das organizações congêneres, no tocante ao grau de formalização e legalização das suas práticas institucionais, bem como no que concerne às práticas administrativas e de gestão institucional.

No segundo capítulo, quando aponta as mudanças das fontes de obtenção de recursos da FASE, a autora descreve as bases políticas das novas relações de cooperação internacional, estabelecidas no início dos anos 80. Propiciando o realinhamento político da entidade sem que essa reviravolta implicasse na sua falência financeira e consequente colapso institucional. Chamo a atenção apenas para o fato de que as alianças internacionais então estabelecidas, cujas circunstâncias políticas são perfeitamente analisadas pela autora, foram facilitadas pelo estágio de desenvolvimento organizacional que a FASE já havia atingido na primeira metade dos anos 80.

Essas considerações não são ditadas pelo mero cuidado com a fidelidade histórica, ou por um preciosismo do autor desta apresentação. Traduzem antes uma preocupação atual com a situação crítica das organizações não governamentais do campo político a que pertence a FASE, que se defrontam – como é de domínio público – com desafios sem precedentes do ponto de vista da sua sustentabilidade institucional. Continuando ainda a examinar o caso da FASE, a combinação paradoxal da sua solidez institucional com uma “irritante” fidelidade aos princípios e valores que conformam a sua identidade, não só não impediu, como talvez seja a explicação principal da ampla base de respaldo político e sustentação financeira que, apesar das crescentes dificuldades enfrentadas neste início de século, tem favorecido a trajetória da FASE. Entretanto, é preciso não perder de vista que esse concurso virtuoso de circunstâncias não tinha nenhum caráter de inevitabilidade

histórica. Não se pode excluir a hipótese de que um conjunto de organizações da sociedade civil, com um papel relevante na democratização da democracia, e na construção de alternativas sustentáveis ao perverso modelo hegemônico de “desenvolvimento”, venha a desaparecer antes de terem encerrado o ciclo da sua missão institucional.

No quarto capítulo, relativo à primeira década do século XXI, Tatiana Dahmer se detém na análise dos esforços da FASE “para aprimorar a sua capacidade organizacional, especialmente no que se refere a viabilizar as atividades a partir da crescente incorporação de ferramentas de gestão de recursos, assim como na formulação de projetos para acesso a financiamentos”. Ao longo dos quatro capítulos, as autoras nos dão bastantes elementos não apenas para compararmos os problemas de sustentabilidade política e financeira das ONGs do tipo da FASE em diferentes períodos da sua história contrastando os anos de ouro da cooperação internacional com o atual período de crise e esgotamento de um padrão de sustentação das ONGs. Mas também para fazermos uma releitura do significado dos processos ditos de desenvolvimento institucional.

Acredito que a história contada neste livro ajudará os leitores a refletirem sobre a questão crucial que pode ser colocada com alguma crueza nos seguintes termos: até quando é possível esticar a corda e acirrar a contradição entre as exigências práticas cada vez maiores, e qualitativamente superiores, da intervenção social e política de uma organização do tipo da FASE e a crescente deterioração das suas condições de reprodução institucional? Isso com um crescente grau de irracionalidade no cotidiano das suas práticas –, relacionada não apenas às mudanças da cooperação internacional¹, mas, sobretudo, à inexistência de fontes nacionais de financiamento adequadas às necessidades dessas organizações da sociedade civil. Em particular, pela natureza esdrúxula do marco regulatório dessas organizações no Brasil.

Estamos falando aqui de questões essencialmente políticas que não podem ser compreendidas se não levamos em conta o contexto permanentemente adverso referido nos dois últimos capítulos do livro (anos 90 e primeira década do século XXI). Desde meados dos anos 90, tendo como pano de fundo a combinação do estado global de exceção com as peculiaridades do estado de exceção brasileiro, encadearam-se fatores políticos adversos às ONGs. Entre os quais podemos destacar: a convergência perversa entre o discurso neoliberal de apoio ao terceiro setor e o discurso de valorização da cidadania e da participação do bloco político que se contrapunha ao neoliberalismo (resultando às vezes numa verdadeira geleia geral); o reconhecimento das ONGs como suas antagonistas por importantes forças políticas – tendo à frente os partidários mais

¹ Refiro-me a mudanças qualitativas, não apenas à redução do volume de recursos da cooperação ou à sua reorientação política. A cultura de projetos e multiplicação de relatórios financeiros e auditorias exigem esforços crescentes de organizações pressionadas a enxugarem o seu quadro de pessoal da administração financeira.

radicais do capitalismo selvagem, autodenominados desenvolvimentistas –, e do agronegócio, mobilizando, por conseguinte, suas bancadas no Congresso Nacional, visando à criminalização das ONGs; a instauração de duas CPIs das ONGs nos anos 2000 que, apesar de terem tido resultados pífios, bloquearam a possibilidade de iniciativas governamentais de apoio às ONGs, em particular no plano legislativo, etc..

Em termos práticos, assistimos à multiplicação de cadastros, cobranças e fiscalizações sobre as ONGs. Estas são condenadas a arcarem com o ônus das práticas recorrentes de políticos corruptos que se utilizam de falsas organizações sem fins lucrativos – criadas *ad hoc* – para desviarem recursos públicos.

Nesse cenário adverso, não podemos deixar de valorizar a extraordinária realização em termos de transparência e prestação de contas que, graças ao trabalho exaustivo realizado por Leilah Landim e Tatiana Dahmer, a FASE põe à disposição da sociedade brasileira e de seus parceiros internacionais. A leitura deste livro evidencia o fato de que uma dessas organizações, tratadas permanentemente como suspeitas pelas forças políticas hegemônicas na sociedade brasileira, é capaz de prestar contas minuciosamente de 50 anos de intervenção social, sistematicamente registrada. Expondo, deliberada e criticamente, as intimidades e contradições do seu percurso institucional.

Nesse sentido, é emblemático o segundo capítulo – em particular a seção II.2 – no qual a autora revela o processo extremamente conflituoso de reafirmação da identidade institucional da FASE, após o período nebuloso marcado pelo ambiente repressivo e de clandestinidade imposto pela ditadura militar. A leitura desse capítulo, e daqueles que se seguem, mostrará aos leitores a saga de uma instituição que soube combinar a firme opção pela diversidade e pelo pluralismo político com a busca da coerência política da sua intervenção social, bem como da coesão interna. Fazendo de cada “faseano” militante consciente de um projeto social e político comum a todos os seus integrantes.

As autoras contam uma história de continuidade e mudanças, algumas das quais, por sua radicalidade, praticamente representam uma ruptura com o período anterior da história da FASE. É o caso das mudanças ocorridas em meados dos anos 70, e do resgate da identidade institucional própria da FASE, liderado por Jean Pierre Leroy. Outro momento importante de renovação institucional foi o chamado reposicionamento estratégico, no final dos anos 80 e início dos 90, para o qual muito contribuiu a capacidade de formulação política de Pedro Claudio Cunha Bocayuva. Enveredando por um caminho – o das reflexões sobre o futuro da FASE – que forçosamente não poderia ter sido percorrido pelas autoras, mas que já podemos entrever em diversos artigos do número da revista *Proposta* comemorativo dos 50 anos da entidade.

As discussões em curso na organização mostram como a FASE está sendo desafiada por ela mesma a estabelecer uma ponte entre as iniciativas e lutas atuais, bem como a construção de uma alternativa correspondente ao radicalismo do seu questionamento da

ideologia e da prática do desenvolvimento. Também revelam a consciência, existente no seu interior, acerca das dificuldades que se contrapõem à constituição de um campo político contra hegemônico a que ela possa se filiar. Dito de outra forma, a organização completa 50 anos de existência com plena consciência do desafio da sua sustentabilidade política num mundo em convulsão.

Jorge Eduardo Saavedra Durão

NOTA INTRODUTÓRIA

Com 50 anos de idade, a FASE tem um acúmulo de experiências que atravessam diferentes conjunturas e encontram-se sedimentadas em sua identidade institucional. Seu perfil e reconhecimento público como organização da sociedade civil brasileira constroem-se através de uma densa relação, estabelecida de modo contínuo no tempo, com grupos sociais diversificados, em diversas regiões do país. Sujeitos de projetos coletivos, de sonhos e de um ativismo marcado pelo inconformismo com as desigualdades e injustiças sociais. Falar da FASE é necessariamente falar de processos sociais e políticos que contribuíram, do ponto de vista dos trabalhadores, para moldar a sociedade brasileira, nesse meio século.

Tivemos a honra do convite para relatar algo sobre essa complexa trajetória. Ousamos aceitar esse desafio pela alegria, bem como pelo compromisso de uma convivência próxima e envolvida com a FASE, que criamos também através dos anos.

O livro tem duas partes. A primeira, escrita por Leilah Landim, narra as origens e o período de consolidação e reconhecimento da FASE como entidade de educação popular atuante no terreno da ação social e política, mais especificamente, no das dinâmicas e movimentos sociais de cunho sindical e popular. Período que se estende dos anos de 1960 (a FASE foi fundada em 1961) até o final da década de 1980. Fizemos esforços de reconstituição de um período pouco documentado – daí a relevância de entrevistas com pessoas que participaram desse período institucional –, sobretudo em função da conjuntura autoritária que exigia discrição em registros e práticas.

A segunda parte, elaborada por Tatiana Dahmer Pereira, organiza a vastidão de inserções da FASE em diferentes temáticas e territórios, suas alianças com movimentos sociais e como essa organização se complexifica. Isso por enfrentar os mais variados processos e acontecimentos – dadas as feições assumidas por transformações do capitalismo contemporâneo – nos anos de 1990 e 2000. Embora com trajetória política bem clara, fruto do amadurecimento de uma organização que é referência hoje no Brasil e no mundo no campo de defesa de direitos, a FASE tem a especificidade de investir fortemente na ação política e coletiva a partir de uma marcada inserção em redes e fóruns.

Observe-se que a FASE conta, atualmente, com cerca de noventa funcionários possuindo, além do Escritório Nacional, sediado no Rio de Janeiro, escritórios nos seguintes estados, a partir dos quais atua regionalmente: Espírito Santo e Rio de Janeiro (Sudeste); Mato Grosso (Centro-Oeste); Pernambuco e Bahia (Nordeste); e Pará (Região Amazônica). Coerentemente com sua metodologia a seus objetivos programáticos, relaciona-se com um enorme e plural leque de atores sociais, participando em dezenas de redes e articulações internacionais, nacionais, regionais e locais, assim como estabelece relações de cooperação com diversos movimentos sociais.

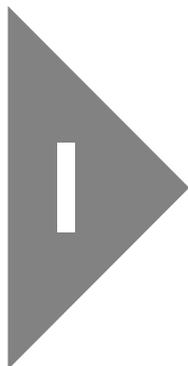
Para a tarefa de registrar traços dessa história, contamos com a leitura e revisão cuidadosas de Jorge Eduardo Saavedra Durão, a quem agradecemos, assim como a Leticia Tura e Evanildo Barbosa, dirigentes da organização. Nosso agradecimento vai também às pessoas que pacientemente se dispuseram a nos dar seus depoimentos, através de entrevistas.

Somos gratas ao conjunto de educadores e funcionários que depositaram em nós a confiança necessária, em especial à Ziléa Reznik – pelo zelo com o trabalho e disponibilidade de acesso a informações. Na pesquisa de documentos institucionais e registros históricos, contamos com a indispensável e competente contribuição de Glória Carvalho.

Esperamos ter conseguido em algumas páginas dar uma ideia para você, leitor ou leitora, sobre quem é essa organização, construída através de diferentes momentos, ao longo de décadas, e que chega a esse meio século com muitos motivos para celebrar.

Leilah Landim

Tatiana Dahmer



**A CONSTRUÇÃO DA FASE,
DÉCADAS DE 60 E 70:
OS PRIMEIROS 15 ANOS**

I. A CONSTRUÇÃO DA FASE, DÉCADAS DE 60 E 70: OS PRIMEIROS 15 ANOS

A FASE passou por verdadeiros avatares¹. (Jorge Eduardo Durão)

A FASE assume para si uma história institucional contínua, ou não estaríamos comemorando seus 50 anos. No entanto é também consensual, para os que vivem e constroem essa trajetória, a ideia de que a entidade passou por transformações relevantes no tempo. Sobretudo em termos de ideários norteadores de sua ação, de alianças e posições assumidas no campo político e no espaço público brasileiro que também se transformava.

A radicalidade de algumas dessas mudanças ou, ao contrário, as marcas e vestígios de histórias passadas, ou ainda matizes que assumem transformações menos visíveis e intensas têm sido temas de interpretações variadas para os que pensam e vivem essa história. Outro consenso, entretanto, também faz parte da memória da instituição: o de que uma grande “virada” iniciou-se a partir de meados dos anos 70. Culminando, em inícios dos anos 80, em uma FASE nacionalmente estruturada e auto definida como entidade de educação popular, posicionada no campo da esquerda democrática brasileira, tendo caráter autônomo (na época, autonomia ressaltada, sobretudo, quanto à Igreja da qual nascera e aos grupos e partidos políticos presentes nos movimentos populares da virada da década com os quais, então, se relacionava muito proximamente).

Nesses anos de “avatar” (digamos, entre 1976, ano em que seu fundador sai da Direção, e 1982, ano em que se produz o documento Compromissos Básicos da FASE), convivem personagens antigos e novos. Gente de origens e momentos diferenciados de entrada na entidade, assim como se misturam projetos e práticas de naturezas diversas, quanto à sua relação com a sociedade, o campo assistencial e o político, bem como com o campo dos financiamentos.

¹ Jorge Eduardo Durão [1992]. Depoimento concedido a Leilah Landim apud **Do serviço Invisível à profissão sem nome**, 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social do Museu Nacional). Programa de Pós-Graduação UFRJ. Rio de Janeiro (Mimeo) www.empreende.org.br. Durão entrou na Equipe de Pesquisa e Assessoria em Áreas Rurais da FASE em 1978. Assumiu a Coordenação Nacional da entidade em 1984, permanecendo como seu Diretor até 2010.

São variadas as dinâmicas e “agentes de educação” que constroem as controvérsias que permeiam a entidade nos finais dos anos 70. Interessa aqui ressaltar que as disputas internas pelas quais passa a entidade, e que a vão conformar nos anos 80, deram-se sobre um terreno institucional pré-construído ao longo de quinze anos, com razoável solidez. Mantendo, na crise, sua integridade enquanto tal.

Isso contribui para justificar a relevância de se retomar os tempos de origem da FASE, suas raízes. Como diziam Carlos Minayo e Víctor Valla, em documento datado de 1982 – ano que culminaria esse processo de “virada”: “nossa intenção em discutir a instituição FASE dentro de uma perspectiva histórica é a de ver como a apreensão do seu passado pode nos auxiliar na compreensão da sua problemática atual e da própria educação popular no Brasil”².

Como foi dito na Introdução, e é enfatizado pelos autores, estudar a FASE é entendê-la enquanto instituição específica, mas ao mesmo tempo é contribuir para compreender processos mais amplos dos quais ela é participante e emblemática.

1. Origens e raízes: anos 60 até meados da década de 70.

1. a) A criação

Abria a paróquia, e abrindo a paróquia você tem todo mundo (...). Então, de 63 até 67, foi aquela coqueluche de abertura do Brasil inteiro³. (Pe. Leising)

A FASE foi fundada nos idos de 1961 por um sacerdote católico, Padre Leising. Este viera para o Brasil como missionário norte americano dos Oblatos de Maria Imaculada, já em 1946. Padre Leising vai acumular, durante anos, um cargo de direção da Caritas do Brasil e de representante, no país, do CRS (*Catholic Relief Service*), entre 1962 e 1967. Na Fase, ocupará o cargo de Diretor até o ano de 1976.

Cria-se a instituição, portanto, com o formato “nacional-internacional” que caracterizaria, 20 anos depois, por volta de meados dos anos 80, um campo específico de entidades só então batizadas de “ONGs”. Analogamente a estas, a FASE origina-se fortemente relacionada aos terrenos da ação social da Igreja Católica nas bases da sociedade. Entretanto, nesse início, povoada por personagens, ideias e relações internacionais de natureza diversa das que viriam a hegemonizá-la nos inícios dos anos 80. Como se sabe, a Igreja Católica é inclusiva e diversificada internamente.

² **Subsídios para uma história da FASE** – a primeira década, 1961-1970, 1992 (Mimeo)

³ Padre Leising [1992] . Depoimento concedido a Leilah Landim apud op. Cit.

Nasce relacionada ao universo da filantropia norte-americana, da ação *overseas* do governo dos Estados Unidos pós-guerra, em cuja política representaram um papel de peso as entidades de natureza não governamental. O documento da fundação da FASE é explicativo: esta: “desempenha sua função específica em estreita ligação (1) com o CRS-USCC (*United States Council of Churches*). O CRS é um órgão do Episcopado Norte-Americano. (...) Proporciona a mais de 80 países: Ajuda, Educação, Reabilitação. (2) Com a Caritas brasileira. A Caritas brasileira foi criada em 1956 pelo CNBB (Conselho Nacional dos Bispos do Brasil) (...) visando, inicialmente, a execução do programa de alimentos. Em maio de 1966 constituiu-se em sociedade civil, com personalidade jurídica, para exercer atividades de Assistência Social e de Promoção Humana das pessoas, de grupos e comunidades economicamente mais fracas. (3) Com o programa de ajuda externo do governo Norte-Americano: AID Point IV (...)”.

Pe. Leising é mediador, então, não só de relações da FASE com a Igreja Católica. Mas da aplicação de volumosos recursos no país, dentro do contexto que se iniciara no pós-guerra, quando se intensificaram os convênios de assistência técnica e de educação entre os governos norte americano e brasileiro. São as práticas e projetos relacionados genericamente ao modelo do “Desenvolvimento Comunitário”, em cuja disseminação tiveram peso programas implementados pela ONU, sobretudo através da UNESCO e da OEA, sobre o pano de fundo da guerra fria.

Disseminavam-se então pelo país, informados por essa conjuntura e contexto, cursos profissionalizantes e de educação de adultos, projetos variados de “combate à pobreza” e educação comunitária (embutida em práticas como mutirão, produção cooperativada, autoajuda etc.), dinâmicas conversoras que têm sido estudadas a partir de sua funcionalidade, na época, para o projeto integrador e modernizador do capitalismo na sociedade brasileira, o qual vinha de par com o combate à ameaça do comunismo, também sobre o continente latino-americano.

Coincidência significativa, o ano de fundação da FASE, 1961, é o mesmo do lançamento, pelo governo norte americano, do Plano Marshall para a América Latina. Desenvolve-se no Brasil a Aliança para o Progresso, com um programa de investimentos de 20 bilhões de dólares para reformas sociais, econômicas e políticas. Também chegam ao país os *Peace Corps*, voltados para assistência técnica e educacional.

Valem parênteses para uma nota sobre as ambiguidades e virtualidades múltiplas que podem estar contidas nesses processos (apenas indicados aqui esquematicamente), as quais têm a ver com acontecimentos que seriam vividos no interior da FASE. São observações de Minayo e Valla, feitas no mesmo texto – e contexto – de reestruturação da FASE em 1982. Classificando as práticas descritas acima dentro da categoria “educação extra escolar”, chamam a atenção para as suas apropriações diversas possíveis, a partir dos interesses diferenciados (“de classe”) expressos na sociedade. Se esse projeto

educativo é integrador no sentido do sistema dominante, “por outro lado grupaliza e necessariamente socializa a questão de serviços básicos e direitos trabalhistas. No mesmo processo histórico que vai gerar educação extra escolar vai surgir também a educação ‘popular’, onde as pessoas aliadas aos interesses da classe trabalhadora vão procurar desenvolver uma ‘educação extra escolar popular’.”

Essas observações parecem informar, e também refletir, características assumidas pelo trajeto da FASE (e de outras organizações), pontuado por ambiguidades e reinterpretações das mesmas práticas, na virada da década 70/80, conforme veremos adiante.

Voltando ao fundador da FASE, Pe. Leising, o CRS coordenado por ele era o órgão encarregado de executar, através da Caritas, que atuava por meio das dioceses, o programa de distribuição do excedente alimentar dos Estados Unidos para países pobres. Entidades não governamentais foram canais utilizados pelo governo norte-americano, desde a Segunda Guerra, para distribuir esse excedente de forma a manter os preços internos dos produtos agrícolas, garantidos durante o esforço de guerra.⁴ “*Tinha na mão 24 milhões de dólares por ano, era dinheiro*”⁵, afirma o prelado, certamente com razão.

Um dos motivos alegados por ele para criar a FASE era poder realizar de forma independente das dioceses projetos que ele percebia como “*não assistencialistas, não paternalistas*”, como seriam, em suas concepções, os trabalhos do CRS/Caritas, que “*abafavam os pobres com tanta doação*”. Note-se que o movimento – nesse caso, bem relativo – de tornar-se independente da Igreja prosseguiria paulatinamente em outros contextos e com outros motivos políticos, na formação e autonomização da FASE e do próprio campo das ONGs que cresceria no país.

Conforme indicações de Minayo e Valla – seu texto é precioso em sugestões e informações cujos registros são extremamente escassos – Pe. Leising, embora coordenador do CRS/Caritas, faria parte de uma corrente que discordava da distribuição de alimentos como estratégia de ação social no Brasil. Isso seria um estímulo para que criasse a FASE, como organização formalmente não confessional, intermediária na captação e distribuição de recursos, passando inclusive a diversificar a relação com doadores na sociedade brasileira.

⁴ Para o mundo protestante, organizações equivalentes eram o *Church World Services* e o *Lutheran World Relief*, contando com menos recursos e com menos potencial de distribuição. A Conferência Evangélica do Brasil era a encarregada dessa mediação. Através de depoimento de Pe. Leising, é interessante notar que aparecem nessa mediação Norte-Sul outros nomes que iriam construir a “rede ONGs”, como os futuros fundadores do CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação.

⁵ Todos os depoimentos de Pe. Leising entre aspas mencionados nesse trabalho foram obtidos, em 1992, em pesquisa para o trabalho de Landim, op. Cit.

Conforme ainda os autores, se fazia sentido para os norte-americanos distribuir alimentos para os brasileiros, por outro lado, características conjunturais no país levavam muitos a duvidar da eficácia da proposta. “De um lado havia a construção do parque industrial em São Paulo e da capital do país em Brasília, como símbolo do desenvolvimentismo e progresso material; de outro lado havia a imagem da Revolução Cubana e o aparecimento do método Paulo Freire em Pernambuco e a criação do Movimento de Educação de Base (MEB), demonstrando a preocupação existente com a injustiça social”⁶.

Talvez houvesse terreno propício – e fizessem mais sentido em termos de resultados – métodos de ação mais intervencionistas e sofisticados. Lembremos que os inícios dos anos 60 eram efervescentes em movimentos sociais, classistas e culturais, em sindicatos, partidos e organizações associativas que começavam a radicalizar processos de lutas por transformações na sociedade, compostos por diferentes matizes político-ideológicos, os quais seriam cortadas com o golpe de 1964.

Considerando-se a narrativa de Padre Leising (e conforme também documentos a esse respeito), é *sui generis* a forma pela qual a FASE cresceu e se afirmou institucionalmente como entidade nacional. É em meados de 1964 – exatamente quando grande parte da sociedade civil brasileira começa a ser triturada pelo o golpe militar – que a FASE empenha-se na sua consolidação, através das obras sociais ligadas à Igreja Católica, de norte a sul, de leste a oeste. Por iniciativa do religioso, implementa-se a *Campanha de Motorização do Clero*, o que significava angariar recursos de diversas fontes para distribuir carros para paróquias, pelo Brasil afora.

No relato de Pe. Leising, essa foi uma estratégia para penetrar em paróquias e dioceses a fim de fazer os trabalhos de ação social, o que realmente lhe interessava. “Abria a paróquia, e abrindo a paróquia você tem todo mundo (...). Então, de 63 até 67, foi aquela coqueluche de abertura do Brasil inteiro (...). Era treinamento e motorização”⁷. Ou seja, o golpe de 1964 parece passar em brancas nuvens, para uma entidade relacionada ao campo assistencial, a qual não é afetada e mesmo amplia suas ligações com determinados segmentos da sociedade brasileira.

Pode-se dizer que através desses processos se estabelecem os fundamentos sociais do formato nacional que a FASE tem até hoje, com sedes espalhadas por diversas regiões do país. Através da invenção do projeto de *Motorização do Clero* foi que, de 1963 a 1967,

⁶ Op. Cit.

⁷ O religioso nos mostra seus trânsitos na sociedade brasileira, via Igreja, assim como a dependência à sua hierarquia: “Fui para o meu amigo de São Paulo, o Cardeal, sentei: - Seu Cardeal, esses padres são todos uns burros, por aí. Eles não me deixam entrar na paróquia nem para tentar ajudar. Ele olhou e falou: - Meu amigo, você quer entrar em todas as paróquias do Brasil? Compra jipes para eles. Seus padres estrangeiros tudo tem carro. Os meus não têm nada’. Nos anos 60, padre brasileiro era o pobre, não é? - Mas Sr. Cardeal, o senhor é um gênio!”. E seguir-se-ia a visita a D. Jaime de Barros Câmara, no Rio, que deu seu *nihil* obstat ao projeto.

fundaram-se 12 escritórios da FASE, de Santarém a Porto Alegre, já se contando naquele ano com mais de 40 técnicos contratados, além de voluntários, estrangeiros e brasileiros. Relevância especial era dada ao Norte e ao Nordeste, “bolsões de pobreza” do país.

Publicava-se mensalmente o *Informativo* com 25.000 exemplares, no qual se vê que era dada “assessoria técnica” para a execução de projetos em paróquias, dioceses ou entidades assistenciais católicas variadas. Vão-se multiplicando os “departamentos” na FASE: Assistência Social, Saúde, Agronomia, Cooperativismo; mais tarde, Educação, Engenharia, Produção de Recursos, Sociologia. Faziam-se atividades como educação sanitária e cursos de higiene, cursos de técnicas agrícolas e construções de escolas agrícolas. Promovia-se a construção de hospitais no interior, a construção de pontes e centros sociais; criavam-se fundos rotativos para empréstimos em cooperativas etc.

As notícias nos *Informativos* revelam uma enorme quantidade de iniciativas desse tipo, em que se estabelecem relações da FASE com entidades as mais diversas, governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, como: SUDENE, USAID, Associação Cristã Feminina, Círculo Operário, União de Amigos de Bairro, entidades de cunho assistencial, entre várias outras. De modo semelhante à *Campanha de Motorização do Clero*, em grande parte financiada por coletas de dinheiro nas paróquias mais abastadas, também se criou uma campanha de adoção à distância, resistente durante décadas na FASE, a *MUCE – Mais Uma Criança na Escola*, assim como o análogo Programa *Help a Child*. Enfim, parece ter havido enorme espraiamento, dinamismo e consolidação institucional da FASE no decorrer dos anos 60.. (Como se vê, as ambiguidades dessa ação se faziam presentes no leque de alianças, que extrapolavam a ação filantrópica *stritu sensu*).

É interessante apontar para o acúmulo dessas atividades e projetos espalhados por diversas regiões, por ao menos dois motivos. Em primeiro lugar, vai-se forjar um acervo de relações com atores sociais diversos, assim como se vão construir laços de relativa profundidade nas bases da sociedade em várias regiões do país. São práticas e projetos que poderão ser reconvertidos, mais tarde, no final dos anos 70, às lógicas da política e da crescente entrada no espaço público da FASE, e de seus técnicos como atores na construção de contrapoderes. Também em processos organizacionais relacionadas à democratização, na oposição ao regime autoritário e na elaboração de propostas alternativas de desenvolvimento. Ou seja, a instituição que hoje conhecemos foi se estabelecendo sobre fundamentos densos, em termos de relações concretas, diretas e de qualificações para o trabalho com as “bases”, construídos por um conjunto de agentes no tempo.

Em segundo lugar, reconhecer esse acúmulo, a extensão que foi assumindo a instituição e seus enraizamentos regionais, contribui para que se adivinhe o tamanho da diversidade interna e a previsível geração de crises e disputas que se dariam na “conversão” da entidade, nos finais dos anos 70. A resolução bem sucedida dessas crises fortaleceria a

sua institucionalidade na década seguinte (quando entrarão em cena outros personagens como técnicos, além de outros financiamentos e alianças com um enorme campo de organizações internacionais de “ajuda”, como eram nesse início chamadas).

Voltando, novamente, à história aqui contada, Pe. Leising, além dos recursos conseguidos via CRS, tinha como política de financiamento o modelo americano das doações individuais e empresariais. Em outras palavras, conseguir dinheiro na sociedade brasileira (temática, observe-se, que retornaria com força ao campo dos projetos sociais, a partir dos anos 1990, através do modelo da “responsabilidade social empresarial”). Seu depoimento, marcado pelo pragmatismo, é cheio de histórias de alianças com o empresariado e também de campanhas para angariar recursos de indivíduos através de um trabalho intensivo nas paróquias de classes médias: *“Tem dinheiro que não acaba mais no Brasil. O rico não dá nada e o pobre não dá o que pode (...). Os empresários, esse pessoal, é matéria-prima muito pouco usada, eu repito isso até hoje”*.

Informativos da FASE daquela época nos mostram que, já em 1967, havia 25.000 contribuintes brasileiros sustentando a instituição⁸. Conforme o noticiado em seus boletins, embora a FASE recebesse doações de agências estrangeiras, em 1967 já estaria em condições de dispensá-las. Esse modelo de doações contribuía para dar visibilidade e reconhecimento à entidade em segmentos da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo em que - como qualquer tipo de financiamento - as doações locais repercutiam nos objetivos e ideários dos projetos realizados, elas enfatizavam a questão (escassamente encontrada na história da assistência privada brasileira) da prestação de contas para esses doadores diversos e para o público em geral⁹.

Enfim e como se vê, na virada dos anos 1960/70, tempos de endurecimento do regime militar, a FASE transitava por terrenos nada clandestinos na sociedade e suas alianças forjavam-se nas camadas altas e médias através de doações individuais e empresariais, nos órgãos do governo, da Igreja e, internacionalmente embora já houvesse um ou outro projeto financiado por entidades de origem diversa, na ação filantrópica dos Estados Unidos, comprometida por sua vez com as políticas governamentais estratégicas desse país para a América Latina.

⁸ Veem-se nesse ano agradecimentos à colaboração de empresas como a Varig, Cruzeiro do Sul, Sydney Ross do Brasil, Volkswagen etc. No informativo de 1969, se agradece ao Banco do Brasil, Phillips, Casa Mattos, Cooperativa de Usineiros e até à Escola superior de Guerra. Em 69, constam 670 visitas a firmas particulares na Guanabara, e outras tantas atividades em Recife, como, por exemplo, um chá no Grande Hotel para angariar recursos, com exibição de jóias, promovido por uma das senhoras do Conselho da FASE no melhor estilo da assistência tradicional.

⁹ Conforme relatórios da FASE entre 1965 e 1968, citados por Minayo e Valla, frequentemente publicavam-se artigos sobre a FASE nos principais jornais do Rio de Janeiro, chegando-se a garantir espaço semanal em uma coluna social de O Globo. Em 1965, preparou-se um dossiê de fotografias utilizado pela TV-Rio, O Globo, além das revistas Manchete e O Cruzeiro.

1. b) Métodos, técnicos e técnicas: primeiras marcas.

*Foi impressionante o quanto a Teoria dos 14 Sistemas se espalhou pelo Brasil, nos lugares mais distantes (...). Nos finais dos anos 70, eu viajava muito, por todas as paróquias, dioceses. Todo mundo conhecia a FASE e esse método*¹⁰. (Afonso Klausmeyer)

A corporificação do trabalho da FASE, sua substância, era experiências referentes ao Desenvolvimento Comunitário mencionado, sobretudo através dos projetos na área rural. É por volta de 1967 que a instituição dedica-se de forma mais assumida e consistente ao que se chamou de Movimento de Criatividade Comunitária, o MCC, sua marca e bandeira até os meados dos anos 70. Um Informativo da FASE nos conta que, em 1969, 60 comunidades haviam sido atingidas pelo MCC e que, até o final do ano de 1970, essas já contavam 188. Um total de 126 treinamentos haviam formado 2.750 animadores. Nessa época, a FASE tinha 98 funcionários¹¹.

A FASE vai exercer seus esforços junto às “bases” a partir da máxima conhecida por quem convive com os ideários da assistência social e, sobretudo os da “ajuda internacional” a partir dos anos 50/60. Procurando diferenciar-se da caridade missionária, afirmam propor-se a algo mais do que o *relief*, os auxílios para o socorro em catástrofes, ou minoração imediata da pobreza. “Se dás um peixe ao pobre, matas-lhe a fome por um dia; se o ensina a pescar, matas-lhe a fome por toda vida”. Folhetos e boletins da entidade na época serão encimados por essa frase, que aponta para um dos investimentos básicos da construção da assistência social como prática sistematizada e institucionalizada, pressupondo teorias e técnicas de educação nas quais se demanda dos “assistidos” um ato positivo de adesão e responsabilidade, fundamental em sua “promoção”.

É a ideia de uma “assistência científica”, por distinção à “caridade”, na qual não faltam influências positivistas em seus inícios, tendo sido plenamente desenvolvida com a implantação das políticas sociais no século XX. Junto com a educação do pobre, vem a educação dos educadores, que devem passar por uma formação particular para essa ação – e nos aproximamos da história do Serviço Social. Está fora do alcance desse trabalho analisar o campo da assistência social, mas vale, no entanto, assinalar o quanto a FASE em seus primórdios era próxima a ele (o qual, no Brasil, teve quatro séculos de domínio absoluto da Igreja Católica e também passou por um processo de mudança que, no Serviço Social, denomina-se de “reconceituação” em finais de 1970).

De modo geral, pode-se dizer que o Desenvolvimento Comunitário cobre um conjunto de práticas e técnicas de intervenção social, ressaltando métodos pedagógicos que têm

¹⁰ Afonso Klausmeyer [1992] depoimento dado a Leilah Landim apud op. cit. Fez o trajeto de padre franciscano, ex-padre contratado pela FASE. É preso em 74, exilado, volta em 76 para a Editora Vozes. Em 1982, retorna à FASE como editor da revista Proposta. Mais tarde, estaria na coordenação do SACTES Serviço de Cooperação Técnica Alemã.

¹¹ FASE, 1971, apud Minayo e Valla, 1982.

na ideia de “comunidade local” a unidade básica de ação. São explicitadas, nas instâncias internacionais em que surgem, as suas perspectivas de modernização e integração aos contextos nacionais de sociedades e culturas tradicionais. “Participação”, “autoajuda”, “autopromoção”, “treinamento de lideranças”, “mudança de hábitos e comportamentos” são palavras-chave.

As “comunidades” devem partir de suas “necessidades sentidas” e tomar as rédeas do seu “desenvolvimento”, num processo de “autodeterminação”. Como foi dito, esse ideário e os meios materiais para realizá-lo através de projetos têm suas matrizes em organismos ligados à ONU desde os anos 50, assim como em fundações e organismos governamentais norte-americanos. Conforme definição, em 1956, desse organismo, o desenvolvimento comunitário é um: “processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente ao progresso do país”.

No Brasil, as ideias do DC estiveram particularmente presentes em programas de extensão rural¹². Criaram-se ou reforçaram-se, nesse contexto, as Missões Rurais de Educação e os Centros Sociais de Comunidade que proliferavam sob a orientação da – como não podia deixar de ser – Igreja Católica. Isso com apoio do Serviço Social e das autoridades locais, num espírito de integração frequentemente evocado pela ideia de comunidade como um todo funcional e fraterno.

Voltando à nossa história, que se constrói informada por esse contexto, Pe. Leising, em seu projeto modernizador da assistência, vai mais longe ao implementar um método novo de atuação que então imprime uma marca registrada para a FASE e um perfil institucional específico. É a “Teoria dos 14 Sistemas” sobre a qual muito se ouviu falar, em entrevistas com funcionários atuais que estão na entidade desde esses tempos, e nela ocupariam posteriormente posições de direção. Segundo essa teoria, a sociedade seria composta dos seguintes sistemas: parentesco, sanitário, manutenção, lealdade, cooperativismo, lazer, viário, pedagógico, religioso, jurídico, segurança, propriedade, comunicação e administração. Os funcionários da FASE eram treinados para aplicá-la e também, sobretudo para realizar treinamentos de outros agentes comunitários pelo Brasil afora.

Pe. Leising, em entrevista, justificou a criação dessa teoria e metodologia de ação por ser algo adaptado à realidade brasileira e produzido no Brasil (distinção certamente induzida

¹² Exemplos são a ABCAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), fundada, em 1956, em convênio entre os órgãos do governo e a AIA (American International Association for Economic and Social Development), criada por Nelson Rockefeller. Também o Serviço Social Rural, fundado, em 1955, a partir de convênio entre o Ministério da Agricultura e o Ponto IV, organismo ligado ao governo norte americano. Cite-se também a CNER (Campanha Nacional de Educação Rural), no governo JK, também em convênio entre o MEC e organismos norte americanos.

pelas acusações difusas sobre ligações mantidas com a política externa do governo norte americano). Sua narrativa é curiosa, e surgem nesse momento relações da FASE com o campo acadêmico.

Conta como foi à USP (Universidade de São Paulo) procurar um sociólogo que desse melhor embasamento científico para a criação de métodos de atuação comunitária. Encontrando essa pessoa e sua teoria,¹³ procurou alguém que pudesse traduzi-la para a prática. Surge, então, Waldemar de Gregory, o inventor da teoria que consistia em dividir a comunidade em 14 sistemas, cada qual devendo ser enfrentado particularizadamente para efeito dos problemas da comunidade e das formas de resolvê-los. O contato com Gregory nos diz algo sobre as propriedades dos que eram contratados pela FASE na época. Pe. Leising justifica o recrutamento: “era seminarista, por isso achei que era um cara interessante. Ele tinha três anos de Teologia e mestrado em Sociologia – é o tipo de cara que eu preciso, pensei eu, que entende de religião e que tem a visão sociológica.” Gregory cria um instrumento para aplicar a teoria – a *Cartilha de Auto Ajuda* - além de mecanismos para a aproximação e efetivação desse “pacote” modernizante *sui generis* nos grupos rurais e também em favelas urbanas com que se ia trabalhando.

Ao que tudo indica, os 14 sistemas tornaram-se de alguma forma conhecidos no mundo da “educação de base” fazendo com que a FASE virasse notícia. Em 1969, por exemplo, aparece em reportagem no Jornal do Brasil, por “seu método científico novo, que equaciona os problemas da comunidade fora de conotações ideológicas”¹⁴, estando a entidade ainda, como se vê, fora de suspeita nos anos duros do pós-AI-5.

O caráter “técnico-científico” da (complicada) metodologia justificava a sua “neutralidade política”, no esquema de pensamento (oposição entre técnica e política) reiterado em diversos contextos de intervenção social. E a FASE, segundo narrativa de Pe. Leising – e o que aparece em seus *Informativos* –, não tinha mãos a medir em termos dos “treinamentos” que lhes eram solicitados por grupos e agentes de todas as partes do país. Figurando aí, inclusive, o que seria consagrado como ator da ala progressista de Igreja na luta contra o autoritarismo, D. Paulo Evaristo Arns.¹⁵

¹³ Tratava-se do sociólogo Antonio Rubbo Muller

¹⁴ Rio de Janeiro, 11.05.1969.

¹⁵ “Bispo quer técnica e quer leigos o que se pode fazer com pouco tempo e pouco dinheiro” é o título de notícia no Informativo FASE de novembro de 1967: “D. Paulo Evaristo Arns, Vigário Episcopal da zona norte, na Arquidiocese de São Paulo (SP), inseriu a técnica e os leigos em seus planos de trabalho. Um grupo de 25 pessoas foi convocado para receber treinamento pelos métodos da FASE. Horário terrível: domingo de manhã, das 8 às 14 horas. Entretanto, durante dois meses de duração do curso, não houve nenhuma desistência, mas novas adesões (...). O conteúdo do curso foi uma exercitação da Cartilha de Auto Ajuda de autoria do Dr. Waldemar de Gregory, sociólogo da FASE-Rio” (1967). No vídeo institucional produzido em comemoração dos seus 30 anos, portanto, algo assumido na memória oficial da FASE D. Paulo aparece dando depoimento sobre a importância da FASE nos começos de seus trabalhos sociais.

Isso durou muito tempo, já que somente em finais dos anos 70 – Pe. Leising sai da direção da FASE em 1976, como foi dito – iriam se tornar hegemônicas na entidade outras orientações teóricas, ideológicas e metodológicas, outras alianças na sociedade e internacionalmente, assim como o recrutamento de pessoal de outras origens.

É interessante notar que essas transformações deram-se contando com o “velho” e o “novo”, entre continuidades e descontinuidades profundamente relacionadas a deslocamentos de posições, na sociedade brasileira, dos atores próximos à FASE, os grupos e movimentos populares. Michel Rousseau¹⁶, por exemplo, que assumiu a direção da FASE na “virada” – após a saída de Pe. Leising, a quem se contrapunha nos conflitos institucionais de então, – tinha sido contratado a partir dos próprios critérios do prelado. Este, perguntado sobre quem eram para ele nesses primeiros tempos as pessoas ideais para trabalhar na entidade, responde:

“Tinha tudo quanto é tipo de gente, eu ia sondando aqui e ali... Mas o primeiro critério era ser ex-padre. Tinha muita gente aí, como tem hoje, que estava insatisfeito, e era bem treinado (...). Michel Rousseau era ex-padre, não é? Eu estava no Maranhão, São Luís, e os canadenses vieram me dizer que tinha um padre muito interessante, que estava saindo, não sei o que... Perguntei ao Michel se queria trabalhar em Belém, eu estava abrindo um escritório lá. Porque eu acho que são pessoas muito treinadas, não é (...). Em Porto Alegre era ex-padre, em São Paulo era ex padre, no Rio de Janeiro era ex-padre, em Recife era ex-padre, em São Luis não, em São Luis era um gaúcho... Em Belém era ex-padre... O que não era ex-padre era ex-freira (risos). (...) Esse critério era bom, porque eram pessoas de fé que eu precisava”.

Dessa época, e desse tipo de recrutamento, saíram pessoas que teriam peso na construção da FASE dos anos 80 em diante. É o caso, por exemplo, de Matheus Otterloo, que entra na FASE em finais dos 60 e foi, durante muitos anos, Coordenador do Regional Norte da FASE. Assim como Jean Pierre Leroy, que entra na instituição em 1975 e assumiria a Direção Nacional da entidade após o breve mandato de Michel Rousseau.

É desses quadros mais antigos da FASE que ouvimos histórias das lentas transformações do sentido social e político desses trabalhos comunitários, analogamente às transformações da conjuntura política no país com o surgimento de movimentos populares e sindicais. Também com a construção de novas alas na Igreja Católica inspiradas no Vaticano II, em Medellín e Puebla, gerando a Teologia da Libertação e com ela a “ida ao povo” de religiosos e leigos, com a posterior criação das CEBS (Comunidades Eclesiais de Base).

¹⁶ Michel Rousseau, já falecido, foi um padre canadense que viveu no Brasil nos anos 70 e assumiu a coordenação do Regional Norte da FASE, e mais tarde substituiu por um breve período o Padre Leising na coordenação nacional da entidade. Posteriormente tornou-se diretor de projetos da organização católica de solidariedade internacional no Canadá, Desenvolvimento e Paz.

Durante os anos mais duros da ditadura militar, começaram a se espalhar pelo país trabalhos de “educação de base” com um sentido de organização popular e de criação de contrapoderes, na contracorrente da história oficial. Como também se sabe, foram-se construindo formas de organizações sindicais pelas bases, germes das fortes oposições que agitariam o movimento operário no Sudeste do país. Assim como movimentos de bairro cresciam lentamente nas periferias das maiores cidades.

A FASE seria afetada por essas transformações de modo particular, tanto pela sua ligação direta com grupos populares de norte a sul, quanto por sua forte ligação com a Igreja Católica. São significativos os relatos de quem viveu esses tempos e trajetos.

Matheus Otterloo, técnico e ativista de enorme relevância na história da FASE, nos conta que chegou ao Brasil, juntamente com um grupo de padres de uma congregação missionária holandesa, na região amazônica, em 1963. Interpreta os primeiros momentos de sua chegada como de *“cegueira absoluta”*. Não conhecia a língua nem os costumes do país, tampouco o que se passava politicamente naqueles anos: o golpe militar passa por ele em brancas nuvens, como ressalta.

Ele observa como o trabalho quotidiano paroquial, ao menos naquele tempo e em Belém, pode ser protegido:

“Parece que a gente fica no ambiente da Igreja, que tem alguns traços universais... quer dizer, você pode, de certo modo, viver num ambiente de Igreja da Holanda e depois passar aqui no Brasil e não entender coisa nenhuma da realidade, os costumes, você não consegue pegar... então, fica um pouco surrealista”¹⁷.

As mudanças, no entanto, não tardaram a acontecer e ele, refletindo hoje, vê que em certo momento – em 67, 68, 69 – começou a *“se elaborar uma pastoral nova, mais crítica, com mais compromissos sociais”*. Fala em *“articulações nacionais”* e *“cursos”* nos quais *“havia gente bastante crítica”*, como franciscanos e dominicanos. Descobre-se que *“os verdadeiros valores cristãos não estavam nas paróquias.”*

Surge no depoimento de M. O., uma concepção análoga à que se pode comumente encontrar em gente que se ligou a “Centros de Educação Popular” por essa época: a ideia de “vida dupla”. *“A gente começou uma experiência que disse: ‘olha, tudo bem. A gente vai andar agora em duas linhas, A gente cumpre o papel de vigário da paróquia, então atende no estilo café com torradinhas. E faz o resto do tempo, se mete lá no bairro... se mete num bairro de periferia e vai tentar descobrir onde estão os valores cristãos mesmo’”*. Foi aí que começou a haver uma *“politização crescente foi quando a gente começou a descobrir o que tinha sido 1964”*.

¹⁷ As entrevistas com Matheus Otterloo foram realizadas em 1991 e constam de Landim, 2003.

A FASE do Pe. Leising entra na história por essa época, como possibilidade de se dar, talvez, um enquadramento e uma sistematização ao trabalho. O depoimento de M.O. mostra a relevância de se pensar práticas e metodologias em contextos situacionais. Passa a ideia de que havia na região uma “tabula rasa” em termos de formas de organização da população, e de que não se estava preparado para enfrentar essa situação, no sentido de transformá-la.

“Por essa época, 68, 69, abrigávamos pessoas na clandestinidade, conhecíamos certas pessoas escondidas. Estávamos entrando numa realidade socioeconômica para a qual não estávamos preparados do ponto de vista profissional. Onde os critérios científicos para analisar? (...) Aí procurávamos contato com gente mais preparada para isso, da área de ciências sociais etc. Batemos na FASE (...). A FASE estava saindo naquele tempo de um puro apoio financeiro a projetos de agricultura, de construção, de ajuda ao clero. E tinha os 14 sistemas, que até hoje a gente rejeita, como um troço totalmente funcionalista... A gente rejeita isso, mas naquele tempo eu acho que era um instrumento, uma tentativa de elaborar um instrumento de análises e depois de iniciativas do povo (...). Você tentava desencadear alguma resposta que não fosse assistencialista (...). Hoje a gente acha isso muito limitado, mas acho que sem saber, acho que talvez fosse a única coisa viável naquele momento de repressão (...). Então foi um pouco baseado nesses 14 sistemas que construímos uma estrutura comunitária que foi pioneira. Para mim, naquele tempo, era uma experiência pastoral que me causou um enorme conflito na paróquia. Porque a paróquia não aceitava isso”.

Interessantes, por irem no mesmo sentido, as observações feitas por Minayo e Valla, no documento mencionado, em que ressaltam o fato de que os anos 1968-70 representam o início dos mais duros do período autoritário, com o ato Institucional no. 5, a cassação e prisão de lideranças populares, o controle dos sindicatos, a suspeição permanente sobre qualquer tipo de organização: “Cabe perguntar então o que significava na prática, independentemente ou não das intenções dos técnicos da FASE, os treinamentos e grupalizações para uma população com um espaço de mobilidade tão limitada. Se por um lado é justo criticar a pedagogia vertical da FASE, embora reconhecendo que fosse uma pedagogia que propôs ‘fazer as coisas junto com o povo’, cabe também indagar até que ponto as outras iniciativas de outras organizações junto à população foram qualitativamente diferentes”¹⁸.

Essa discussão, feita nos anos em que a FASE se reestruturava como entidade nacional de educação popular, após um período de lutas internas, mostra a busca de uma identidade

¹⁸ Minayo e Valla, op. Cit.

e de uma coerência, através do tempo, em sua atuação. Revela, também, o estilo reflexivo da FASE sobre suas próprias práticas.

Continuando com a narrativa de Matheus Otterloo, criam-se então 15 Centros Comunitários em Belém – apoiados pelos projetos da FASE – através dos quais um grupo de religiosos e leigos fazia trabalhos por fora das obrigações paroquiais. A dimensão que mais “pegou”, nesse contexto, foi a da educação. Dos Centros, saíam as Escolas Comunitárias, analisadas depois como um eixo importante dos futuros movimentos de bairro de Belém e da atuação da FASE: “daí já se passa a reivindicar, mas aí já era por volta de 73, 74”.

Nesse processo, que foi da “tabula rasa” para o início das reivindicações, confrontando-se com o bispado conservador local, suas perseguições e boicotes, Matheus sai da Igreja (por volta de 72) e também se casa com uma companheira de trabalho. Surge a possibilidade de um emprego/militância:

“Aí, já a FASE tinha me descoberto, já tinha avaliado que eu era uma liderança em potencial (...). Pois é, nós nos casamos, eu fui cair na FASE. Isso foi em 75. Dentro da FASE eu fiquei três meses como técnico e no quarto mês fiquei como Coordenador Regional, até hoje”.

A partir daí, a história se desenvolve com a gestação, já no interior da FASE e não mais da Igreja, da crítica ao modelo do desenvolvimento comunitário e dos 14 sistemas, no sentido da adoção da análise de classes da realidade. “Aí, esse desenvolvimento comunitário se esgota rapidamente”. E nessa descrição, por dentro, dos “avatares” da FASE – correlata a processos que se desenvolvem fora dela, claro – passa-se, finalmente, para o período em que “a coisa começou a se politizar mesmo”, detectado como de 78 em diante, quando começa a existir a CBB – Comissão de Bairros de Belém. Com um salto das tentativas comunitárias para outro nível: o das manifestações de massa e das greves.

São os tempos em que há “a troca do pessoal”, nos quais “quem não acompanhava... ideologicamente não caminhava mais, saía fora”, ainda conforme Matheus Otterloo. Conta-se sobre processos de corte com estruturas eclesiais que impedem o trabalho de organização popular, ao mesmo tempo em que se descreve a renovação de laços com a instituição, através dos que vinham das alas da Teologia da Libertação.

Outra pessoa que viria a ocupar cargos de direção na FASE, Jean Pierre Leroy - padre francês da Ordem dos Oblatos, que chega ao Norte do Brasil em 1974, traz também depoimento expressivo sobre esses processos. Conta que por volta de novembro de 1974 sai da Congregação e da Igreja. Seus colegas de Ordem dão-lhe um salário mínimo durante seis meses, com a condição: “se não arranjar nada nesse período, tem que voltar para a França”.

Segundo ele, Matheus Otterloo então o contactou: *"ouvi falar que tem um ex-padre por aí procurando trabalho"*. Encontram-se, conversam e pronto: *"Vamos embora! [trabalhar na FASE] (...) Aterrissei em Santarém no dia 31 de dezembro ou em 1 de janeiro de 1975. O Leising dizia muito que gostava de ex-padres, porque eram gente séria, dedicados. Então, eu era um a mais na história"*¹⁹

A trajetória de Jean Pierre, conforme ele a narra, já trazia outro tipo de qualificação, o trabalho sindical. Enquanto padre capelão, na França, ele se dedicara ao trabalho de assessor de sindicalistas, atuando inclusive no plano nacional, junto a equipes do CGT, do CFGT, da Força Operária. Além disso, tinha também experiência *"com equipes que atuavam no local, gente que militava na base, na fábrica."*

Seu contato com a FASE também se dá, de início, através dos mesmos "14 sistemas":

"Quando cheguei, em 72, assisti o Leising expondo a teoria e não gostei, era algo totalmente funcionalista. Pensei: não quero saber dessa FASE. Mas quando, depois, vi o Bira [funcionário da FASE] lá no Norte fazer um treinamento... ah, não era tão ruim não. Porque eu percebia que era tudo super delicado. Então, quando depois em 1974 o Matheus me chamou... é, por que não? (Tempos depois, o próprio Cardeal D. Paulo Evaristo Arns me diria que a sua sensibilidade social se deveu em grande parte aos treinamentos da FASE)".

Enfim, esses depoimentos ressaltam ao mesmo tempo, segundo pessoas que têm relevância na direção e construção da instituição: especificidades e marcas distintivas do trabalho dos anos 60/70, fundante da FASE; uma valorização da trajetória "mutante" da entidade, através da busca, no tempo, de sentido e de justificação política para práticas assistenciais comprometidas, até então, com ideários do desenvolvimento de comunidade e o contexto da guerra fria; e, sobretudo, procuram ressaltar as ambiguidades contidas em continuidades e cortes de uma trajetória que mantém, no entanto, a integridade institucional, acompanhando *pari passu* amplas transformações na sociedade brasileira. Os depoimentos e experiências resgatam o caráter de processo dessas transformações.

O depoimento de Jean Pierre Leroy é um dos que aponta exemplarmente para as mudanças instaladas irremediavelmente na FASE, a partir de meados dos anos 70. Suas relações com o movimento sindical tornam mais nítidas características da "virada" que terá na classe social um dos referenciais conceituais centrais. Jean Pierre nos traz notícias da relação da FASE com o movimento sindical em Santarém, com o qual ele se envolve, já em 1975:

¹⁹ Esses depoimentos de Jean Pierre Leroy foram colhidos para a pesquisa em janeiro de 2011.

“Trabalhávamos com projetos de produção, mas na direção de fortalecer o sindicalismo de trabalhadores rurais. De que forma? Fizemos um convênio para um trabalho de formação sindical com o presidente do Sindicato de Santarém, o qual era pelego. Através do convênio - em plena ditadura tínhamos uma cobertura total da atividade, e íamos fazendo os cursos”.

Menciona a criação, já a essa época, de um grupo de estudos de inspiração gramsciana, nos quais eram ativos Ida e Ivan Jancsó²⁰, futuros incentivadores e redatores da *Revista Proposta*, que seria fundada em 1976.

A permeabilidade da FASE ao que acontecia no campo dos movimentos sindicais e sociais – considerando-se, claro, o polo do espectro político em que se colocava, no qual a Igreja progressista tinha peso - evidenciava-se, a essas alturas, na criação de programas de oposição sindical urbana em várias regiões, sobretudo Porto Alegre, São Paulo e Espírito Santo.

Para citar um outro caso exemplar de trajetória dos quadros que vão entrando na FASE nos anos 70, esse na área urbana do estado do Rio de Janeiro, temos os depoimentos de Lorenzo Zanetti, que também ocuparia cargos de coordenação na entidade²¹. Como padre secular italiano de origem operária, Lorenzo vem para o Brasil em 1966, permanecendo por quatro anos no interior da Bahia em trabalhos de *“desobriga, de administração de sacramentos”*.

Através de uma entidade não governamental, MOC (Movimento de Organização Comunitária), em Feira de Santana, entra em contato com a teoria dos 14 sistemas e chega mesmo a adquirir um carro, pelos programas de Padre Leising. Interessante que também *“defende”* a teoria dos 14 sistemas, por gerar relações, grupos, campanhas, sobretudo em cidades do interior, onde era *“difícil lidar com o discurso da reivindicação”*. Após breve ida à Itália, volta ao Brasil diretamente para a Vila Kennedy, favela do Rio de Janeiro. De 70 a 75 aí trabalha nas pastorais da juventude, CEBs, círculos bíblicos, pastoral operária etc.

Ele fala da politização progressiva desse trabalho e de como começa a entrar em contatos superficiais com a esquerda organizada (seja para obter informações, seja para *“ajudar em alguma coisa”*). Sofre pressão – juntamente com o grupo no qual trabalha – da Arquidiocese, abandona a condição de padre e vai atuar na Pastoral Operária de Nova

²⁰ Assessores da FASE nos anos 70. István Jancsó foi um professor universitário e historiador brasileiro. Nascido na Hungria, emigrou em 1948 com a família para o Brasil. Formado em história na Universidade de São Paulo, logo passou a dar aulas ali. Já na vigência do regime militar no país, mudou-se para Salvador onde lecionou na Universidade Federal da Bahia, quando passou a participar do movimento clandestino para restauração da luta sindical. Exilou-se na França e deu aulas na Universidade de Nantes. Após seu retorno ao Brasil, foi preso e torturado.

²¹ Lorenzo Zanetti foi coordenador da FASE no Rio de Janeiro e mais tarde assumiu a coordenação do Regional Sudeste-Sul, que reunia as equipes da FASE em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. A partir de 1985, foi coordenador do SAAP Setor de Análise e Assessoria a Projetos.

Iguaçu, ao mesmo tempo em que trabalha em uma empresa de construção civil. Casa-se. Conhece a FASE através dos trabalhos que realiza em Nova Iguaçu e é convidado a entrar para a entidade, em 1976²².

Voltando à memória que nos passa Jean Pierre Leroy, a essas alturas – e desde 1973/74 –, perseguições políticas começam a atingir a FASE e as relações com os doadores começam a ser afetadas: *“por essa época, começou uma baixa violenta, porque se dizia que gente da FASE havia sido presa. O Cardeal começou a bloquear os acessos... e a FASE não tinha como se defender. Começou uma queda de recursos”*.

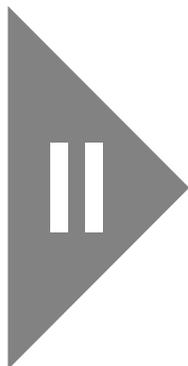
Nesse período, em que se volta aos poucos para a conscientização e a educação popular, a FASE está presente na área de expansão da fronteira agrícola no Pará e no Maranhão. Por volta de 1976 desenvolve, através de algumas equipes, o debate sobre a Reforma Agrária. Cresce o peso dentro da entidade de algumas correntes políticas com influência em equipes voltadas para o trabalho de construção e fortalecimento de oposições sindicais e de organização de movimentos populares. A entidade torna-se permeável e se liga progressivamente às organizações políticas (legais ou não) que compunham esses movimentos.

Como se viu no depoimento acima, as transformações da FASE, abandonando referenciais e rompendo alianças, repercute, necessariamente, no plano das fontes antigas de financiamento, que começam a diminuir. Nesse sentido, as histórias contadas aqui são exemplares e dão concretude às dinâmicas de construção de um campo de organizações e de laços de cooperação internacional que se forjavam aos poucos, correspondendo a transformações no contexto social e político dos anos 1970/80.

A própria narrativa do Pe. Leising evidencia o caráter político das parcerias com os financiadores e suas implicações quanto às alianças no país, quando relembra o momento de transição em que Michel Rousseau – representando as novas forças e discursos – assume a direção da entidade: *“a FASE quase foi à falência”*, diz o prelado, entrando numa crise que a fez vender escritórios e despedir gente. *“Do dia para a noite deixou todos esses contribuintes saírem, perdeu todo esse trabalho de dez anos, de doze anos no Brasil”*. Mas, como ele mesmo conclui, *“a Fase conseguiu pegar apoio da Europa (...) A Europa salva a FASE, não é?”*.

Leia-se: a FASE e seus quadros, não sem tropeços e riscos, afirmam sua autonomia e estabelecem outras alianças políticas, a partir de que se afirma na entidade um novo projeto. Claro, a conjuntura internacional é favorável ao estabelecimento de sintonia entre as linhas de ação de um conjunto de agências de financiamento europeias e canadenses, e as causas democráticas com as quais se envolviam as ONGs latino-americanas no cenário na década de 1980 que se inaugurava.

²² Lorenzo, hoje falecido, tem uma sala com seu nome na sede do grupo cultural Afroreggae, pelo apoio que lhes deu nos seus primórdios, através de um programa da FASE, o SAAP. Foi também grande incentivador, igualmente nos anos 90, do grupo O Rappa e outros análogos, através desse trabalho na FASE.



**TRANSFORMAÇÕES:
A VIRADA DA DÉCADA
E OS ANOS 80**

II. TRANSFORMAÇÕES: A VIRADA DA DÉCADA E OS ANOS 80

(...) o esforço de ajustamento da FASE ao novo momento histórico passa pela superação da concepção do processo de desenvolvimento que marcou os primeiros tempos da vida institucional (...). Como referência analítica para o nosso programa de Educação Popular importa assinalar as características principais do modelo de desenvolvimento adotado no país, que manteve os trabalhadores inteiramente excluídos dos ganhos do crescimento econômico(...), que gerou uma situação de extraordinária concentração de renda, de empobrecimento e de miséria dos assalariados urbanos. (...) e assiste-se à formação de um amplo contingente de assalariados rurais super explorados, privado da prática dos mais elementares direitos(...). Assim, esse desenvolvimento realizado às custas da exploração econômica e da marginalização social e política da classe trabalhadora, coloca a exigência de profundas transformações da sociedade brasileira e o imperativo de luta por melhorias imediatas das condições dos trabalhadores e pela ampliação da participação desses na vida e no processo de mudança da sociedade ¹. (Compromissos básicos da FASE, 1982)

Os anos 1980 são atravessados por uma ampla crise econômica², porém – na medida em que essas dimensões possam ser relativamente separadas – apresentam saldos positivos do ponto de vista da progressiva construção institucional democrática e do fortalecimento, nas bases, de organizações associativas e movimentos populares, no Brasil. Nos estertores da institucionalidade implantada com a ditadura militar, a sociedade brasileira assiste, pouco a pouco, ao nascimento, crescimento e consolidação do que se vinha criando desde os meados dos anos 70 em termos de movimentos sindicais, de organizações de luta pela terra, de associações de moradores e comunitárias, assim como de grupos de ação coletiva diversificados como os identitários (mulheres, negros, sociedades indígenas etc.) em lutas por direitos específicos ou difusos. A virada da década de 70/80 é momento de entusiasmos, para quem transitava junto a esse campo de mobilizações.

¹ FASE. Coordenação Nacional, Compromissos Básicos FASE, 1982. Rio de Janeiro. (Mimeo).

² Para considerações sobre os rumos econômicos do capitalismo nos anos 80 e 90, veja o capítulo 3 deste volume.

O “novo sindicalismo”, construído nos anos anteriores dá origem à CUT, e os movimentos de bairros veem crescer grandes federações com ponderável força política. A criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra também foi um saldo das lutas que, iniciadas nos anos 70, vêem sua consolidação na década seguinte. Muitas dessas mobilizações e organizações representam um papel na construção da Constituição de 1988.

A lenta democratização institucional vai abrindo espaços – ampliados formalmente após 1988 – para inéditas e variadas interações entre sociedade civil e Estado, desde o plano local até o nacional. Já são bastante estudados os novos desenhos institucionais de políticas públicas, como os conselhos e orçamentos participativos, nos quais se fazem presentes e têm peso as organizações da sociedade civil e que se multiplicarão durante os anos 90, espalhados pelo país (embora em um contexto neoliberal que se tornaria adverso para esse tipo de experiência e esses movimentos, conforme se analisa no capítulo seguinte desse volume).

Entidades como as ONGs acrescentam à sua agenda, nessa nova conjuntura da virada da década de 1980/90, práticas relacionadas às políticas públicas, necessariamente ausentes de seu horizonte de ação nos tempos anteriores de regime autoritário. Como se diz, essas organizações haviam nascido e atuavam até então – sob a ditadura – “de costas para o Estado” e apostando na criação de contrapoderes no plano da sociedade.

Assim como outras ONGs, a FASE está presente nesses processos marcados por mobilizações sociais e surgimento de novos atores e lideranças, sendo por eles influenciada, ao mesmo tempo em que representava papéis nessas dinâmicas. Através de seus “projetos” espalham-se “assessores de movimentos populares” pelo país, conformando aos poucos um conjunto particular de especialistas da política e da ação social, treinados no contato com bases sociais e na mediação com atores diversos da sociedade.

É no decorrer dos anos 80 que um conjunto de organizações de educação popular, com posições e ações na sociedade análogas às da FASE, vai investir na construção de uma identidade política comum. A FASE tem um papel destacado nas dinâmicas que resultam na criação desse campo, sendo uma das lideranças no processo pelo qual essas entidades passam a assumir conjuntamente o nome “ONG”, como reconhecimento para si e, logo, para a sociedade. A fundação de uma associação, a ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), em 1991, cujo primeiro presidente é exatamente o então Diretor da FASE, Jorge Eduardo Saavedra Durão, é e expressão de um acúmulo de relações construídas na década anterior. Nos anos 80, são várias as instâncias (reuniões latino-americanas e brasileiras, reuniões “Sul-Sul”, seminários, reuniões com “contrapartes” – os financiadores do “Norte” –, encontros com movimentos sociais etc.) em que essa identidade política comum é construída e a FASE

investirá intensamente esforços nesse sentido ³.

No começo da década de 80 ⁴, a FASE estava estruturada em doze equipes de base (Belém 1, Santarém, Tocantins, Santa Luzia, Bragantina, Recife, Fortaleza, Garanhuns, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Vitória) – com a proposta de criação de mais duas equipes (Belém 2 e São Luís) – divididas em 3 regiões (Norte, Nordeste e Sudeste-Sul). Cada uma sob a responsabilidade de um Coordenador Regional. Existiam quatro programas nacionais ⁵ sob a responsabilidade de três coordenadores regionais e de um Coordenador Nacional, ou seja, da Coordenação Executiva (CEX).

Por detrás desse quadro organizacional e administrativo oficial, formalizado em termos de um Plano Trienal que é ao mesmo tempo projeto e carta de apresentação aos financiadores internacionais, transcorre um processo de transformação em ebulição na entidade, como foi dito no capítulo anterior. A efervescência de movimentos sociais no campo e na cidade, característica da virada da década de 1970 para 80, é permeada por correntes políticas diversas, materializadas em grupos e partidos atuando dentro ou – no caso, a maioria – fora da legalidade.

No interior da FASE, redefiniam-se linhas de atuação, renovavam-se quadros, desenvolviam-se debates e conflitos entre forças diferenciadas na instituição, perpassando projetos em áreas rurais e urbanas, ambos atravessados pela questão do sindicalismo e pelos movimentos populares de cunho territorial (organizações de pequenos produtores, associações de bairro). É como se a FASE, nesse momento, se desviasse de antigos caminhos e criasse os atalhos apropriados para entrar em outra vertente da história da sociedade brasileira, a que se constrói através de novos movimentos sindicais, políticos e populares, dos quais a entidade estivera razoavelmente alheia nos seus primeiros anos de vida.

Observe-se ainda que a renovação de estratégias e alianças de financiamento é condição necessária e constitutiva dessas transformações, ainda mais considerada a amplitude que adquire a instituição. O projeto de atuação da FASE exige recursos consideráveis, pela sua complexidade e abrangência.

Retoma-se, a seguir, a trajetória percorrida pela FASE nesses anos da “virada”.

³ A criação da ABONG terá como uma de suas justificativas imediatas as medidas de confisco de poupanças no início do governo Collor de Melo que afetaram marcadamente esse campo e os movimentos esboçados pela presidência da República de regulamentar a existência das ONGs e suas relações com o Estado. Tal contexto apressou a formalização da identidade já existente entre o conjunto de entidades, fortalecendo o seu exercício de um controle político mais eficiente sobre esses processos.

⁴ Informações retiradas do Programa Trienal 1981/1983.

⁵ Programa Nacional Assessoria e Estudos sobre áreas rurais, Programa Nacional Assessoria e Estudos sobre áreas urbanas, Programa Nacional Publicações e Programa Nacional Recursos Pedagógicos.

II. 1. Transformações: financiamentos e alianças internacionais.

A Europa salva a FASE, não é? (Pe. Leising)⁶

Em situações de estruturas ou de regimes opressivos, vamos procurar primariamente fazer alianças com parceiros que tenham por objetivo combater as estruturas que sustentam o subdesenvolvimento e a pobreza e que se mostrem dispostos a enfrentar os riscos dessa luta (Documento da Agência Internacional ICCO, 1984) ^{7,8}

Em meados de 1970, a FASE era uma entidade de âmbito nacional com mais de 80 funcionários e sua reconfiguração em termos de projetos e referenciais políticos, como se disse, vai levar alguns anos.

Uma comparação de dados através da década mostra como a FASE foi transformando o seu perfil em termos de fontes de obtenção de recursos. Em 1971, dentro, portanto, do modelo e da gestão de Pe. Leising, o orçamento da entidade era composto da seguinte forma: 4% de entidades beneficentes e empresas (contando as multinacionais Atlantic, Coca-Cola, Esso, Gillette, Sydney Ross); 5% de assessoria técnica para fora; 34% de renda patrimonial; 38% de sócios contribuintes. E apenas 19% de organizações internacionais. Ou seja, 81% dos recursos da entidade vinham do país, entre empresas, indivíduos e geração de recursos próprios.

Já em 1977, temos apenas 14,5% para contribuintes e recursos próprios, somados; 11% para organizações do Brasil; e 74% para entidades internacionais. Ou seja, num período de 5 a 6 anos, durante os finais da década de 70, a entidade entra definitivamente no circuito internacionalizado de agentes e organizações específicas que viriam a se reconhecer e aliar através de parcerias, ideários e projetos comuns, com base em horizontes de transformações sociais democráticas e igualitárias, conforme foi mencionado. Criam-se as relações chamadas de cooperação internacional (anteriormente, os termos utilizados tinham sido “ajuda” e “financiamento”) com as contrapartes do Sul. Campo em que a Igreja Católica, através de alguns organismos como a Ação Católica, assim como algumas igrejas protestantes, dentro do chamado movimento Ecumênico, tinham peso, nesse momento.

⁶ Padre Leising [1992]. Depoimento concedido a Leilah Landim apud op. cit.

⁷ Concepções análogas frequentam outras agências de cooperação, nesses anos.

⁸ ICCO. **Política da ICCO** – Desenvolvimento e Participação, 1984. A ICCO – Instituição Intereclesiástica de Cooperação Internacional é uma agência holandesa de co-financiamento e de apoio a projetos não governamentais.

A FASE “vira” ONG, ou aquilo que viria em meados dos 1980 a ser chamado de ONG. Rompe determinados laços construídos não só internacionalmente, com ênfase nas agências norte-americanas, mas com setores da sociedade brasileira – como o empresarial e o assistencial religioso –, e o governo, posicionando-se de modo diverso com relação ao campo político, ao campo das igrejas e ao acadêmico. Entra na rede “horizontal” de atores que se posicionavam contra a ditadura a partir de projetos variados de cunho organizativo nas bases da sociedade. Referenciais marxistas começam a permear as práticas da organização, relacionados aos freirianos e católicos da Teologia da Libertação.

A busca de novas parcerias internacionais inicia-se, em 1976, com Michel Rousseau – sucessor de Pe. Leising na direção da entidade, como foi dito – que sairia logo da FASE para a agência canadense Desenvolvimento e Paz⁹, uma das colaboradoras fiéis nesse campo de organizações que se desenvolvia. Esses passos de busca de financiamentos foram continuados por Jean Pierre Leroy, que assume a Secretaria Executiva em 1978. Um depoimento seu¹⁰ é interessante por apontar para um modelo ideal da nova cooperação: é quando a relação com as agências “*muda de tom*”, a partir de que Jean Pierre parte para a Europa com um projeto de entidade unificada, com uma determinada “*cara*” – e não um aglomerado de projetos pontuais e localizados – “*tendo uma única proposta e que visava contribuir na organização da população, inclusive trabalhando com oposição sindical*”. Torna-se progressivamente mais nítida a opção, característica de FASE, de articular o apoio às práticas de cunho econômico, ou de ganhos materiais através de experiências de produção e comercialização, com as da construção e fortalecimento dos movimentos populares e da cidadania (a sustentabilidade ainda não entrava no discurso da instituição, por essa época).

Conforme ainda a história narrada e as palavras de Jean Pierre Leroy, é quando surgem para a FASE as palavras: “*transparência*” nas relações internacionais, “*perspectiva integrada*”, “*financiamento institucional*”, “*apoio para salários e pessoal*” e não apenas para projetos específicos, fragmentados, como os econômicos de cunho pontual e isolado.

Como afirma, parte para a Europa em 1979 sem ter muita certeza do que encontraria, se daria certo essa nova estratégia institucional: “*eu inventei uma FASE*”, a partir do que já existia e do que se projetava ser. O que seria possível a partir também das tendências vigentes nas agências de cooperação não governamentais, que vão começar a se constituir em instâncias de apoio ao processo de institucionalização e de conformação do futuro campo das ONGs voltadas para a construção democrática.

⁹ Organismo oficial de solidariedade internacional da Igreja Católica no Canadá.

¹⁰ Cf. L. Landim, A invenção das ONGs do serviço invisível à profissão sem nome. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de pós-graduação da UFRJ. Rio de Janeiro (Mimeo).

Constrói-se um padrão de alianças e contrapartes baseadas em diálogos políticos e programáticos entre financiadores e financiados, envolvendo um universo de agências europeias e canadenses de ideários democratizantes e voltados para os valores dos direitos e da cidadania. Apesar dessa história variar segundo os contextos históricos e políticos de cada país, assim como segundo especificidades das trajetórias e vínculos institucionais de cada agência financiadora, pode-se falar em um campo de “cooperação internacional” de horizontes políticos comuns, capaz de alianças em torno de certos modelos de relações e projetos com os “do Sul”.

Nesse processo e através de alguns anos, a FASE iria construir e inaugurar uma nova forma de recebimento de recursos, o chamado Consórcio. Através dele, diversas agências internacionais garantiam, de forma coordenada, um significativo financiamento institucional para a organização.

Como narra um empreendedor central desse processo, Jean Pierre Leroy, então Coordenador Nacional da entidade, é no outono europeu de 1979 que ele parte para uma viagem de visitas às agências financiadoras. Os três coordenadores regionais da FASE indicaram Ademar Bertucci¹¹, da FASE São Paulo, para acompanhá-lo. Jean Pierre entraria então em contato com o Conselho Mundial de Igrejas, organismo Ecumênico sediado em Genebra e que, oportunamente, estava no momento reunido. Ele menciona que sua apresentação a um brasileiro que trabalhava no Conselho, Julio Santana, deu-se: “através dos membros do IDAC (Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária), então exilados em Genebra: Paulo Freire, Claudius Ceccon e Miguel Darcy de Oliveira, com os quais houve relações muito cordiais e afinadas. Santana apresentou o modo de trabalhar do Conselho em projetos de desenvolvimento através de consórcios que reuniam diferentes financiadores para apoiar o mesmo projeto, sob a direção do Conselho. Sugeriu que poderia ser um modelo interessante a ser trabalhado pela FASE, à condição, acrescentou, que a FASE seja o “mestre de obra” de um tal Consórcio e não um financiador.”¹²

Essa ideia foi levada, no transcurso da viagem, a outros interlocutores e, segundo Jean Pierre, obteve boa aceitação: “Assim, entre 1979 e 1980, adotaram a ideia o CCFD¹³ (Agostinho Jardim, depois de Henryane de Chaponnay¹⁴, que estava saindo), Bröt für die Welt¹⁵ (Jürgen

¹¹ O atual assessor nacional da Cáritas Brasileira e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Ademar Bertucci foi coordenador da FASE São Paulo.

¹² Narrativa por escrito de Jean Pierre, 2009.

¹³ O Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento, organismo de solidariedade internacional da Igreja Católica na França, é parceiro da FASE até hoje.

¹⁴ Henryane de Chaponnay tem uma notável trajetória de militância política e solidariedade internacional, inclusive com atuação destacada em apoio à resistência democrática à ditadura no Brasil. Fundou o CEDAL (Centro de Estudos e Desenvolvimento na América Latina).

¹⁵ Em português, Pão para o Mundo. É uma agência de cooperação internacional que faz parte da Obra de Diaconia das Igrejas Evangélicas da Alemanha. BfdW é parceiro da FASE até hoje

Stahn), Fastenopfer¹⁶, EZE¹⁷, Misereor¹⁸, Christian Aid¹⁹, Cafod²⁰, Trocaire²¹. A visita a Dan ChurchAid em 1979 fracassou. Somente em 1980 conseguiu-se remarcar uma visita a partir da qual a Danchurchaid²², na pessoa de LoneHögel, se inseriu na proposta. EZE se engajou com força no apoio à FASE a partir da primeira visita, quando a responsável pelo Brasil se entusiasmou pelo programa da FASE apresentado e conseguiu marcar uma reunião do coordenador da FASE com o diretor de EZE. A missão não foi em 1979 ao Canadá e Estados Unidos, pois contava com o apoio firme de Desenvolvimento e Paz, na pessoa de Michel Rousseau, ex-coordenador nacional da FASE, contratado por Desenvolvimento e Paz como diretor de projetos. Adotou também a idéia ICFID (Inter-Church Fund for International Development), fundo ecumênico localizado em Toronto. Ao que me parece, a CEBEMO²³ mostrou-se interessada.”(Depoimento por escrito de Jean Pierre Leroy, 2009).

A partir daí, já em 1979 seria realizada a primeira reunião do Consórcio, em Stuttgart. Além de Jean Pierre participou da reunião, representando a FASE, Matheus Otterloo, Coordenador do Regional Norte. Vale a pena transcrever os princípios adotados pela FASE, segundo Jean Pierre, por expressarem um modelo ideal de financiamento como relação política e de confiança construída pelas partes em jogo. Observe-se que é afirmado o discurso de horizontalidade e de transparência nas relações entre financiadores e financiados, como modelo a ser efetivado (em que pese a sua hierarquização institucional constitutiva). Esse código do diálogo e da construção de projetos com base na discussão política, de forma cooperada e em conjunto entre doadores e “contrapartes”, será a linguagem adotada nesse campo de atores nacionais e internacionais que se foi construindo.

- a) “A FASE é o líder do Consórcio, mas entendemos que nossos interlocutores são parceiros. Nem sempre é a FASE que tem que responder às dúvidas e questões. As agências podem se questionar mutuamente e também responder a questões de outras;

¹⁶ Em português, Ação Quaresmal Suíça. É um organismo de solidariedade internacional da Igreja Católica na Suíça e mantém até hoje relação de parceria com a FASE.

¹⁷ Evangelische zentralstelle für entwicklungshilfe era a agência protestante alemã de ajuda ao desenvolvimento, que posteriormente foi sucedida pela EED. A FASE manteve uma importante relação de parceria com a EZE e a EED ao longo das últimas décadas.

¹⁸ Misereor é um organismo de solidariedade internacional da Igreja Católica na Alemanha que até hoje apoia programas regionais da FASE.

¹⁹ Christian Aid é uma agência de cooperação evangélica do Reino Unido que apoiou a FASE até 2010.

²⁰ CAFOD (Catholic Fund for Overseas Development) é o organismo de cooperação da Igreja Católica na Inglaterra. Apoiou a FASE até o final dos anos 1980.

²¹ Trocaire é o organismo de cooperação da Igreja Católica na República da Irlanda. Apoiou a FASE até o final dos anos 1980.

²² Danchurchaid é uma agência de cooperação internacional ecumênica da Dinamarca, que apoiou a FASE até a sua saída do Brasil.

²³ Agência Católica Holandesa.

- b) A transparência. O programa apresentado soma todos os projetos e programas da entidade e a discussão e a aprovação da parte dos financiadores se dão sobre esse conjunto. Não se escondem as dificuldades, impasses e fracassos eventuais. Fica claro que a FASE tem uma postura política. Em reunião do Conselho deliberativo de ICFID, em 1981, o coordenador da FASE cunhará a expressão para explicar o que aparecia como demasiadamente esquerdista: “A subversão de hoje é a democracia de amanhã”;
- c) A relação é política. O peso de cada um é igual, independentemente do seu aporte financeiro. O debate de conteúdo prevalece sobre o administrativo-financeiro;
- d) Deve haver flexibilidade. A FASE prefere o financiamento institucional (blockgrant), mas as agências podem escolher a região / equipe / programa / projeto / temática que gostariam de financiar ou sobre a qual querem fazer a publicidade. Na reunião do Consórcio, se preencha assim o quadro do financiamento do conjunto;
- e) O Consórcio não é fechado. Outras agências podem aderir; pode também haver financiamentos complementares fora do consórcio.”²⁴

Enfim, esse é um tempo de disputas e divergências internas que pode ser considerado como uma crise de transformação política, consolidação e crescimento da entidade. Esses processos estarão na raiz do já mencionado papel assumido posteriormente pela FASE, como uma das entidades de ponta nas dinâmicas de articulação e construção de uma identidade comum entre organizações análogas às ONGs. Financiadas pelo mesmo campo de organizações internacionais, das quais a criação da ABONG, em 1991, e a Conferência Internacional do PNUD, em 2002, são espécie de coroamento. Sobretudo, lançam-se as bases da relevante atuação política e social da FASE no campo do sindicalismo e dos movimentos rurais e urbanos que marcariam os anos 80.

²⁴ Jean Pierre Leroy, depoimento citado, 2009.

II.2 Transformações internas: compromissos e enquadramentos.

“Mas de repente... você escapava da Igreja e na realidade arriscou cair nas mãos das tendências organizadas.” (*Mateus Otterloo*)²⁵

“O texto a seguir surgiu da necessidade sentida por todos nós, da FASE, de definir melhor a instituição, de dizer “qual é a nossa”(…). É fruto da experiência acumulada por nós e de um intenso processo de avaliação vivido neste ano de 1982” (*Compromissos Básicos da FASE, 1982*).²⁶

A construção de novos canais de financiamento era necessária, porém não suficiente para a sobrevivência institucional da FASE. Nesse momento de transformações políticas e institucionais na conjuntura nacional, crises internas ameaçavam o funcionamento da instituição e sua legitimidade junto aos segmentos sociais com os quais se relacionava, com a Igreja aliada e também – e conseqüentemente – com os próprios financiadores. Descrever algo sobre esses processos é certamente fornecer elementos para a compreensão de como se formou um campo novo de organizações no cenário brasileiro, autônomo mas ligado à construção de forças políticas e a lideranças que representariam um papel de peso nos anos subseqüentes da história do país.

É nessa conjuntura de retomada dos movimentos sociais – quando “novos personagens entram em cena”²⁷, com eixo no ABC paulista – que a FASE começa a ser povoada por quadros de profissionais/ativistas que vinham de outros meios que não os cristãos. Dentro da classificação de um “veterano” ex-padre da FASE, eram os “*marxistas*”, ou os “*avulsos*” (assim chamados, supõe-se, por não terem “bases” ou uma inserção institucional prévia), ou “*o pessoal vindo da militância*”. Pessoas cujas trajetórias incluíam a passagem por organizações marxistas clandestinas, ou pela prisão política; por exílios em momentos diversos; ou ainda gente que vinha das universidades, também em crise ocasionada pela repressão e expulsão de alunos e professores.

Era um processo mais generalizado, claro, o qual repercutia na FASE: nos movimentos sociais e partidos que então se criavam ou reconstruíam, abriam-se espaços diversos para a atuação desses especialistas da política, ou intelectuais de esquerda que aí se inseriam quer como quadros de organizações e partidos ainda clandestinos, quer como “*assessores*” individuais – pessoas de carreiras interrompidas que não se alinhavam mais com antigas organizações e linhas políticas de ação às quais se tinham filiado no passado recente (mesmo porque, esse era um mundo em grande parte destruído, dentro do país).

A FASE – como outras organizações análogas que surgem – oferece a oportunidade de combinar ativismo e profissionalização, em um momento de carreiras interrompidas e incertas. Como disse expressivamente José Orlando Falcão, alguém com trajetória de

²⁵ Mateus Otterloo, depoimento citado.

²⁶ FASE. Coordenação Nacional, **Compromissos Básicos FASE**, 1982. Rio de Janeiro. (Mimeo).

²⁷ Eder SADER, **Quando novos personagens entraram em cena** – experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

ativismo político e que tornaria-se Coordenador Regional do Nordeste, sobre sua entrada na FASE: “*Vim de passar uma chuva, acabei ficando até hoje*”²⁸.

O encontro entre marxistas e cristãos que se dava no campo dos movimentos sociais reproduzia-se também nos espaços da FASE. Os novos quadros vindos da esquerda traziam – além do capital de novas relações institucionais – uma qualificação para a política bem-vinda, em tempos de emergência de grupos e debates que tornavam mais complexa a ação junto aos movimentos sociais. Ives Lesbaupin é um dos autores que falava sobre a questão da não qualificação dos cristãos que, nos finais da década de 70, se engajavam em órgãos de classe, muitas vezes se defrontando com “um quadro para o qual não estavam preparados (confronto de tendências, correntes políticas etc.)”. Ele fala da importância da “formação política” para esses “agentes”, por essa época em que se uniam fé e política²⁹.

Porém, ao lado dessas incorporações de novos agentes à FASE, desses encontros que seriam constitutivos do seu perfil organizacional, desenvolviam-se processos que chegaram a ameaçar esse equilíbrio. Dado o tamanho da FASE e o contexto ditatorial, o debate interno na entidade caracterizava-se pela mais completa falta de transparência, como define Durão em um quadro cronológico³⁰.

A instituição povoava-se de correntes políticas voltadas para o trabalho de apoio às oposições sindicais ou de reorganização sindical, assim como de construção de associações e movimentos de base. Avalia-se que as equipes regionais tendiam a virar verdadeiros “feudos”, ocupados por determinadas tendências. Nada a estranhar já que, como se disse, esse era um tempo de vigorosas movimentações na sociedade civil, destacando-se as lutas sindicais no campo e na cidade – nas quais a FASE se inseria de norte a sul – permeadas naturalmente pelas lutas muitas vezes radicalizadas entre grupos em disputa por concepções e poderes.

Daí que, por volta de 1978, a entidade via-se tomada por lutas internas entre diversas tendências que controlavam suas diferentes equipes, fossem elas adeptas da educação popular (em diversas vertentes), da esquerda cristã, marxistas de diversos matizes, grupos e partidos então na clandestinidade (como MR-8, PC do B, PCB) etc. Esse processo de “aparelhamento” das equipes era acompanhado também por uma certa confusão, ou fusão, da entidade com os próprios movimentos que assessorava, no caso em que técnicos da FASE assumem cargos de direção desses movimentos.³¹ (Isso acontecia mais nas entidades de bairros, ou associações de moradores, do que nos movimentos sindicais, dado o caráter ocupacional e de classe dos seus participantes).

²⁸ [1992] Depoimento concedido a Leilah Landim apud op. Cit.

²⁹ Cf. I. Lesbaupin, A Igreja Católica e os movimentos populares urbanos. In: **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo / Presença Editora, 1980, n.5.

³⁰ Cronologia e contextualização de nossas “idéias fora do lugar”, s/d

³¹ Isso acontece mais nas entidades de bairros, ou associações de moradores, do que nos movimentos sindicais, dado o caráter ocupacional e de classe dos seus participantes.

Ou seja, se o processo de autonomização da Igreja fora um passo, sempre continuado, em direção à criação de uma institucionalidade própria, agora, eram necessários outros passos no sentido de autonomização da FASE com relação aos movimentos sociais, sob pena, no limite, de sua fragmentação e auto dissolução.

Assim como ocorreu com outros centros de educação popular, a FASE passará por mais essa prova iniciática em que estará em jogo moldar uma identidade própria, como instituição. Será a hora de elaborar, de modo prático, cuidadosa e sistematicamente, suas distinções com relação a movimentos, organizações representativas, grupos e tendências políticas, ou partidos. Forjar suas características organizacionais particulares, seu projeto próprio, sua metodologia de ação social e política e as concepções críticas sobre a sociedade capitalista e suas formas de desenvolvimento no Brasil como base dessa atuação. De imediato, resolver a equação de como estar ligada aos movimentos sociais e contribuir criticamente para seu desenvolvimento, sem se confundir com eles, sem se subordinar diretamente às suas dinâmicas politicamente mutáveis. Inclusive, a própria lógica dos financiamentos internacionais pressupunha essa autonomia e estabilidade organizacional.

Na entidade, essas lutas internas só teriam um desfecho favorável e formal em dezembro de 1982, quando se chegaria a um “consenso sobre os objetivos, prioridades e metodologia”, consolidado no texto Compromissos Básicos.

A saga vivida pela entidade nos inícios dos anos 1980, às voltas com acirradas disputas internas por parte de grupos e partidos políticos, a crise que então teria ameaçado sua organicidade e sobrevivência, é contada e interpretada por seus quadros mais antigos como o momento de construção de – finalmente – uma entidade de educação popular com perfil autônomo e discurso próprio, definido nacionalmente e compreendendo um determinado pluralismo de concepções e ações.

Pode-se pensar que esse é um momento emblemático da vocação continuada que a FASE vfoi criando, na prática, para gerir seu próprio projeto político, a partir do diálogo interno, com os movimentos e também com as agências internacionais. A FASE é uma instituição cujo estilo é marcado por uma intensa e constante reflexão social e política como base das justificativas de suas ações e programas, não se poupando, através de sua história, à produção de documentos, reuniões internas e debates sempre renovados e estendidos a todas as equipes.

Voltando aos tempos de mudança, dois novos instrumentos de trabalho são criados e merecem menção pelo papel que representaram nesses processos. Um foi a *Proposta – revista a serviço da educação de base*. É fundada em junho de 1976 – após a saída de Michel Rousseau da Coordenação – e existe até hoje, evidentemente reformulada, como um dos emblemas da continuidade institucional que caracteriza a FASE.

A revista, editada no Rio de Janeiro no âmbito do Escritório Nacional, visava a expressão e troca de ideias entre as diversas equipes e educadores da FASE, trazendo, sobretudo, narrativas sobre as experiências de práticas e projetos, além da publicação de textos de especialistas de fora da entidade sobre educação popular ou sobre temas considerados relevantes para a formação das equipes.

Vemos em seu primeiro editorial que seu objetivo central é “colaborar no crescimento da capacidade crítica e da visão da sociedade que tem o pessoal da base”, além de produzir uma “permuta permanente”, voltando-se para “o aspecto formativo da relação entre redação e leitor (...) a expressão da prática, da experiência e da reflexão partilhadas”³². Muitos dos debates internos da época tiveram na *Proposta* um veículo de expressão. Além disso, quem quiser, hoje, conhecer em detalhe a história da FASE terá na sucessão das *Propostas* uma documentação fiel e detalhada.

Outro projeto relevante para essa transição foi criado em 1978: o Programa de Pesquisa e Assessoria em Áreas Rurais, ligado também diretamente ao Escritório Nacional da FASE, ou seja, a Jean Pierre Leroy, que o incentivou e assumiu. Os financiadores dessas atividades de pesquisa, inusitadas na instituição, eram também heterodoxos: a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e algum tempo depois o INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição), ou seja, dois organismos governamentais.

As relações estabelecidas pela FASE com o campo da pesquisa acadêmica – no caso, da antropologia –, realizada tanto através de alguns técnicos como também através dos próprios trabalhos locais, em que se encontravam pesquisadores – no Norte e Nordeste do país – abriram canais de comunicação e aliança com algumas pessoas que trabalhavam na FINEP, também antropólogos. São contratados então, em função desse projeto, novos pesquisadores e pesquisadoras pela FASE, gente que não estava necessariamente inserida cotidianamente nas dinâmicas dos movimentos sindicais e populares, e que também exerceriam a função de “assessoria” a equipes regionais. Foi através desse projeto que entram na instituição Jorge Eduardo Durão e Maria Emília Lisboa Pacheco, os quais estão na FASE até hoje e representaram papéis relevantes tanto nesse momento de transição e na construção do projeto que se tornaria hegemônico, na entidade, quanto ocupando através dos anos cargos de direção³³.

É Maria Emília que nos lembra, hoje, de uma aliança relevante para os trabalhos da FASE que também se forma:

³² REVISTA PROPOSTA, 1976, n. 1.

³³ Por ordem de chegada, os pesquisadores/assessores são: Leilah Landim, Jorge Eduardo Durão, Maria Emília Lisboa Pacheco; um pouco mais tarde, Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga. Realizaram-se duas pesquisas sucessivamente, cujos resultados foram expostos em relatórios volumosos: *Força de trabalho agrícola em região de fronteira e Mudanças nos padrões de consumo e abastecimento de camadas de população de baixa renda no campo: o caso dos assalariados*.

*“Nessa mesma época [1978/1979] nós aqui na FASE acompanhávamos o trabalho da nascente Comissão Pastoral da Terra e coube a mim, nessa divisão interna de trabalho com outros colegas - Leilah e Jorge Eduardo -acompanhar mais os conflitos na Rio- Santos, no litoral Sul Fluminense”.*³⁴

Esses novos assessores, portanto, sediados no Escritório Nacional no Rio de Janeiro, além da pesquisa em regiões do Norte e do Nordeste, que os colocava em relação com equipes regionais, começam a realizar trabalhos diretos, juntamente com a CPT junto ao campesinato nas regiões de Cachoeiras de Macacu, do Norte Fluminense (Cantagalo), bem como em Angra dos Reis e Paraty no Estado do Rio³⁵.

Maria Emília narra características que encontrou no contexto em que começa a se inserir, junto com técnicos da nova equipe nacional de assessoria e pesquisa:

“Esse era o período em que o trabalho da FASE tinha uma característica muito marcadamente voltada para o processo de reorganização sindical, nesse período os sindicatos estavam ainda bem desestruturados no campo (...) Nesse sentido, o trabalho que era feito nas áreas de conflito era o apoio dado para a resistência contra a expropriação desses camponeses, em alguns lugares contando com apoio de advogados ligados à CPT (...). Este período que vai de final da década de 70 até meados dos 80 (...) é nesse período que nasce a CPT, é o período que a CPT é que assume, a meu ver, uma posição, mas ofensiva de apoio à luta (...) em determinadas regiões, como no estado do Rio (...)” em determinadas regiões, como no estado do Rio.³⁶

Na visão de Jean Pierre Leroy, a criação dessa equipe com antropólogos e sociólogos relacionados à docência e pesquisa acadêmica os quais, por sua vez, iam entrando nas dinâmicas de atuação da FASE, é relevante na condução da crise vivida pela entidade, já que fortaleceu um centro institucional cuja existência era necessária àquele momento: *“Esse projeto me fortaleceu porque eram pessoas atrás de mim (...). Eram pessoas que entraram na FASE sem estarem interessadas em se envolver com uma ou outra corrente”.* Essa era a disposição de Jean Pierre, que também não norteava sua ação na FASE pela adesão às dinâmicas pautadas por lutas de forças entre tendências políticas.

Durante esses anos, equipes se fortaleceram e se “desaparelharam”, outras foram extintas (ressaltando-se, por sua relevância, a equipe de São Paulo). Na opinião de Jorge Eduardo Durão, expressa através da linguagem crítico-analítica que se foi impondo como marca registrada do estilo da entidade:

“O que dividiu os campos dentro da FASE... Na verdade o que dividiu os campos entre os que permaneceram na instituição e os que saíram dela, no

³⁴ Entrevista para esse trabalho em novembro de 2010.

³⁵ Estavam em questão lutas de resistência pela terra por parte de grupos camponeses ameaçados por glileiros, grandes proprietários de terra ou a indústria do turismo, respectivamente.

³⁶ Entrevista, já citada, com Maria Emília Lisboa Pacheco.

*período que vai de 80, 82... e até talvez 84, foi justamente os que estavam... de um lado, os que estavam dispostos a abrir um debate sobre o futuro da instituição, um debate político aberto, em que essas posições ideológicas ou religiosas não eram os elementos dominantes, nem a filiação partidária ou sindical, mas a busca de um certo projeto para a FASE. Enquanto que aqueles que tinham posturas puramente instrumentais com relação à FASE saíram, como o pessoal do PC do B e do MR-8. Mas também saíram aqueles que queriam passar a FASE a limpo, de acordo com sua posição. Quer dizer, fazer uma homogeneização político-ideológica sem aceitar esse debate, por se considerarem, a priori, mais identificados com a história da FASE, ou com... esse pessoal, por exemplo, mais esquerdistas, inclusive cristãos, mas que não toleram o diálogo com pessoas de outras origens (...). Nesse momento foram excluídos, ou até se excluíram, os que se recusavam a uma discussão em bases pluralistas (...). O passo decisivo, o momento em que se deu uma definição de modo muito claro, foi quando a FASE resolveu elaborar seus princípios básicos, em 82, ou seja, definir que o terreno onde se dariam as definições seria o terreno de uma política institucional da FASE e não o terreno das definições partidárias, ou sindicais, ou ideológicas, que a priori os técnicos da FASE tinham.*³⁷

Esses processos de conflitos internos culminaram em um grande encontro com todos os coordenadores da entidade e uma significativa representação de técnicos de cada equipe e de cada programa, realizado em Brasília em 1982. Longas viagens de ônibus confluíram de diversas regiões para o planalto central, quando se confrontaram teses, linhas de ação, tendências, em uma dinâmica bastante radicalizada, acalorada e – pode-se dizer – análoga à de partidos ou movimentos de cunho representativo. Como diz Jean Pierre, o encontro: “apareceu para uns como o momento de ganhar a FASE para suas posições, para outros como o momento de garantir a sua sobrevivência através de uma plataforma mínima comum que manteria a autonomia a mais ampla possível de cada equipe e, para alguns, o momento de construção de uma proposta comum que realmente contribuísse a fazer avançar a FASE como um conjunto unido na sua diversidade”.

Segundo sua narrativa e a de outros que estiveram presentes no encontro, um fator fundamental para o encaminhamento positivo desse processo foi a intervenção, um tanto inesperada, do Presidente da FASE, como se sabe, figura estatutariamente voluntária, responsável jurídico que geralmente não participa, direta e quotidianamente, das atividades desse tipo de instituição, apesar de deter poderes formais em sua condução. São expressivas as palavras de Jean Pierre contando essa história:

³⁷ Jorge Eduardo DURÃO [1992]. Depoimento concedido a Leilah Landim apud op. Cit.

*“O Coordenador Nacional estava bastante inquieto e essa inquietação foi compartilhada pelo Conselho da FASE. O então presidente, José Gomes Sobrinho³⁸ (que deu nesses anos de ditadura seu apoio integral à FASE), temendo a implosão da FASE, decidiu aparecer no Encontro. Chegou em tempo de lembrar que a FASE tinha Conselho e Direção e não era uma assembléia sindical permanente, que não podia ser dirigida por um coletivo emanado das bases que teria todos os poderes. O Coordenador Nacional, que se sentia bastante isolado, foi assim reforçado e pode apresentar a proposta de elaboração de um documento comum cuja primeira versão foi imediatamente elaborada pela equipe de pesquisa do nacional (...), sem que as estruturas institucionais fossem mexidas”.*³⁹

Ou seja, a entrada em cena do Presidente da FASE teve um efeito de trazer os debates e imaginários que ali se manifestavam para o terreno da concretude, em termos da forma organizacional, do ator institucional e da situação específica que ali estava em jogo.

Através dos títulos dos capítulos dos *Compromissos Básicos da FASE*, texto de dez páginas assinado pela Comissão Nacional de Coordenadores em dezembro de 1982, após essa grande reunião, pode-se observar as transformações e as temáticas já então consagradas na entidade: (a) A proposta de educação popular da FASE: os grupos prioritários, os critérios de escolha de áreas e suas tarefas; b) A postura democrática da proposta e a relação educador/educando; (c) A autonomia em relação a outras instituições e sua postura diante das organizações populares; (d) A FASE e as outras instituições democráticas; (e) Relação FASE/igrejas cristãs; (f) a FASE e a solidariedade internacional.

Observe-se que esse “programa” é emblemático não apenas por seu conteúdo, mas por evidenciar e construir os elementos que dão sentido social e político à existência e à atuação particular das organizações não governamentais, , como vinham se construindo e se afirmariam nos anos 1980/90. Estabelecem-se, pela primeira vez, referenciais institucionais legitimados por um debate interno em âmbito nacional – aos moldes, podemos dizer, de um programa político – para balizar a atuação da entidade. Afirma-se também um estilo que segue a instituição até hoje: a vocação para a discussão política e metodológica dentro das variadas equipes e no plano de um projeto de atuação conjunta entre elas.

³⁸ O empresário José Gomes Ferreira Sobrinho foi presidente do Conselho Deliberativo da FASE desde a fundação da entidade até o seu falecimento em 1986.

³⁹ Depoimento de Jean Pierre Leroy, 2009.

II.3. Consolidações: princípios e práticas nos anos 80

A premissa básica da nossa proposta de educação popular é a compreensão de que o processo de mudança social em toda sua complexidade só se realizará como obra dos próprios trabalhadores nele diretamente interessados. Tal proposta de educação popular pressupõe assim o respeito pelo saber, valores, lideranças e modos próprios de educação popular (...). (Compromissos Básicos da FASE)⁴⁰

Definimos como característica principal da entidade o trabalho de base direto que visa à conscientização e à organização dos trabalhadores dos setores priorizados. (Coordenador Nacional da FASE, 1984)⁴¹

A relação entre o agente de educação popular e as massas deve ser pensada como uma relação viva, de vinculações recíprocas. (Maria Emília Lisboa Pacheco)⁴²

Muita tinta foi gasta e muito tempo foi utilizado nas discussões internas da FASE sobre a metodologia da educação popular, na primeira metade dos anos 80. A entidade inseria-se no debate teórico e normativo, então vivo entre os que faziam ação político-pedagógica, sobre a natureza das relações entre os chamados agentes de base, os assessores e os grupos ou movimentos sociais e sindicais com os quais se realizavam os trabalhos da “ação educativa”. Os novos tempos de múltiplas transformações demandavam a retomada, revisões e redefinições das relações “intelectuais/bases” ou “vanguarda/massas” que tinham sido nas décadas anteriores tematizadas e praticadas por grupos e partidos das esquerdas marxistas ou dos cristãos progressistas. Como pensar interações conversoras com segmentos populares, agora no campo em construção dessas organizações não governamentais?

Em 1987, edita-se uma volumosa publicação, compactada em letras miúdas, para circulação interna na entidade, *Documentos Internos da FASE – 1983-1986*, que reúne nada menos do que 55 documentos, assinados, raramente, por alguns assessores, ou, na sua maioria, pelas equipes regionais ou locais. “Estes documentos são de circulação interna da FASE e se destinam exclusivamente ao uso das equipes técnicas da FASE”, anuncia-se na página de rosto. Evidenciava-se a vocação mencionada de debate interno e

⁴⁰ FASE. Coordenação Nacional, **Compromissos Básicos FASE**, 1982. Rio de Janeiro. (Mimeo).

⁴¹ Coordenador Nacional/GAN, 1984 apud Elementos para a sistematização das linhas de trabalho das equipes locais da FASE. In: **Documentos Internos da FASE**, 1983-1986. Rio de Janeiro: FASE, 1987. Observe-se que no ano de 1984 deu-se a substituição dos quatro programas nacionais por um Grupo de Assessoria Nacional (GAN). Jorge Eduardo Durão assumiu a Coordenação Nacional da FASE enquanto o ex-coordenador Jean Pierre Leroy assumiu a Coordenação Nacional Adjunta.

⁴² Maria Emília L. Pacheco, “Algumas reflexões sobre metodologia de educação popular”, em *Documentos Internos da FASE, 1983-1986* (op. Cit.), 1983.

transparente da entidade, ao mesmo tempo em que se afirmavam as novas bases de integração e consolidação de seu amplo corpo de componentes, no “pós-82”.

O debate sobre a educação popular mencionado compõe a introdução ao volume – seu primeiro capítulo – de modo a informar as discussões relacionadas aos regionais e diferentes grupos com que a entidade atuava. Os textos da FASE buscam uma posição, na “discussão sobre a relação intelectual x massa, agente x grupo” que fuja tanto do polo do chamado “basismo”, dos agentes que “tendem a absolutizar a consciência espontânea das massas”, como do polo “vanguardista” que pressupõe que “a consciência (dos trabalhadores) tenha que vir de fora para dentro”. Na problematização da relação educativa da FASE, propõe-se um terceiro caminho, em que se considera o caráter ativo, não neutro, do agente “no processo organizativo, de ação, de transformação da população”. Ao mesmo tempo em que pressupõe a “participação consciente de amplos setores da população na busca de uma alternativa ao sistema capitalista”.

Se a primeira concepção é relacionada aos cristãos progressistas e a segunda busca referências em Lenin e Kautsky, a terceira é remetida a concepções gramscianas, inspiradoras por excelência da metodologia proposta. Através de mediações desse referencial teórico é que se estabelecem princípios relevantes para nortear o trabalho formativo da FASE: “A preocupação em conhecer as categorias de pensamento dos grupos sociais com os quais trabalhamos é de grande importância no trabalho de educação popular. Tanto nos relatórios de trabalho na região como discussões com os agentes há constantes referências quanto à realização de cursos sobre estrutura agrária no Brasil, sindicalismo etc. Seria interessante, no entanto, discutirmos como esses cursos têm sido organizados. Será que nessas discussões os agentes se preocupam em conhecer a própria interpretação que o grupo tem sobre as questões analisadas?”⁴³

Debate-se, nesse contexto, a natureza do conhecimento científico e sua relação com a ideologia, quando tem lugar a crítica ao positivismo e ao pensamento então em voga de Louis Althusser e desenvolvem-se textos didáticos sobre conceitos gramscianos, tais como hegemonia, intelectual, senso comum, filosofia.⁴⁴

As práticas das equipes, portanto, durante esses anos, eram permeadas não apenas por discussões sobre a estrutura social, ou as conjunturas e as questões da política e dos movimentos sociais, mas também se desenvolviam debates e estudos sobre de que

⁴³ Maria Emilia L. Pacheco. **Algumas reflexões sobre metodologia de educação popular**, 1983. In: *Documentos Internos da FASE*, 1983-1986, FASE, 1987. (Mimeo)

⁴⁴ São, respectivamente, os textos “Conhecimento científico e a questão da ideologia (texto provisório para o Seminário do Regional Norte – 14 a 17/02/84)”, GAN, janeiro de 84; e “Relação Agente X População”, idem; em FASE, 2007. Prova de que o debate era corrente entre as ONGs na época e mostra de que se construía um campo – é a referência, por oposição, à metodologia de educação levada a cabo pela organização NOVA (seria “basista”), com a citação constante de autores e educadores como Aída Bezerra, Pedro Garcia, Beatriz Costa.

natureza eram e como deveriam ser as intervenções de formação e organização junto aos grupos com que se trabalhava.

II.3. a) Visão geral : o que se consolidou e onde, através dos anos 80.

“A FASE define como destinatários prioritários para sua intervenção educativa os operários industriais, os trabalhadores rurais e os trabalhadores na área de serviços essenciais”.(Compromissos Básicos, 1982)⁴⁵

Está fora dos propósitos desse texto descrever de modo exaustivo as inúmeras situações nas quais se traduziram concretamente as atividades e programas da FASE a partir de inícios dos anos 80, quando a crise que se atravessara deu lugar a uma estabilidade institucional criadora, não só para dentro da instituição, mas também para o campo nacional e internacional em que circulam as ONGs. Difícil é sistematizar e, principalmente, selecionar alguns debates e práticas que seriam os mais significativos, dentro da instituição, como se faz a seguir. Certamente muita coisa relevante – temas de discussão, técnicos, experiências de equipes locais – ficará de fora, merecendo tratamento posterior com focos específicos. Procurou-se dar ao leitor um panorama geral das ações da organização.

No Relatório de Atividades de 1983 – e reproduzindo o que estabelecem os Compromissos Básicos – a FASE define como destinatários prioritários de sua intervenção educativa “os operários industriais, os trabalhadores rurais e os trabalhadores na área de serviços essenciais”. Assinala que “ao nível do trabalho de bairros deve-se levar em conta a composição social diferenciada dos bairros”. Em especial a presença, junto dos operários industriais, de grande número de desempregados, subempregados e de trabalhadores em serviços, “tendo em vista a unidade dos moradores do bairro em suas lutas por objetivos comuns”.

Essas classificações básicas sobre os segmentos sociais prioritários compreendem, quando se olha de perto, as mais diferenciadas situações, cuja variedade expressa a densidade e extensão territorial da ação acumulada pela instituição através dos anos. Por exemplo, no documento *Relatório 1982 – Dados Quantitativos*, registra-se o trabalho com diversos grupos ligados a pastorais operárias, grupos de mulheres (em povoados, em comunidades, clubes de mães, grupos de pais), grupos de jovens (ligados ou não à pastoral da juventude) e outros.⁴⁶

⁴⁵ FASE. op. cit, 1982.

⁴⁶ Um quadro sintético contendo articulações, parceiros ou grupos assistidos, retirado de documentos da entidade de 1982, dá uma idéia da densidade e variedade de relações estabelecidas no trabalho. Vemos aí: Igreja Católica (várias arquidioceses, dioceses, paróquias, pastorais, comissões e CEBs), representantes da Igreja Luterana, representantes da Igreja Batista de Belém, CPT, SPDDH (Soc. Paraense de Defesa dos

No documento *Plano Trienal 1984-1986*, o público junto o qual trabalha a FASE é descrito mais detalhadamente: operários de indústria e trabalhadores da área de serviços; pequenos posseiros, pequenos proprietários e assalariados rurais; moradores de favelas e de áreas periféricas dos centros urbanos. Interessante observar que esses documentos, certamente pela época em que eram escritos e por seu caráter formal e oficial, ainda não revelam de modo claro o teor central do trabalho da FASE, como foi visto: a formação, considerada como conscientização, e a organização, com a prioridade e relevância dada ao trabalho sindical. A década de 80, como será visto, é a do sindicalismo e das associações de bairros.

Vale, no entanto, listar alguns dados desses anos, expressos nesse documento, para dar uma idéia da extensão territorial do trabalho da FASE. A instituição estava presente, através de seus projetos em ações, nas seguintes regiões e localidades:

Regional Norte: Pará – Belém (bairros de Benguí, São Miguel, Atalaia, Guanabara), Abaetetuba (Barcarena, Moju), Capanema (Santo Antônio do Tauá, Curuçá, Nova Timbotéua e previsão em Vigia, São Caetano e Marapanim); Maranhão – Imperatriz (Açailândia, Porto Franco) e São Luiz (bairro de São Bernardo); Amazonas – Manaus (programa novo ainda sem definição precisa, citados apenas os Bairros da Compensa e Itaqui e Careiro).

Regional Nordeste: Pernambuco – Recife (bairro Casa amarela e outras áreas em discussão) e Garanhuns (Agreste Meridional: São Bento do Una, Belo Jardim, Paratama, Lajedo, Caetés, Iati, Saloá, Angelim, Garanhuns, Jupi e Calçados. Mata Sul: São Benedito do Sul e Quipapá); Ceará – Fortaleza (Água Fria (favela), Castelo Encantado (bairro popular), Palmeiras (conjunto habitacional) Comunidades rurais do Carqueja, do Boqueirão e de Lagoa Seca.

Direitos Humanos), CDA (Comitê de Defesa da Amazônia), CEDEPS (Centro de estudos econômicos e políticas sociais) SEPLAN (Sec. de Planejamento do Estado do Pará), CAJOST (Centro de Assistência Jurídica e Org. Social dos Trabalhadores), MLPA (Movimento de Libertação dos presos do Araguaia), Uniões de Moradores; Sindicatos e oposições sindicais urbanas e rurais; Associação de Saúde da Periferia de São Luís, Centros de Estudos Teológicos, Conferência dos Religiosos do Brasil, Conselhos e associações de bairros, centros culturais, Comissão Justiça e Paz, CTC (Centro de trabalho e Cultura), Mobral, CEAS (Centro de Estudos e Ação Social) - Recife, GAJOP, Comissão Coordenadora do Movimento Terras de Ninguém, MAC (Movimento Amigo das Crianças), MIDAC (Movimento Internacional do Apostolado das Crianças), grupos de jovens estudantes da UFPE (Inst. de Educação - Centro de Artes e Educação Física e da Escola de Serviço Social), GEA (Grupo de Educação de Adultos), ITER (Instituto de Teologia de Recife) e Centro Josué de Castro; Centro dos trabalhadores Rurais de Garanhuns/Fetape, Voluntários alemães (convênio para programa em saúde); FUSAM/PES (Entidade governamental de saúde), Cooperativas Quatis em Lajedo e em Calçados, C.D.D.H., PRODECDI (Iguatú), MEB Itapipoca, NAMI (Núcleo de Atenção Médica Integrada/Universidade de Fortaleza), PAPS (Programa de Assistência Primária à Saúde - UFC), Pró-Federação dos Bairros e Favelas de Fortaleza, CEAC (Centro de Estudos e Ação Social), UMC (União das Mulheres Cearenses), Comitê de Solidariedade ao Povo de El Salvador, Frente Nacional do Trabalho, Ação Católica Operária, Centro Pastoral Vergueiro. CEDE - São Paulo, Cáritas; Ocimbra (Obra Social Comunitária de Itanguá e Nova Brasília Vitória/ES) e outras análogas.

Delegacia regional de sindical de Iguatu e de Capistrano. Em perspectiva: Favelas: João Paulo II, Lagoa Seca e São Vicente; Comunidades rurais Mazagaão, Mármore e Pesqueiro e Sindicatos dos trabalhadores rurais de Solonópole, de Senador Pompeu e de Capistrano.

Regional Sudeste-Sul: São Paulo – São Paulo (municípios de São Paulo e ABC paulista); Espírito Santo – Vitória (microrregião de Vitória: Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana); Área Rural: Colatina, Linhares, Ecoporanga, Montanha, São Gabriel da Palha, São Mateus, Conceição da Barra e Aracruz); Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (bairros periféricos da Zona Oeste do Rio de Janeiro e São João de Meriti); Rio Grande do Sul – Porto Alegre (Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Porto Alegre).

Além dos trabalhos regionais e locais, o *Plano Trienal 1984-1986* nos dá conta de outros projetos ou áreas de atuação que funcionam na instituição nesse período. É sugestiva do tipo de trajetória “inclusiva” seguida pela FASE, a presença de programas antigos e de cunho mais assistencial que aí permaneceram, ao lado da inauguração de novas iniciativas. É o caso do PTA – Programa de Tecnologias Alternativas – que apontava para o futuro, pelos seus temas instauradores de discussões como a agroecologia, o ambientalismo e a sustentabilidade, que será retomado adiante. Eram esses programas, ainda conforme o Trienal 84/86:

Programa de Coordenação, Assessoria e Capacitação – Voltado principalmente para os programas da FASE. Prestação de assessoria em planejamento e avaliação de projetos e programas de Educação popular; sistematização de experiências, cursos e seminários sobre tema ligados à educação popular e edição de uma Revista *Proposta* e de publicações internas.

Programa de Recursos Pedagógicos do Regional FASE Sudeste/Sul – Produção de audiovisuais e filmes de curta metragem em vídeo-tape e em 16 mm. Realização de pesquisas de programas de TV para subsidiar as próprias produções e fundamentar as assessorias solicitadas. Assessoria em produção de cartilhas, audiovisuais e filmes, utilização de material pedagógico; cursos, seminários, palestras sobre a relação educação popular e comunicação etc.

Programa de Bolsas de Estudo – Programa *Help* – para crianças carentes recursos provenientes dos Estados Unidos. E Programa MUCE – Mais Uma Criança Na Escola – para crianças carentes e bolsas para escolinhas comunitárias. Recursos de doadores brasileiros. Os dois programas não atendem crianças individualmente. São distribuídos só onde há organização comunitária e através desta.

Programa Leprosários – Manutenção e assessoria a escolas do 1º e 2º grau nas Colônias de Hansenianos de Tavares de Macedo (Itaboraí) e Curupaiti (Jacarepaguá) para enfermos egressos da comunidade local.

Atendimento a imigrantes – No caso de haver solicitação do ICMC (Comitê Católico Internacional de Migrações em Genebra) a FASE presta atendimento aos imigrantes e no caso de refugiados quando solicitada pelo CIM (Comitê Intergovernamental para as Migrações, em Genebra). Convênio CIM-ICMC-FASE.

Programa de Captação de Recursos – Rede de colaboradores contribuintes mantida pela FASE para os seus projetos comunitários, doadores para o programa MUCE. E o Programa de Captação de Recursos, responsável pelo relacionamento com a rede de colaboradores contribuintes para os projetos comunitários, o MUCE e pela extensão desta rede. O programa produz também cartões de Natal.

Além desses, havia também os programas anexos não permanentes; naquele triênio estavam em curso três deles:

Programa Tecnologia Alternativa – Voltado para o campo. Visa avaliar experiências comunitárias e socializá-las pela produção de material didático referente ao assunto e formação de agentes e técnicos para a multiplicação de experiências. Programa assumido em conjunto com várias outras entidades, notadamente a CPT.

Programa de Seminários em Alfabetização – Voltado para o Nordeste. Visa o intercâmbio e sistematização de experiências para melhorar a qualidade do trabalho nessa área.

Programa de Equipe de Saúde de Garanhuns/PE – Voltado para saúde preventiva e comunitária.⁴⁷

Esse é o perfil genérico da atuação territorial e dos programas anexos da FASE, em meados dos anos 80, os quais não se modificariam substancialmente até o final da década. A supressão de equipes preexistente e criação de novas, assim como transformações nos seus programas, vieram com o tempo e a partir dessas bases então firmadas.

Já no final da década, um resumo do *Relatório de Atividades 1987/1989* pode nos mostrar algo da linguagem e das concepções políticas que então informam os trabalhos

⁴⁷ Todos os textos citados, referentes aos programas existentes no período foram retirados do *Programa Trienal da FASE 1984-1986*.

da FASE, explicitadas nesse contexto de modo mais claro, em documentos oficiais. Trata-se de uma análise de conjuntura pós Nova República.

Aponta-se para a dívida externa como um forte condicionante no plano econômico. Alguns avanços no discurso e nas propostas de reforma nos aparelhos de Estado, por parte de setores progressistas, são relativizados e questionados. “A Nova República assimilou o discurso das reformas sociais, mas sua concretização continua comprometida pela falta de vontade política real nos diferentes níveis de intervenção do Estado; pela falta de preparo técnico das administrações; pela falta de comunicação/contato entre os aparelhos de estado e os setores/áreas populares”.

Quanto ao movimento popular, assinala-se que continuava com dificuldades de articulação a nível nacional: aponta-se no documento para sua falta de unidade, debilidade de propostas, escassez de recursos, problemas políticos de cooptação e atrelamentos. Na situação urbana, aponta-se para a pauperização da população trabalhadora; para o êxodo rural e o inchamento das cidades, com o agravamento dos problemas habitacionais e deficiências da política habitacional (reajustes do BNH, por exemplo, são questionados); para a questão do transporte (interesse de grandes empresários são apontados); da saúde (altas taxas de mortalidade infantil e crescimento de doenças cardíacas).

Quanto à situação rural, aponta-se para o quadro geral de modernização (tecnificação) conservadora da agricultura, com a permanência de uma estrutura fundiária cada vez mais concentrada. Por outro lado, assinalava-se um aumento significativo do número de conflitos de terra, concomitante ao agravamento da situação dos pequenos produtores (perda da autonomia e perda do acesso à terra, mesmo sob forma de arrendamento ou parceria). Constatava-se o avanço da organização dos assalariados rurais, principalmente no Nordeste e em São Paulo, sendo que o movimento sindical passava a dar maior importância às reivindicações dessa categoria.

Diagnosticam-se novas formas de luta no campo (42 acampamentos com 60 mil pessoas em 11 estados, dezenas de ocupações consolidadas), ao mesmo tempo em que se denunciava o caráter limitado da reforma agrária da Nova República, a qual se colocava aquém do Estatuto da Terra. Denuncia-se o agravamento de conflitos e violência contra trabalhadores rurais nessa nova conjuntura política.

A análise do movimento sindical urbano parte dos dados de que na região Sudeste concentram-se, naquele período, 70% do operariado brasileiro, no Norte 2,5% e no Nordeste 1,5%. No Sudeste, acumulou-se maior experiência nas lutas contra a exploração e construção de um sindicalismo autêntico e democrático, baseado em lutas por comissões de fábrica, delegados sindicais. Por outro lado, no Norte, observa-se uma classe ainda em formação, sofrendo com desorganização, com um contingente de trabalhadores sem contrato de trabalho e pouco conhecimento sobre o sindicato.

Comenta-se que de modo geral ainda era baixa a taxa de sindicalização no país. Ou seja, em termos conjunturais – e em que pese o contexto de instauração da Constituinte – avalia-se que não havia grandes modificações na realidade nacional que tenha trazido nenhuma perspectiva de melhora na qualidade de vida dos públicos com os quais a FASE trabalhava.

Nesse quadro, a FASE se propunha continuar o trabalho junto aos setores priorizados a partir da base, fortalecendo a democracia nas organizações populares; contribuindo para a unidade das organizações populares e nas lutas, bem como para que os movimentos populares passassem das etapas da resistência para o nível de formulação de propostas mais amplas sobre: reforma agrária; política agrícola; estrutura e organização sindical; legislação sobre o uso do solo urbano; política habitacional etc.

Metodologicamente, a FASE estabelecia quatro eixos: apoiar as lutas populares com vistas à melhoria de vida e à conquista de direitos; organização (como condição de reprodução do processo de educação); formação de lideranças e busca de alternativas econômicas. Como os próprios nomes das quatro frentes através das quais se organizava o trabalho sugerem, o público alvo da FASE não mudou.

São elas, nesse final de década: (a) Frente Sindical Urbana: operários de indústria e trabalhadores da área de serviços; lideranças, dirigentes de sindicatos e trabalhadores urbanos. (b) Frente Urbana de Bairro: moradores de favelas e de áreas periféricas dos centros urbanos, lideranças e participantes do movimento popular urbano; (c) Frente Assalariados Rurais: assalariados rurais; (d) Frente Pequenos Produtores Rurais: pequenos posseiros, pequenos proprietários, pequenos agricultores, pequenos produtores rurais.

Nesse último triênio dos anos 80, a FASE apresentou novos programas, motivada em alguns casos pela redefinição de objetivos ou pela mudança de frentes de trabalho. Em outros casos, propôs-se o deslocamento da equipe antiga, com experiência de trabalho consolidada, para uma área de trabalho inteiramente nova. Trata-se de uma proposta de ampliação das atividades que implicou na criação de novas equipes locais.

Segundo o documento *Plano Trienal 1987/1989*, a FASE passava por uma etapa de consolidação institucional e de aprofundamento da sua capacidade de trabalho, particularmente no aperfeiçoamento da metodologia de educação popular. As agências do Consórcio acompanharam essa discussão e algumas se manifestaram a respeito. A FASE examinou a indicação de áreas, confrontou-as com seus critérios e prioridades e com as possibilidades de trabalho.

Podem-se portanto assinalar, nesse momento, alguns projetos novos. Nesse trienal há a implantação de novos programas locais: (a) Programa de educação popular junto a assalariados rurais em uma região canavieira do estado de São Paulo (Jaboticabal); (b) Programa de educação popular junto a assalariados rurais do cacau no Estado da Bahia

(Itabuna); (c) Programa de educação popular junto a pequenos produtores rurais no Vale do Guaporé, Estado do Mato Grosso (Alto Guaporé). Por outro lado, algumas atividades foram suspensas e deslocadas de local. Em São Luís e Vitória foram suprimidas respectivamente as frentes de atuação em bairros e no movimento sindical urbano, buscando evitar dispersão e alcançar eficácia nos resultados. Encerrou-se o trabalho rural em Pernambuco (Garanhuns), seguindo-se o deslocamento da equipe para trabalho com assalariados rurais da cana em Alagoas (Maceió).

No âmbito do Programa Nacional de Coordenação, Assessoria e Capacitação cria-se o SAAP – Setor de Análise e Assessoria a Projetos – o qual se tornaria um programa anexo de relevância, para a FASE. Nesse caso, algumas agências internacionais decidem doar um fundo para a FASE administrar, com o objetivo de repassar recursos limitados para pequenos projetos espalhados pelo Brasil. A ideia é que a FASE, por seu conhecimento, reconhecimento e amplitude de atuação poderia fazer o que é difícil para as agências, isto é, chegar às pequenas iniciativas de cunho local. O SAAP também foi fundado tendo como objetivo dar uma assessoria à elaboração de projetos, por parte de grupos populares. O SAAP será retomado, no capítulo seguinte desse trabalho.

II.3.b) Sindicalismo, trabalhos urbanos e rurais: alguns traços e questões

Do meu ponto de vista a FASE deu uma contribuição inestimável para a construção... a reconstrução sindical no Brasil. Inestimável. Onde ela esteve presente, contribuiu para esses processos organizativos, para... disseminar a esperança. (Maria Emília Lisboa Pacheco).⁴⁸

- Formação sindical

Nos anos 80, o investimento na formação e organização sindical foi um dos focos centrais na ação da FASE, tanto na cidade como no campo. No contexto ainda incerto de abertura política e distensão “gradual e segura”, como afirma o governo militar final da década de 70, o surgimento de mobilizações sociais de escala significativa, tanto nas cidades como no campo, vinculadas direta ou indiretamente, em sua maioria, ao chamado “sindicalismo autêntico” – destacando-se as greves do ABC – dava feições mais radicais, participativas e populares ao processo de transição democrática.

A FASE participa desses acontecimentos muito de perto, tendo sido essa uma de suas primeiras grandes intervenções político-educativas após o reposicionamento feito a partir da segunda metade da década de 70. Essencialmente, e como foi dito, é desenvolvido um trabalho de educação voltado para as classes trabalhadoras. Os diversos

⁴⁸ Maria Emília L. Pacheco, entrevista em novembro de 2010.

escritórios regionais da FASE desenvolviam cursos de formação sindical, para os quais eram criadas e aprimoradas metodologias próprias.

Promovem-se, nesses anos, incontáveis encontros locais, mobilizações por categoria profissional de operários industriais e também de trabalhadores rurais. Publicam-se materiais de apoio ao “novo sindicalismo”, tais como manuais de comunicação popular, séries de livros e edições da *Revista Proposta* que sistematizam e relatam as experiências havidas no campo de educação popular e sindical, publicações locais e áudio visuais como *A Lamparina*, na Região Norte do país.⁴⁹

Importância destacada ganhavam as lutas para a construção de oposições sindicais. Como é sabido, o regime militar brasileiro permitiu a sobrevivência da estrutura de sindicatos por categoria profissional sob a condição, porém, de que estes fossem controlados por sindicalistas interventores, comprometidos com interesses patronais ou, no mínimo, imobilistas e conciliadores, diante das pressões vindas da base trabalhadora. Criar e promover oposições a essas direções sindicais “pelegas” revela-se estratégico na consolidação do “novo sindicalismo”, caracterizado pelas comissões organizadas por local de trabalho e outras formas de mobilização dos trabalhadores pelas bases. Pouco a pouco, as chapas reconhecidas como “combativas” ou “autênticas” ganham as eleições para a direção de seus sindicatos.

Na virada da década de 80, o clima político apontava para uma intensificação da mobilização sindical, como de fato ocorreu. Variadas iniciativas intersindicais refletem uma diversidade ampla de visões acerca do projeto e das metodologias de organização do movimento sindical. Nesse contexto, a FASE participou ativamente da organização do Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição e Estrutura Sindical, o ENTOES, que teve lugar em Nova Iguaçu em setembro de 1980.

Diferentemente de várias iniciativas de encontros intersindicais da época, o ENTOES juntou trabalhadores politicamente divididos. Segundo relato do educador da FASE Lorenzo Zanetti: “O valor do processo de organização do ENTOES e o resultado da articulação está no fato de que, pela primeira vez, oposições e direções sindicais se reúnem e juntos debatem nos estados, onde se realizam encontros preparatórios, e também em nível nacional. Isso contribuiu para a superação de preconceitos; discutiu-se aberta e objetivamente, identificando tanto diferenças quanto pontos de convergência.”⁵⁰ Os efeitos do ENTOES são relevantes porque, ainda segundo Zanetti, não foi mais possível organizar encontros restritos às oposições sindicais, o que veio a fortalecer a ideia de uma articulação intersindical maior. Essa articulação, em 1981, é a responsável pela realização da primeira Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT). Nela se tira uma

⁴⁹ Cf. Jean Pierre LEROY, **Uma chama na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes/FASE.

⁵⁰ Lorenzo ZANETTI. **O “novo” no sindicalismo brasileiro**: Características, impasses e desafios. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

comissão responsável por lançar as bases da primeira central sindical do país, a Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

Finalmente, a CUT veio a ser criada em 1983 por esse amplo grupo de sindicatos, federações sindicais, entidades pré-sindicais e outras organizações que participaram de seu congresso de fundação na cidade de São Bernardo do Campo, a mesma que havia assistido às vigorosas greves metalúrgicas as quais, em grande medida, contribuíram para o início desse processo cinco anos antes.

Essa trajetória foi acompanhada pela multiplicação de experiências de educação sindical por todo o país, sendo que os setores mais consolidados do movimento sindical passam pouco a pouco a construir seus próprios departamentos de educação. Há menções na literatura a organizações não governamentais presentes nesses processos em que é frequente a menção à FASE, reconhecendo o seu papel nessas dinâmicas de formação e organização⁵¹.

A partir dessa virada dos anos 1970/80, a FASE tinha equipes com assessorias sindicais urbanas consolidadas nas seguintes cidades: Belém, Recife, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

O sindicalismo rural obedece a ritmos e dinâmicas diversas do urbano. A FASE desenvolve inúmeras experiências de formação e organização também naquela área. Como já foi observado continuava em curso, nesse período, o violento processo expropriatório do campesinato em várias regiões do país, atingindo categorias de trabalhadores rurais em situações diversas (pequenos proprietários, posseiros, parceiros, arrendatários etc.). Os interesses agropecuários, os grandes projetos que beneficiavam empresas multinacionais, as iniciativas do capital especulativo e outras situações análogas ameaçam ou tangem grandes efetivos da população do campo para as cidades. Crescem os conflitos fundiários e as lutas de resistência, das quais uma expressão são os acampamentos e ocupações: dos atingidos pelas barragens de Itaparica e Itaipu; das fazendas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul (1979); das fazendas Burro Branco (SC) e Primavera (SP), surgindo finalmente, em 1981, o acampamento da Encruzilhada Natalino, uma das mobilizações relevantes na construção do futuro Movimento dos Sem Terra.

Pode-se definir então o trabalho da FASE, nesse contexto, como sendo fundamentalmente o de apoio para a resistência camponesa contra a expropriação. Frequentemente em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra, a FASE partia para a ação educativa junto a grupos de trabalhadores rurais, com *“um viés organizacionista*

⁵¹ O estudo das experiências de educação sindical nos anos 80 de Silvia Manfredi, por exemplo, destaca “as experiências de formação levadas adiante por organismos como o CEDI, a FASE, o Instituto Cajamar, o CEDAC, o CEPIS, entre outros, que procuraram atuar de forma estreita com os movimentos sindicais e populares”. Cf., Silvia MANFREDI. **Formação sindical no Brasil**, história de uma prática cultural. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

muito forte”, conforme lembra Maria Emília L. Pacheco na entrevista mencionada. Isso com a particularidade de trazer um importante componente de apoio jurídico, através de advogados participantes na entidade e na CPT para essas lutas. O trabalho também priorizava a organização sindical, bem mais precária no campo. *“O sindicato era empurrado pelos agentes de pastoral”*, nesse período de inícios dos anos 80, em vários contextos. Como prossegue Maria Emília:

“O investimento que era feito na organização sindical era um investimento pesado, é bom que se fale sobre isso (...). Era uma luta pesada. Porque havia pessoas que tinham assumido a direção sindical como um poder quase monárquico, que se ia transmitindo de geração em geração. A resistência em abrir mão desse poder era muito grande.(...) E para os camponeses se sindicalizarem, ou – mais do que isso – simplesmente entenderem o que é um sindicato, para que serve um sindicato, era muito complicado”.

Maria Emília lembra, por sua relevância, a Corrente Sindical Lavradores Unidos, de Santarém, e seu trabalho no sentido de conscientização e de politização da ação de organização sindical – na contra corrente da visão assistencial estimulada pela política do FUNRURAL (aposentadoria através do sindicato) – desenvolvendo-se discussões sobre as formas de exploração do campesinato, sobre a questão fundiária e a luta pela reforma agrária (*“é possível, no capitalismo?”*) etc. Formas de organização camponesa em torno a questões de interesse coletivo – como os projetos das cantinas comunitárias que se espalharam em certas regiões rurais do Norte, espécies de vendas de produtos por preços mais acessíveis – eram utilizadas na organização de oposições sindicais.

É relevante lembrar também o trabalho de reflexão e debate, desenvolvido à época na FASE, sobre o significado dos processos de assalariamento no campo, tendo a entidade iniciado trabalhos nessa direção. Ainda da opinião de Maria Emília, *“a FASE talvez tenha sido uma as primeiras ONGs a fazer um trabalho educativo com os assalariados rurais.”* Como foi visto na listagem de áreas de atuação acima, a entidade passa a realizar trabalhos de sindicalização também com segmentos assalariados.

Avançam as discussões sobre a *“modernização conservadora”* da agricultura brasileira e reafirma-se no Congresso da CONTAG (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura) a necessidade de uma Reforma Agrária *“ampla, massiva, imediata e com a participação dos trabalhadores”*. Lideranças rurais participarão ativamente dos encontros e discussões que levarão à fundação do PT e da CUT, e a FASE certamente representou um papel nesses processos.

- Nos bairros

Como se mencionou, esses anos são também os de uma ascensão de lutas urbanas de inscrição territorial, sobretudo as conhecidas como “movimentos de bairros”. Muitos textos e debates se produziram, desde os inícios dos anos 80, sobre as “especificidades, “alcances e potencialidades” e as “dimensões educativas, organizativas e a metodologia” do trabalho urbano. Conforme os títulos e itens de textos publicados nos já mencionados *Documentos Internos da FASE* que, juntamente com números da *Revista Proposta*, são fontes privilegiadas para quem queira conhecer essa história.

Por exemplo, já se deram anteriormente algumas indicações sobre o papel da FASE na construção dos vigorosos movimentos de bairros de Belém, ainda nos finais dos anos 70, práticas que contribuíram por sua vez para a própria transformação e consolidação da entidade. O inchamento das periferias da cidade a partir da expulsão de contingentes crescentes do campo causou as consequências dramáticas de vida a serem enfrentadas pelas equipes da entidade que então se formava.

Destaque-se a criação da CBB – Comissão de Bairros de Belém – entidade federativa metropolitana que congrega, em 1983, cerca de 50 entidades do Movimento Popular de Belém, como é mencionado nos “Documentos” citados. (Os debates internos citam então autores brasileiros de referência como Lucio Kowaric, José Álvaro Moisés, Carlos Lessa, Pedro Jacobi e outros.

Outras áreas significativas em que a FASE executava assessoria a movimentos de bairro eram Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. No Rio de Janeiro, a concepção classista que referenciava esse trabalho – caracterizadamente, as lutas de moradores em loteamentos irregulares e clandestinos – e as justificativas que foram se impondo para sua implantação são desenvolvidas por Grazia de Grazia Veras e Haroldo Abreu. Ambos relatam que em 1978 o trabalho da FASE no Rio de Janeiro – sob a responsabilidade de Lorenzo Zanetti –, visava a criação da Pastoral Operária de Campo Grande, com cursos de formação focados nos direitos dos trabalhadores e uma preocupação com sua atuação nas fábricas: “Esperava-se ansiosamente, naquela conjuntura, a entrada em cena dos trabalhadores”, contam os autores.⁵² E prosseguem: “Discutia-se, ou se tentava discutir, os direitos (na esfera do trabalho) e a história das lutas, conquistas e dificuldades da classe operária. Mas nos momentos de descontração, emergiam assuntos como despejos, valas, condições de transporte, crimes etc. A realidade, desse modo, foi-se impondo sobre os objetivos dos educadores. Aprendia-se com os grupos que a proposta estava fora do contexto, isto é, as idéias não correspondiam ao lugar. Após um processo de avaliação coletiva, mudou-se o rumo e a

⁵² H. B. ABREU e G. De GRAZIA, Aprendendo com a experiência vivida: a Intervenção da FASE. In: **Revista Proposta**. Rio de Janeiro: FASE, n. 29, 4/1986

perspectiva do trabalho, dinamizando-se os debates sobre as condições de vida e moradia nos bairros, particularmente sobre os problemas de despejos nos loteamentos.⁵³

Os educadores e educadoras da FASE comentam no período sobre o investimento em convivência e em estudos que o trabalho nas periferias e loteamentos exigia. Veem-se nos tão citados *Documentos Internos da FASE*, em trabalho de Grazia de Grazia a partir da equipe do Regional Sul, que as referências de discussão sobre o Movimento Social Urbano vinham, explicitamente, do marxismo⁵⁴.

- Projetos de agricultura alternativa; o “material” e o “imaterial”.

Voltando à área rural, na segunda metade da década de 70 começa a surgir, ao lado do debate dominante sobre a questão fundiária, uma preocupação também com políticas agrícolas, sobretudo por parte de alguns movimentos no sul do país e também de algumas ONGs voltadas para a produção e o pequeno produtor.

Recorre-se aqui a um texto esclarecedor de Jean Pierre Leroy sobre esse momento, suas transformações e virtualidades. O autor nos lembra das lutas por melhores preços de produção, em particular no Oeste do Paraná: “ Empiricamente, constatava-se a inadequação do modelo de agricultura à realidade da pequena produção , como se dizia então, e se afirmava a necessidade de resgatar os conhecimentos do trabalhador rural, conforme os ensinamentos da educação popular. Falava-se de modo genérico da necessidade de buscar alternativas para o pequeno produtor, embora a preocupação dominante, nesse momento de redemocratização, fosse com a organização dos trabalhadores rurais e não com a questão produtiva propriamente dita e especificamente a dimensão técnica. Poderiam certamente ser apontados alguns tímidos sinais. A Revista Proposta, da FASE, no seu número 15 (dezembro 1980), discute, num artigo de Jacqueline Garcia, “Política Agrícola Brasileira: Plante que o João garante e as multinacionais colhem”, o modelo tecnológico importado pelas multinacionais. Nos meios profissionais e estudantis da agronomia, minorias debatiam o modelo agrícola. Em 1981, a FAEAB – Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil organizou um importante Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. Apesar disso, assim como a ecologia, a agricultura alternativa ao modelo da Revolução Verde ainda era um tema restrito no Brasil a poucos setores, enquanto que o tema já estava na pauta de pesquisadores e militantes em outros países onde a discussão ambiental, de um lado, e a modernização da agricultura, de outro, estavam mais adiantadas” .⁵⁵

⁵³ ABREU; GRAZIA, op. Cit.

⁵⁴ Observe-se uma relevante participação, no debate assinalado, do sociólogo carioca Luiz Antonio Machado.

⁵⁵ Pierre LEROY, Os projetos econômicos e a FASE. Rio de Janeiro: FASE, 1998. (Mimeo)

É nesse contexto que nasce, dentro da FASE, a ideia do Projeto PTA – Projeto de Tecnologias Alternativas⁵⁶ – com o objetivo de pesquisa e disseminação dessas experiências entre pequenos produtores. O projeto PTA se viabiliza efetivamente em 1983, graças ao apoio da Cimade, de Solagrál e, logo a seguir, da Fundação para o Progresso do Homem, ONGs francesas. Sua fundação oficial e política dá-se através da organização, em Campinas, no fim de um Seminário Nacional que reuniu 90 pessoas de mais de 40 organizações.

Não foram poucos os seminários, cursos e debates que se foram desenvolvendo durante os anos subsequentes no sentido da definição e sensibilização sobre esses temas e práticas entre diferenciados grupos e instituições. Como prossegue o texto de Jean Pierre, sobre as entidades que formavam uma ampla rede: “É certo que todas acreditavam em tecnologias alternativas e na agricultura familiar e tinham a convicção de que era possível e necessário se opor e mudar o modelo de modernização conservadora do campo brasileiro e da agricultura. Porém, é provavelmente a existência do PTA/FASE e sua presença irradiadora que deu unidade e consistência coletiva às atividades de sensibilização, formação, resgate de tecnologias e experimentação. O próprio PTA/FASE se expandia e diversificava suas inserções, empurrado tanto por demandas quanto pela ausência de ONGs potencialmente parceiras em certas regiões”.⁵⁷

No final da década de 80, o PTA se autonomiza da FASE, criando-se enquanto ONG autônoma, o AS-PTA – Agricultura Familiar e Ecologia.

A menção, aqui, a essas iniciativas envolvendo experiências produtivas são um bom pretexto para que se aborde a recorrente questão do sentido dos “projetos materiais”, ou “projetos econômicos”, os que envolvem melhorias materiais na vida dos grupos em que atuam. Essa é uma questão sempre tratada em um enorme campo de experiências da FASE – e de várias outras organizações – e seu debate mantém-se extremamente atual, a partir de um contexto implantado no decorrer dos anos 90 que pergunta por “efetividade e resultados quantitativamente mensuráveis” em projetos de “combate à pobreza”.

Já se viu que a FASE sempre procurou relacionar projetos de natureza produtiva, ou de comercialização, a seus projeto de organização popular e transformações mais amplas da sociedade. Esse debate se aprofunda e merece maiores discussões no final dos anos 80, não só no contexto de tecnologias alternativas, mas também como resposta a exigências que começam a se acentuar nas agências de financiamento.

⁵⁶ Cf. Jean Marc von Der Weid, A trajetória do Projeto Tecnologias Alternativas. In: **Revista Proposta**. Rio de Janeiro: FASE, 1988, n. 36.

⁵⁷ Pierre LEROY, op. cit, 1998. (Mimeo)

Como escrevia Jean Marc von der Weid, em diálogo com a NOVIB sobre o “material” e o “imaterial”⁵⁸: “os projetos ‘produtivos’ não são contraditórios com os de educação popular. Eles são um aspecto, uma vertente, um desdobramento da própria educação popular e neste sentido devem estar bem articulados. Este conceito de projeto ‘produtivo’ implica, por exemplo, na gestação de um modelo de desenvolvimento agrícola, com base tecnológica, de organização da produção e de comercialização distintos dos atualmente hegemônicos, assim como a definição de políticas alternativas válidas para o movimento social. É claro que estes terão um efeito prático imediato de melhorar as condições de vida de alguns setores da população, mas isso em si mesmo seria irrelevante pois não se pode pensar em generalizar estas alternativas sem influir na política e no aparelho do Estado (...) o Estado (...) criará as condições para que o movimento possa generalizar práticas que ele mesmo gestou”.

Esse debate sobre o sentido dos projetos econômicos acentua-se na FASE, nesses finais dos anos 80, havendo registro de sua relevância em encontros com agências internacionais que financiavam a entidade. Pode-se dizer que o teor das posições da instituição continua o mesmo, ou seja, visa-se por um lado alcançar a qualidade técnica e os resultados materiais dessas experiências, enquanto ao mesmo tempo essas são pensadas e formuladas tendo em vista perspectivas políticas e os modelos de desenvolvimento e transformação pretendidos. Recentemente, têm se tornado inclusive como de discórdia em relações com agências internacionais que mudam suas linhas de ação e projetos, em busca, por exemplo, de uma mera competência para a “integração no mercado” como resultado positivo de projetos com segmentos populares.

⁵⁸ Ironizava e opinava Jean Marc: “A infelicidade da expressão, pelo menos em português (talvez seja apropriada em holandês) não deve esconder uma questão concreta colocada insistentemente pela NOVIB que é a sua preocupação com o pouco engajamento das ONGs brasileiras em projetos ditos econômicos ou produtivos”. Cf. Jean Marc Von der Weid, Pequena reflexão sobre o material e o imaterial, 1998. (Mimeo)

ASSALARIADOS RURAIS Trabalhos em finais dos anos 80

(Fonte: Plano Trienal 87/89)

Regional Norte

Equipe Abaetetuba – O município de Moju foi palco de projetos agroindustriais de exploração de coco de dendê desde início dos anos 80, o que levou ao surgimento de um grande número de assalariados e semi-assalariados, vivendo uma condição assemelhada ao trabalho escravo. Objetivo: organização por locais de moradia e trabalho visando contribuir para que busquem soluções concretas para problemas da produção e da comercialização. Desenvolvem-se atividades de formação de grupos e criam-se comissões para dar início à campanha de sindicalização; em 88, como consequência do trabalho educativo da FASE, foi firmado o primeiro acordo coletivo de trabalho no Baixo Tocantins que contemplou parte das reivindicações.

Regional Nordeste

Equipe Maceió – Esta se instalou em 87, como desdobramento do trabalho feito em anos anteriores em municípios da Zona da Mata pernambucana pela antiga equipe de Garanhuns. Trata-se de projeto educativo com os assalariados da cana de açúcar, num quadro de extrema concentração da propriedade da terra e da renda. Alagoas concentra o maior contingente de assalariados permanentes do Nordeste e um número bem maior de assalariados temporários, o que corresponde à aceleração do processo de expulsão dos moradores, à “inchação” das periferias nas cidades e ao surgimento dos trabalhadores “clandestinos”, sem vínculos com as empresas, sujeitos à figura dos “empreiteiros” (intermediários entre a força de trabalho e as empresas). Concentra-se o trabalho em União dos Palmares que conta com 20.000 trabalhadores, objetivando conhecer mais sua realidade e contribuir para a organização nos locais de moradia e trabalho e na formação de lideranças sindicais. Há nesse momento a primeira convenção coletiva dos trabalhadores do setor canavieiro. Em 88 há cursos de capacitação para lideranças dos grupos populares e uma pesquisa envolvendo FASE, sindicatos e grupos populares, além do aprofundamento do trabalho na região dos Tabuleiros onde se concentram as empresas rurais mais modernas.

Equipe Itabuna – A abertura do programa demonstra o reconhecimento da “importância da Região Nordeste do ponto de vista das nossas prioridades institucionais”, e também a importância do trabalho com os assalariados rurais por constituírem “uma das parcelas mais miseráveis, exploradas e desorganizadas da população brasileira”. Resulta de um estudo e levantamento prévios em que foram consideradas outras regiões possíveis. A micro-região cacauera (28 municípios) caracteriza-se por elevada concentração fundiária, freqüentes conflitos pela posse de terra e violência no processo de expulsão de moradores das fazendas de cacau. Assalariados são sujeitos a crescente exploração, subemprego (diminuição de trabalhadores permanentes e aumento dos temporários; diminuição do contrato de salário pela diária e aumento de contratos por empreitada); longas jornadas; salários baixíssimos; péssimas condições de trabalho. Há debilidade de organização, apesar de certa tradição de luta na região do cacau. O Programa objetiva contribuir para que os trabalhadores do cacau descubram a força da união e organização e transformem as suas condições socioeconômicas e político-culturais.

Regional Sudeste-Sul

Equipe Vitória – Destaca-se o trabalho junto aos trabalhadores do setor de reflorestamento. A região, onde ocorreu uma grande expansão das áreas reflorestadas de eucaliptos para serem transformados em carvão e celulose, absorve aproximadamente 10 mil trabalhadores permanentes e tem potencial de organização. Dentre as dificuldades, pesa o fato de ser uma categoria ainda nova, formada por camponeses expropriados ou seus filhos obrigados a morar nas periferias das cidades. Dentre os objetivos do trabalho educativo da FASE, aponta-se para a necessidade de auto-afirmação da identidade social da categoria e do aprofundamento de suas problemáticas específicas através de fortalecimentos de canais institucionais, organização da categoria por delegacias sindicais, articulação regional, estadual etc. Em 87 a equipe acompanhou a direção da Associação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativistas de Madeira e Lenha que se tornou depois o Sindicato das Indústrias Extrativistas de Madeira e Lenha, assessorando em negociações coletivas e lutas salariais. Em 88, além de acompanhar sistematicamente a formação dos membros da diretoria (papel do sindicato, administração sindical etc.) inicia trabalho de sensibilização para criação de comissões de empresas e por local de moradia. Equipe Jaboticabal Com o fomento da

cultura canvieira devido ao apoio do programa PROALCOOL, multiplicou-se também em São Paulo o contingente de assalariados rurais. Só na região de Ribeirão Preto, nordeste do Estado, que respondia por 36% do álcool e 24% do açúcar produzidos no país, concentravam-se aproximadamente 200 mil deles (que trabalhavam também nas lavouras de laranja, café, soja, seringueiras e na horticultura). Apesar de já ter havido nesta região, a mais modernizada do país, experiências de mobilização e lutas com algumas vitórias (como alguns movimentos grevistas espontâneos), diferentemente das demais regiões em que a FASE trabalha com esta Frente, há um quadro de carência de formação e atuação sindical e quase total submissão dos sindicatos aos interesses econômicos dominantes e ao poder local. Daí a importância da presença de uma equipe da FASE na região para ajudar na organização da base dos assalariados rurais e na formação de lideranças, visando a melhoria das condições de vida da categoria. A equipe atua nas cidades de Barrinha e Pitangueiras (cidades dormitórios que fornecem grande quantidade de mão-de-obra para as usinas e destilarias de cana-de-açúcar) e em Bebedouro, que concentra as indústrias de suco de laranja para exportação. A equipe tem por objetivo desenvolver consciência crítica e apoiar a luta dos assalariados rurais, contribuindo para o avanço de sua organização através da criação de instâncias que possibilitem sua participação. Em 87, a equipe realiza uma pesquisa visando conhecer a realidade local e sua inserção no movimento sindical dos trabalhadores rurais de São Paulo e em 1988, investe em cursos de formação para lideranças sindicais e na grupalização de trabalhadores, além de contribuir em campanhas salariais e de sindicalização.

OS PROJETOS ECONÔMICOS E A FASE

(Texto para encontro do Consórcio outubro de 1988)

Jean Pierre Leroy

(...)Por que os projetos econômicos?

Motivos circunstanciais:

- situações de emergência (seca, enchente, crise com desemprego maciço...);
- resistência imediata (projeto produtivo para evitar sair da terra);
- apoio a lideranças (para evitar que abandonem as suas responsabilidades / se mudem por questão de sobrevivência;
- frente à miséria do povo, ocupar esse espaço para que não seja todo ocupado pela direita;

Motivos “instrumentais”:

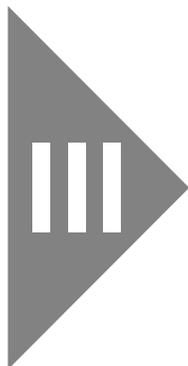
- fator de grupalização, mobilização e organização da população;
- apoio às lideranças;
- espaço de questionamento do Estado;

Motivos de fundo:

- através do questionamento do Estado, aprender a ser cidadão, a passar do favor ao direito;
- articular com outras lutas o movimento como um todo para soluções globais;
- aprendizado da gestão (do projeto à sociedade);
- lugar de aprendizado, de criação de um novo conhecimento, de ensaios de propostas de resoluções dos problemas de grandes conjuntos da população, de verificação da capacidade das pessoas e de viabilização das propostas;

O que evitar nos projetos econômicos?

- que sejam um favor, dádiva que se recebe, que reforça a passividade;
- que só se sustentem com auxílio premanente;
- o voluntarismo, que faz com que o projeto aguente só por motivação religiosa/política, na base da auto-exploração;
- a estreiteza, quando o projeto não se articula com questões conexas (a produção com a comercialização, por exemplo) e com outros projetos do mesmo campo;
- a elitização de um grupo;
- o fracasso que aumenta a descrença dos participantes nas suas capacidades próprias;
- o autoritarismo do saber do assessor;
- o projeto fechado em si mesmo, que não está articulado com a questão organizativa político-ideológica, em que não se colocam as questões do Estado, das outras classes, da própria classe/setor social.



**O CAMINHO ÚNICO?
OFENSIVA NEOLIBERAL, RESISTÊNCIA E
LUTA POR DIREITOS NOS ANOS DE 1990**

III. O CAMINHO ÚNICO? OFENSIVA NEOLIBERAL, RESISTÊNCIA E LUTA POR DIREITOS NOS ANOS DE 1990

*Caminhante, são tuas pegadas
o caminho e nada mais;
caminhante, não há caminho,
se faz caminho ao andar*¹.

A história contemporânea tem nos anos 1990 transformações significativas que permitem entendê-la. A década inicia com promessas de mudanças no mundo, impulsionadas por algo bastante desconhecido até então, alcunhado genericamente de “globalização”².

A esfinge da globalização vai aos poucos, a partir de suas características econômicas, tendo seu enigma decifrado. Impõe novas e arbitrárias formas de relação entre os povos, entre Estados e sociedade, ressaltando a centralidade das relações econômicas financeiras sobre as produtivas, como base da reorganização da vida em sociedade. Embora na sua origem seja propagandeada como movimento de aproximação entre culturas, de quebra de barreiras protecionistas e de fronteiras dos Estados Nação, a Globalização expande-se caracterizada pela mundialização do consumo e pela disseminação de novos padrões precarizados de trabalho e de relações sociais.

Fundamentando-se nas inovações tecnológicas, o discurso em torno da globalização apresentará desafios importantes no campo dos direitos humanos nesse estágio contemporâneo de desenvolvimento do capitalismo. Especialmente para setores envolvidos com a defesa de direitos e críticos das desigualdades e violações geradas pelo modo de produção capitalista.

¹ Antonio Machado

² A globalização ou mundialização do capital - é compreendida sob perspectiva crítica por autores como Chenais (1996) como conjunto de estratégias de enfrentamento de mais uma crise cíclica do capital, onde há ruptura em torno das estratégias Keynesiana de crescimento empreendidas desde o pós-guerra, visando o pleno emprego e o crescimento econômico com base em políticas redistributivas nos países centrais. Porém, esse modelo, identificado por Harvey (2005) como “liberalismo embutido” começa a ruir no final dos anos 1960 tanto internacionalmente quanto nas economias domésticas, abrindo espaço para a emergência da hegemonia especulativa do capital financeiro como forma de retomada da acumulação ativa do capital (HARVEY, 2005, p. 22-23).

A hegemonia da globalização passa a ser questionada por segmentos sociais de diferentes países periféricos, a partir de movimentos resistentes à lógica de como essa integração mundial é imposta. Embasada na reorientação das economias, na reestruturação produtiva, no aprofundamento das espoliações e das desigualdades sociais, produz impactos perversos para os mais pobres em todo mundo.

Como roupagem da dinâmica neoliberal de organização da economia capitalista central, nessa década a Globalização contribui para a ascensão da hegemonia do capital em sua forma financeira, caracterizada por alguns como a “mundialização do capital”³. Como ensaio dessa ascensão o final dos anos de 1980 condensa, no Consenso de Washington⁴, o receituário de experimentos realizados aqui e acolá pelos países mais ricos na América Latina, fundado no constrangimento dos gastos públicos com vistas a enfrentar amplamente propalada crise fiscal dos Estados Nacionais.

Os pontos principais dessa receita imposta pelos países centrais como o “único caminho”⁵ para o enfrentamento da crise, focavam no estrangulamento dos direitos trabalhistas e sociais, no esteio de medidas enérgicas de repressão das mobilizações de sindicatos e trabalhadores. Combinava-se o discurso (e a imposição) de liberalização da regulação dos Estados sobre o Capital, ao uso da força e à crescente militarização exercida na desmobilização de organizações e movimentos sociais.

Aliadas a essas medidas, as propostas de utilização das inovações tecnológicas para reestruturação produtiva e desresponsabilização por parte do Estado em relação às políticas públicas, em especial às políticas sociais, contribuíam para a estratégia de fragilização galopante dos movimentos sociais e dos direitos de cidadania. Emerge com força o discurso da “terceira via”, como alternativa ao capitalismo e ao socialismo, abrindo caminho para o retorno da glorificação de práticas voluntárias. Fundadas em preceitos morais de solidariedade, passam a conformar-se em estratégia clara de constituição de parcerias público-privadas para substituição ou complementação das ações do Estado nas políticas públicas.

O cenário onde esse ideário ganha força é em um mundo exposto a mais uma crise cíclica do Capital. Marcada pelo acirramento das contradições entre regimes antagônicos como o capitalismo e as experiências de socialismo real. Além da

³ Cf. CHENAIS, 1996.

⁴ O Consenso de Washington (1989) refere-se ao pacto realizado em encontro entre economistas dos países centrais em final da década de 1980, quando algumas medidas de ajuste fiscal e de contenção de gastos sociais são desenhadas como forma de enfrentamento das dívidas públicas dos Estados Nacionais. Esse receituário de caráter neoliberal torna-se referência para o discurso de austeridade fiscal na gestão pública, em especial para os países em desenvolvimento, tendo sua primeira experiência implementada bem antes, a partir do ano de 1973 no Chile (HARVEY, 2005).

⁵ A Primeira Ministra Britânica Margareth Thatcher (1979-1990), em estreita aliança com os Estados Unidos de Ronald Reagan (1980-1989) e, em seguida, de George Bush (1990-1994), anuncia no princípio dos anos 1990 a importância das medidas de ajuste fiscal, reforçando que não há alternativas, apenas um único caminho, o do neoliberalismo.

permanente ocorrência de conflitos de toda sorte - especialmente os com características étnico-religiosas e de disputas territoriais, como os existentes nos Bálcãs, na Palestina e em diferentes países africanos.

Após a queda do Muro de Berlim, em 1990 – ícone das experiências de socialismo real nos países do leste europeu, seguido do período de abertura econômica e política da União Soviética – as contradições desenhadas a partir da Guerra Fria, mesmo com seu encerramento, adquirem contornos mais complexos, mesmo a partir de seu encerramento. Eclodem guerras em diferentes lugares do globo, como o derramamento de sangue por petróleo no Golfo Pérsico, também em 1990, o Genocídio de Ruanda⁶ e a Guerra dos Balcãs, no sudeste da Europa.

A África é castigada com o drástico aumento dos casos de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS) e inúmeros confrontos civis em seus países. O Apartheid – regime histórico de segregação étnico-racial perpetrado pelas elites brancas na África do Sul – esgota-se na África do Sul, sendo Nelson Mandela, após décadas preso, eleito presidente. A Ásia experimenta o colapso do crescimento dos “Tigres Asiáticos”⁷, países que apresentaram acelerado desenvolvimento, fundado na produção flexível e altas taxas de industrialização nas décadas anteriores.

O encontro para o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)⁸ cria a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1994. O momento expõe as contradições e fragilidades de projetos de sociedade, com valores históricos sendo questionados e debatidos. Um dos claros exemplos de impasse desse momento se expressa na proliferação do discurso sobre o “fim da história”, insuflado a partir do colapso de algumas experiências de socialismo real⁹ e da crise ética e de paradigmas gerada a partir de todos esses eventos.

A Nicarágua expunha-se à intervenção armada apoiada pelos Estados Unidos da América, culminando com a derrota eleitoral dos Sandinistas. O Peru vivencia em 1990 o golpe de Estado que institui Alberto Fujimori presidente. A América Latina amarga desde os anos 1970 a experiência imposta de liberalização da economia e de flexibilização de direitos em um Chile que, incansavelmente, lutou para resistir à violência totalitária do General Augusto Pinochet, que governa o país entre 1973-1990.

⁶ O Genocídio de Ruanda, na África, ocorreu em 1994 por facções de hutus que atacaram tutsis e hutus moderados e seus aliados, matando mais de um milhão de pessoas.

⁷ Os países assim alcunhados por seu crescimento acelerado e acima da média, impulsionado por padrão flexibilizado de produção são Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan.

⁸ GATT é a sigla em inglês para o Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio ou Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade), criado em 1947. Em encontro em 1994, no Uruguai, cria a Organização Mundial do Comércio como instância supranacional com vistas à regular o cumprimento dos acordos firmados.

⁹ Em 1990, ocorre a queda do Muro de Berlim, um dos primeiros atos simbólicos de crise das experiências de socialismo real experimentadas nos países do leste europeu e na Alemanha Ocidental. Em 1991, a União Soviética das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URRS) chega ao fim, com a criação de 15 novos Estados independentes e encerrando a bipolaridade construída pela Guerra Fria.

Resistências e manifestações antiglobalização cresciam na região, expondo as feridas desse modelo. A Argentina mergulha em profunda recessão, a partir das orientações neoliberais de estruturação de sua economia. Uma sucessão de manifestações populares, as *puebladas*, denunciam com “panelaços” o desemprego, a pauperização de seu povo e a violência, trazidos no esteio desse modelo.

Na Colômbia, forças paramilitares rebeldes resistem à repressão governamental alicerçada no belicismo norte-americano. O México assiste à explosão da luta dos grupos armados organizados pelos Zapatistas em Chiapas, em 1994, contrapondo-se à hegemonia da “nova ordem mundial”.

A Organização das Nações Unidas (ONU) realiza mais um Ciclo Social de Conferências¹⁰, iniciado pela Cúpula Mundial das Crianças em 1990. Nesse cenário de crise e de instabilidade, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lança no início da década o I Informe sobre Desenvolvimento Humano. Porém, as agências do sistema ONU defrontam-se com desgaste político significativo pelas dificuldades em incidir efetivamente na mediação dos rumos da geopolítica mundial.

A década de 1990 é marcada, para o universo das organizações não governamentais dos “países do Sul”, por claras mudanças na política de Cooperação Internacional¹¹. Essas mudanças têm por base o crescente atrelamento das entidades integrantes da rede de

¹⁰ O Ciclo de Conferências Sociais da Organização das Nações Unidas (ONU) inicia-se em 1990 com a Cúpula das Crianças. Em seguida, ocorrem: a Rio-92 - Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rio de Janeiro/Brasil, 1992), a II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena/Áustria, 1993), Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social (Copenhague/Dinamarca, 1995), a IV Conferência Mundial da Mulher (Pequim/China, 1995).

¹¹ Conforme Jansen e Landim (2011), a Cooperação Internacional decorre de articulação realizada entre os países centrais imediatamente após o final da 2ª. Guerra Mundial, quando as Nações Unidas (ONU) formularam o seu Estatuto, como fundamento para a nova ordem internacional. Segundo a autora “o objetivo de então era criar um novo quadro para a solução pacífica dos grandes problemas econômicos, sociais, humanitários e culturais. 'Guerra, nunca mais!', era o lema. O ponto central do Tratado da ONU era o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais do indivíduo, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. (...) Em 1948 as Nações Unidas proclamaram a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, em complementação ao Estatuto. Pouco tempo depois, a ONU lançava um apelo aos países ricos para que aplicassem uma porcentagem de seus orçamentos nacionais no combate à pobreza nos países pobres” (...) Esse cenário apresenta transformações a partir da Guerra Fria. A autora expõe que “nos anos da Guerra Fria os países industrializados do Ocidente desenvolveram um grande interesse geopolítico em torno dos processos de desenvolvimento político e social nos países do Terceiro Mundo. Uma perspectiva alternativa (ao 'comunismo') devia ser proposta aos militantes sociais e às lutas de libertação nacional. Em vista disto, militantes e organizações de esquerda receberam atenção e recursos para suas lutas contra regimes opressores e para fortalecer os movimentos sociais populares. Em diálogo com intelectuais do Terceiro Mundo, desde a década de 60, surgiu um amplo quadro teórico em torno da inter-relação estrutural entre a riqueza dos países ocidentais e a pobreza dos países subdesenvolvidos, o que, mais tarde no vocabulário da cooperação foi denominado 'combate direto à pobreza estrutural. As agências de cooperação apoiavam inúmeras pequenas iniciativas de apoio ao surgimento de alternativas de desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo, visando estimular o protagonismo dos grupos populares na luta social marcadamente caracterizada como uma luta política” (JANSEN e LANDIM, 2001). Importante ressaltar que, a partir dos anos de 1990 novos rumos se desenham para essas organizações, passando a ser ampliar e diversificar o eixo de temas e posicionamentos políticos aos quais se aliam.

Cooperação Internacional em relação às políticas governamentais de seus países, uma vez que passam a ser cada vez mais dependentes de recursos públicos. A perspectiva das décadas anteriores, e que fundam a lógica de cooperação entre países Norte – Sul, encontra-se agora em xeque, uma vez que o centro dessa relação era o fomento ao desenvolvimento marcado pelas possibilidades de construção pacífica de modelos justos de desenvolvimento – base questionada por essa nova fase da acumulação, pelas sucessivas medidas de constrangimentos fiscais e ações repressivas de Estado em países do Sul.

No contexto de medidas de ajuste econômico¹², repressões e disputas de projetos de Estado marcado por ações ditatoriais, não fluem as condições que possibilitam as relações entre Estados para a promoção de Cooperação com vistas ao desenvolvimento. Na América Latina, ocorrem estrangulamentos nos canais transnacionais de diálogo entre a sociedade civil, tendo por base as mudanças nos rumos e perfil do apoio da rede de Cooperação Internacional. A relação com a rede de Cooperação passa a ser bastante tematizada, uma vez que é nessa década que se materializam os primeiros questionamentos quanto às mudanças nas políticas das agências de Cooperação¹³, traduzidas na reorientação dos investimentos em países do Sul.

A Articulação de Associações Nacionais de ONGs de América Latina (ALOP), fundada em 1979, contribui para a criação e crescente articulação entre associações nacionais¹⁴ de ONGs de América Latina. Contribuindo para o aprofundamento de reflexões críticas em torno do papel dessa rede de Cooperação em contexto de “relativa desarticulação do sistema de cooperação internacional”¹⁵.

Na década de 1990, face às transformações e desafios na reconfiguração das relações internacionais, o conceito de cooperação já não se associa ou limita-se ao desenvolvimento, em função de revisões críticas quanto a sua possibilidade a partir das experiências dos anos de 1960 e 1970. Com base em Valderrama, “a noção de cooperação se vincula a conceitos diversos: estabilização econômica, segurança, pobreza

¹² As medidas de ajuste estrutural podem ser sintetizadas em três fase, conforme FIORI (1997): (i) a estabilização macroeconômica (com prioridade à revisão das relações fiscais e à reestruturação da previdência pública); (ii) as chamadas “reformas estruturais” (liberalização financeira e comercial, desregulação dos mercados e privatização das empresas estatais); e a retomada do investimento e do crescimento, sendo que o autor ressalta que essa última fase nunca chegou. Para maior compreensão sobre a apropriação desse receituário pelo Estado brasileiro: Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, 1995. In: <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2011).

¹³ Tais mudanças têm por eixo a revisão das prioridades e da direção dos investimentos dos países centrais, tendo por base as rápidas mudanças econômicas e geopolíticas ocorridas a partir do fim da Guerra Fria. Como um dos exemplos, em 1992 é assinado o Tratado de Maastrich que institui a União Européia.

¹⁴ Na década de 1990 são criadas em diferentes países latino-americanos associações nacionais de ONGs de promoção social e defesa de direitos, como a Acción (Chile), a Red Encuentro de Entidades No Gubernamentales para el Desarrollo (Argentina), a ANONG (Uuguai), POJOAJU (Paraguai), a ABONG (Brasil), entre outras associações, redes e articulações importantes.

¹⁵ Cf. DurÃO, 1995.

e ecologia, etc.”¹⁶. Essa miríade de possibilidades abre ao universo das organizações sociais caminhos bastante complexos no que se refere à construção de seu papel político e das alianças possíveis no mundo contemporâneo. Caminhos estes demarcados pela clara crise financeira dessas organizações.

Consolida-se nessa década a percepção que as organizações não governamentais partícipes de perspectiva de defesa de direitos humanos constituem arcabouço crítico às medidas neoliberais de ajuste estrutural e às políticas capitaneadas pelas agências internacionais de fomento e de regulação econômicas, como o Banco Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Brasil, após as décadas de ditadura militar e de crescimento econômico impulsionado pela estratégia do “Milagre Econômico”, assiste ao aprofundamento de desigualdades históricas pautadas na concentração fundiária e de renda. Ao final do período ditatorial, o país experimenta o colapso do modelo de substituição de importações. A “década perdida” é expressa nos amargos indicadores da recessão, de inflação e de desemprego em pleno processo redemocratização. Em função do quadro recessivo e da queda do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB), no contexto de limites impostos por mais uma crise mundial da acumulação do capital com rebatimentos fortes no endividado Estado brasileiro, inviabilizam-se possibilidades de implantação de projeto neo-desenvolvimentista, articulando-se as elites em torno do projeto neoliberal.

No início dessa década, o primeiro presidente brasileiro eleito após o longo período de ditadura militar, Fernando Collor de Mello (PRN), passa por processo de impeachment gerado por denúncias de corrupção nos limites da frágil democracia em construção. É no período que começam a ter expressão no Brasil estratégias da ofensiva neoliberal, expressas na reestruturação produtiva e na proposição de acumulação flexível, nas transformações do papel dos Estados e na difusão de nova hegemonia quanto aos direitos.

Como vimos, a década anterior é marcada pelo início da contradição entre as conquistas legais versus as violações cotidianas de direitos no Brasil. A despeito da riqueza das mobilizações de movimentos sociais em torno da redemocratização, os avanços preconizados na Constituição não conseguem se consolidar nessa década que se inicia, gerando lacunas enormes entre direitos constitucionais e a garantia real de justiça social.

No cenário de consolidação desse contraditório padrão de democracia na década de 1990, vivemos, portanto, paradoxos que marcam profundamente a dinâmica social brasileira. Na redemocratização, na qual parte da sociedade deposita muita expectativa quanto à consolidação de direitos, consolidam-se mecanismos perversos de precarização das ações do Estado brasileiro, inviabilizando a proposta de radicalização da democracia e de universalização de direitos.

¹⁶ apud op. cit., p. 2.

Ainda assim, os ares da redemocratização trazem transformações importantes para a sociedade brasileira, fomentando participação, propostas de sistemas de controle social sobre as ações estatais a partir da implementação dos sistemas de conselhos¹⁷, debates sobre direitos e temas caros à cidadania. Após duas décadas de ditadura militar, passado o intenso movimento pela Constituinte e – a despeito dos limites da democracia liberal¹⁸ manifesta na Constituição Federal – a mobilização gerada demonstrava o quanto movimentos sociais e organizações da sociedade civil estavam vivos, com esperança de construir, enfim, uma nação justa, de todos e todas. Porém, a materialização das mobilizações mostra-se um tanto difícil, expondo as feridas de uma sociedade cujas noções de direito e de cidadania são bastante frágeis.

Quase meio século após a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que se dá em 1948, ocorre a II Conferência de Direitos Humanos em Viena, Áustria, em 1993. Resultando em avanços no plano normativo que contrastam com violações de toda sorte em diferentes partes do mundo. Tais violações têm por base a reorientação dos rumos do capitalismo, marcada por propostas de construção das relações sociais, reforçando a dimensão individual, valorizando o empreendedorismo e a competitividade, proclamando a diminuição do alcance do Estado na proteção social, impulsionando a flexibilização das relações trabalhistas, sustentando retrocessos na garantia de direitos.

Em cenário de antagonismos, consolidam-se os movimentos sociais emergentes nos anos de 1980, assim como os movimentos de luta pela reforma agrária e pelo direito à cidade. Essa consolidação relaciona-se à maior institucionalidade assumida por movimentos de pequenos agricultores, movimentos sindicais urbanos e agrários e movimentos ligados à melhoria de bairros, vinculados a lutas por moradia, saneamento e pelas reformas urbana e agrária. Tais sujeitos políticos questionam as estruturas violentas e concentradoras de terra no campo e na cidade que fundam a sociedade brasileira. Passam a se organizar a partir de entidades e federações de classe, como a Confederação Nacional de Associação

¹⁷ Os conselhos são esferas públicas, de caráter misto, voltadas à participação e ao controle social sobre políticas públicas e ações estatais. Ilustram a proposta de controle social exposta na Constituição Federal de 1988, tanto no que se refere às políticas públicas setoriais, quanto às políticas afirmativas de direitos. A despeito das dificuldades para operacionalização de suas premissas, conformam-se como esferas de disputas sobre os rumos e sentidos do Estado, integrando o sistema mais amplo de formulação, controle social e de participação em relação ao Estado, composto pelos ciclos de Conferências, pela elaboração de Planos de Políticas Públicas e outros mecanismos e instrumentos formais e jurídicos de ampliação da participação, tais como as audiências públicas e ações civis públicas. Para maior aprofundamento, cf. GOHN (2001) e DAGNINO (2004)

¹⁸ Esse é um debate em curso. Consideramos, com base em FERNANDES (...) que a Constituição Federal, a despeito dos avanços formais enunciados em seus artigos, apresenta os limites da pactuação conservadora para que se implementasse a democracia naquele momento, conforme nos informa Fernandes (...). Ressaltam-se traços dessa pactio no que o autor denomina de Constituição “híbrida e ambígua”, cujos limites na incidência sobre modelos arcaicos em torno da propriedade de terras e de estrutura de dominação brasileiras não são superados. Não obstante, as brechas expostas nos processos de regulamentação permitem claras disputas em torno do sentido e alcance das ações do Estado no campo dos direitos.

de Moradores (CONAM), criada em 1982, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Sem Terra (MST), criado em 1984, entre outros.

Envolvida intensamente nessas manifestações, parte da sociedade civil brasileira depara-se também com a organização de setores defensores dos interesses hegemônicos: dos latifúndios, da grande propriedade urbana e rural, do patronato. Esse confronto é caracterizado por manifestações repressivas, assassinatos e crescentes medidas criminalizadoras dos movimentos sociais em contexto “democrático”.

Ocorrem massacres como o de Eldorado do Carajás, onde 19 sem-terras são assassinados e outros tantos feridos e mutilados em ação que expõe a cultura de assassinatos no campo em função da luta pela terra. Há o registro de diversas ações repressivas dos governos em diferentes estados, aliadas à defesa dos interesses dos latifundiários e à garantia das condições de transnacionalização do capital.

Esse período é demarcado pela enorme pujança de organização por parte de distintos – e mesmo antagônicos – setores da sociedade, tanto partindo de setores ligados aos movimentos sociais quanto ao mercado e ao empresariado, personificados em movimentos como a responsabilidade social e ambiental. Esses diferentes segmentos disputam e movimentam-se para imprimir suas marcas e assegurar seus interesses à regulamentação dos artigos da Constituição Federal da reabertura política.

A FASE da década de 1990 é uma organização consolidada, porém bastante marcada por debates internos em torno de sua relação com os dilemas da humanidade e seu papel político nesse contexto. Revendo seu projeto institucional, com base no modelo de desenvolvimento que defenderá, possui forte referência nas redes de financiamento¹⁹, sendo bastante legitimada nesse universo de ONGs que defendem direitos humanos, na relação com a Cooperação Internacional e aliada de diferentes movimentos sociais, atuantes no campo e na cidade – e relativamente conhecida na sociedade em geral. Em documento institucional de planejamento para o triênio 1993 – 1995 a FASE anuncia claramente ser uma organização de “educação e desenvolvimento” (FASE, Trienal 1993-1995).

No calor dessa efervescência que traz à tona reflexões sobre o papel do Estado e os rumos do desenvolvimento, a FASE problematiza seu papel como entidade de educação na relação com o desenvolvimento. Em 1992, a FASE contrapõe-se às comemorações dos 500 anos da chegada de Colombo às Américas, expondo os desafios que a questão étnico-racial representava (e representa) para os movimentos sociais. Nesse ano, lança edição especial de sua revista institucional, *Proposta*, voltada para a Conferência da Rio-92. O sugestivo título “Qual desenvolvimento?” abraçava artigos sobre meio ambiente,

¹⁹ Nesse período a Fase tem como seus principais apoiadores as seguintes agências de cooperação internacional: BfdW (Pão Para o Mundo), CCFD, Christian Aid, Desenvolvimento e Paz, EZE, Fastenöpfer (Ação Quaresmal Suíça), ICCO (em parte do período em co-financiamento com a Comunidade Européia), Misereor, NOVIB, OXFAM GB, entre outras.

desenvolvimento, cooperação, biodiversidade e sociodiversidade, industrialização e questão urbana.

Nessa década de tantas transformações, a FASE problematiza o que é se assumir como entidade de “educação e desenvolvimento”. Seu planejamento reflete os debates internos e acúmulos políticos nas relações institucionais com interlocutores externos. Os documentos institucionais e relatos de trabalhadores da organização chamam atenção para o movimento institucional de ruptura com “ações de promoção de desenvolvimento”.

Essas iniciativas permitem o amadurecimento da organização em relação ao conceito. Mas se esgotam ao se limitarem a iniciativas isoladas “com sentido em si mesmas” que não consideram “as mudanças das relações sociais nem a capacidade da sociedade civil de, através da participação democrática, levar o Estado a assumir suas responsabilidades”²⁰. A centralidade dos investimentos em políticas públicas, como mecanismo capaz de assegurar direitos quando constituídas a partir da participação ativa e do debate no seio da sociedade civil, adquire cada vez mais força.

Entretanto, para entender o significado dessa mudança no projeto institucional, é importante contextualizar suas alianças com movimentos sociais, suas reflexões internas e o contexto de transformações nas relações sociais que a cercam. Com importante atuação nos processos de construção de alguns movimentos sociais, como a CUT, e participação no plenário nacional pró-participação popular na Constituinte²¹, a entidade fortalece a capilaridade de atuação na agenda política brasileira, consolidando internamente a ampliação de seu universo temático de ação política.

Em leitura crítica quanto à efetividade dos projetos econômicos das décadas anteriores, a entidade passa a produzir o que denomina de “projetos demonstrativos”²², isto é, a desenvolver projetos experimentais. Estes devem incorporar os enfoques de gênero e de geração, especificamente os trabalhos com juventude em contexto de crescente problematização sobre os impactos ambientais do modelo de desenvolvimento focado na racionalidade predatória do crescimento econômico.

²⁰ FASE, Plano Trienal 1993-1995.

²¹ É nesse momento que a entidade revisita seu projeto institucional, focando sua atuação prioritária no fortalecimento de “sujeitos coletivos” como são denominadas as organizações populares.

²² Como exemplo dessas iniciativas, alguns projetos encontram-se mencionados nos boxes. Para além disso, no programa do Pará o foco é o monitoramento de programas e projetos multilaterais, priorizando o programa de macrodrenagem em Belém; o projeto de saneamento em Parauapebas; o plano piloto para a Amazônia; o programa bilateral Pró-renda, no nordeste do estado e o desenvolvimento do Fundo Constitucional do Norte (FNO). A FASE deve contribuir para facilitar a comercialização dos frutos do trabalho dos agricultores familiares (com ênfase em Abaetetuba, Capanema e Marabá), a partir da participação na coordenação da RECOA (Rede de Comercialização de Pequenos Agricultores, no estado do Pará), articulando-se nacionalmente. Manifestam-se nos relatos esforços em prol de alternativas tecnológicas aos estrangulamentos agrônômicos e de utilização racional dos recursos naturais. Da mesma forma, em cada programa são ressaltadas experiências demonstrativas capazes de traduzir a incorporação de novos temas e público-alvo.

Os projetos demonstrativos dos anos 1990 voltam-se, em parte, para público-alvo como a juventude e mulheres, com caráter de aproximação e futura incorporação de novos temas e enfoques. Todavia, preservam as relações históricas da FASE com sujeitos políticos de movimentos sociais de pequenos agricultores, de organizações federativas de bairros em áreas urbanas, articulados em redes e fóruns²³.

A ampliação do perfil do público alvo passa a ser, aos poucos, trabalhada em debates internos à instituição como tática, como atrativo para a articulação. Sendo um caminho para a formação de novos quadros junto aos movimentos sociais e consequente fortalecimento dos grupos assessorados pela organização. Contudo, é preciso chamar a atenção para a delicadeza na aproximação desses novos enfoques, considerando a cultura institucional histórica da FASE marcada por uma clara abordagem “classista”, situada fortemente nas relações com movimentos sociais de corte operário, tendo por eixo integrador a dimensão do trabalho e da renda. Não à toa, a temática do Trabalho e da Geração de Renda constitui-se em um dos eixos da direção institucional nessa década.

A FASE produz, nesse período, materiais educativos importantes – de cartilhas, livros a produções audiovisuais –, como base para a formação e assessoria aos movimentos sociais. Na sua estrutura, possuía setor próprio de audiovisual, de documentação e de publicação. É importante ressaltar que

Projeto Reconstrução Rio (FASE RJ)

Em 1988 fortes chuvas devastaram cidades periféricas da região metropolitana do Rio de Janeiro. Municípios que concentram população pobre, com enorme adensamento populacional como São João de Meriti e Duque de Caxias, sofreram impactos gerados pelo descaso histórico do poder público, que não realizava investimentos necessários em saneamento, moradia e infraestrutura urbana. Após as chuvas de verão, centenas de pessoas ficaram desabrigadas com as inundações e desabamentos de suas casas. Com grande número de mortos e desabrigados, a FASE assumiu, junto com as associações de moradores, papel fundamental na articulação da população para pleitear direitos e garantir investimentos públicos para a construção de moradias para os desabrigados. Em 1992, a FASE RJ concentrou sua assessoria ao Comitê Político de Saneamento da Baixada Fluminense, formado pelas Federações das Associações de Moradores, no debate e proposta de alternativas a dois projetos governamentais: a construção da Linha Vermelha (que previa a remoção de 2.600 famílias ribeirinhas) e o Projeto Reconstrução Rio que previa obras de macro e meso-drenagem dos rios da região. Dentro da estratégia de assegurar direitos a partir de políticas públicas, a FASE realizou formação política de moradores e lideranças locais para que monitorassem e participassem do processo de execução do projeto de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), considerado relevante para que situações como a gerada pelas enchentes de 1988 não se repetissem. Como conjunto de ações na região, a FASE organizou: (a) atividades de formação e assessoria a federações municipais, articulação com outros atores sociais e campanhas de informação dirigidas à população em função da necessidade de intervir e acompanhar o Programa de Despoluição da Baía na Baixada Fluminense; (b) projeto de Promoção Social dos Catadores de Lixo (Niterói e São Gonçalo, que circundam a Baía); (c) assessoria permanente ao Comitê Político de Saneamento, Meio Ambiente e Habitação da Baixada Fluminense; (d) formação de banco de dados sobre saneamento ambiental na Baixada Fluminense a partir da parceria com o IPPUR, no Observatório das Metrôpoles (então Observatório de Política Urbana e Gestão Municipal).

²³ Nessa década, constituem-se em algumas redes e fóruns integradas, assessoradas e animadas pela FASE: a Rede de Comercialização de Pequenos Agricultores (RECOPA), no Norte, o Comitê Político de Saneamento, Habitação e Meio Ambiente da Baixada Fluminense, na região sudeste, a Rede Brasileira para Integração dos Povos (REBRIP) e a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais (Rede Brasil).

esse momento consolida uma clara (e histórica) opção classista de apoio institucional da FASE aos movimentos sociais de base. Essa opção explicita-se através das alianças que estabelece, mas também na forma como a entidade conduz sua leitura crítica sobre os processos políticos e sobre o padrão de desenvolvimento da sociedade brasileira e nas dinâmicas internacionais.

Os documentos da época, cujas bases de formulação remetem a reflexões institucionais iniciadas nos anos 1980, sistematizam, em quatro linhas metodológicas, o rico debate institucional sobre a necessidade de revisão do seu sentido de existência. Alicerçando suas atividades com vistas a fortalecer organizações populares de trabalhadores/as do campo e da cidade: (a) o apoio à organização popular; (b) o apoio às lutas populares; (c) a formação política e, por fim, (d) a busca de alternativas ao modelo hegemônico.

Essa estrutura metodológica é fundamental para a construção do seu Plano de Ação dos anos de 1990 a 1992. A estrutura do projeto institucional organiza-se ainda nesses anos em quatro “frentes”, necessariamente dialogando com movimentos sociais e organizações populares: (a) a Frente Sindical Urbana, aglutinando operários de indústria e trabalhadores da área de serviços; lideranças, dirigentes de sindicatos e trabalhadores urbanos; (b) a Frente Urbana de Bairro, envolvendo moradores de favelas e de áreas periféricas dos centros urbanos, lideranças e participantes do movimento popular urbano; (c) a Frente dos Assalariados Rurais, envolvendo trabalhadores do campo; e (d) a dos Pequenos Produtores Rurais, englobando pequenos posseiros, pequenos proprietários, pequenos agricultores, pequenos produtores rurais.

Através dessas frentes o trabalho desenvolvido assume características diversas. Entretanto, o norte comum era, através do trabalho de base de

Projeto Centro Tipiti (Fase-Abaetetuba)

O Centro de Tecnologia Alternativa Tipiti foi fundado em 1992 por lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Abaetetuba. A proposta de criação de uma associação de apoio aos agricultores familiares, voltada para o fortalecimento de projetos coletivos de produção, baseada em técnicas adaptadas às condições sociais e ambientais locais, adquire forma a partir de reuniões envolvendo grupos vizinhos de delegacias sindicais, promovidas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais e pela FASE / Abaetetuba. Com a aquisição do sítio de 300 hectares, o projeto se consolida, constituindo lugar para a permanente formação sindical e em práticas agrícolas na busca de melhorar os agroecossistemas familiares locais, articulando a formação técnica com a experimentação. A FASE contribuiu com apoio político, organizativo e financeiro e parte dos recursos também foi captada a partir da realização de festas e torneios nas comunidades. Dentre as atividades desenvolvidas no sítio estão: (a) a construção e manutenção de viveiro para produção e distribuição de mudas de espécies fruteiras e florestais nativas; (b) a multiplicação de sementes de leguminosas para adubação verde; (c) ensaios com módulos agroflorestais; implementação do banco de germoplasma de banana; (d) manejo de solo com tração animal; (e) construção de apiário; (f) implantação de horta escola; e (g) cursos e treinamentos para agricultores e agricultoras. Além do apoio técnico e financeiro da FASE, o Centro passou a contar com novos parceiros, como o Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER/PA), o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e, posteriormente, com o Projeto de Cooperação Bilateral entre Brasil e Alemanha (PRORENDA/PA).

educação popular, contribuir para o fortalecimento das organizações na perspectiva de conquista de direitos.

Nas áreas urbanas, são expressas na organização comunitária a partir de atividades como mutirões para construção de moradia (ver box - Projeto Reconstrução Rio), estruturação de experimentos com creches comunitárias, realização de experiências de microcrédito, projetos de distribuição de leite. Nas áreas rurais experimentos como o Projeto Tipiti²⁴, desenvolvido no Centro de Agricultura Alternativa Tipiti, fundado em 1992 por lideranças do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Abaetetuba apresentam propostas concretas sobre tecnologias alternativas para agroecossistemas familiares. Essas atividades são desenvolvidas por uma organização de porte expressivo, bem estruturada em território nacional.

A FASE possuía então 17 equipes²⁵ organizadas em três regionais, Norte, Nordeste e Sudeste/Sul. Nos anos 1990, as equipes distribuíam-se nas cidades de Belém (PA), Capanema (PR), São Luis (MA), Abaetetuba (PA), Imperatriz (MA), Manaus (AM), Guaporé (RS), Recife (PE), Maceió (AL), Fortaleza (CE), Itabuna (BA), Vitória (ES), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Jaboticabal (SP) e Porto Alegre (RS) e houve a inclusão da equipe de Marabá (PA).

No início dos anos 1990, a questão que a instiga – evocada por sua Coordenação²⁶ ainda no final da década anterior –, relaciona-se ao seu papel político no desenvolvimento do país e a natureza de relação que deveria desenvolver com o Estado brasileiro²⁷. A pergunta proposta então para provocação do debate institucional interno focava-se em qual modelo de desenvolvimento essa entidade defendia. Para respondê-la, a entidade precisa refletir – em conturbado contexto que se desenhava para a década –, sobre sua identidade política e sobre qual deveria ser o papel das ONGs, como sujeito político, na

²⁴ Informações do Box sobre o Projeto com base em documento de autoria de P de L. MOURÃ. In: Um olhar de Gênero sobre a Agricultura em Abaetetuba, Pará (ano).

²⁵ Cf. Plano Trienal 1990/1992. A serviço dessas equipes continuou a existir o Programa Nacional de Coordenação, Assessoria e Capacitação, sob responsabilidade direta do Coordenador Nacional e do Coordenador Nacional Adjunto em nível decisório, com ênfase no planejamento e acompanhamento dos programas. Cabia à Coordenação Executiva (CEEx) instância integrada por coordenadores regionais e nacionais - a definição de políticas e a orientação geral do programa. Em nível executivo com ênfase na capacitação e produção de conhecimentos, o programa nacional é concebido como um programa articulado, subdividido em 3 áreas com campos específicos e tarefas próprias: (i) Setor de Assessoria e Capacitação, cujas atividades são realizadas pelo Grupo de Assessoria Nacional (GAN); (ii) Setor de Comunicação (com 3 subsetores, a saber, Audiovisual, Publicações e Documentação) e (iii) Setor de Pesquisa e Debates (SEPEDE).

²⁶ Seu coordenador à época, Jean Pierre Leroy, escreve circular às equipes e aos programas da Fase fomentando o debate sobre papel político da instituição e das ONGs no modelo de desenvolvimento e por em torno de qual projeto deveriam incidir.

²⁷ Para além da importância do papel do Estado, a centralidade da reflexão sobre seu papel assume sentido significativo em período de redemocratização. As entidades de assessoria comunitária vinham de cultura de atuação às margens do Estado, considerando as características repressivas deste. Nesse momento, novos elementos apresentam-se à sociedade: o que é esse Estado na democracia, qual o seu papel e a partir de quais bases deve-se construir relações com o mesmo.

construção dessa proposta tanto em território nacional quanto nas relações internacionais.

A indagação, tendo por eixo o conceito de *desenvolvimento*, é uma marca dessa nova década para a instituição e passa a ser a questão que mobiliza a todos a partir dos anos 1990. Impulsiona os educadores, assessores nacionais, integrantes da FASE a refletirem criticamente e a debaterem sobre os projetos econômicos existentes, tanto governamentais quanto não governamentais.

O centro da questão é o *papel do Estado* e, ainda, sobre qual relação deveria ser estabelecida entre as ONGs e o Estado brasileiro, em contexto de franca precarização de políticas públicas, do mundo do trabalho e, conseqüentemente, dos direitos.

No entanto, essa pergunta paira não apenas para a organização – estende-se para um campo de ONGs compromissadas com a defesa de direitos humanos e de organizações da sociedade. Alimentada a partir do encontro do Consórcio de agências da Cooperação Internacional em final de 1988²⁸, atendia à solicitação de um de seus financiadores, a Evangelisch Zentralstelle für Entwicklungshilfe (EZE) de forma a fomentar a reflexão sobre a relação entre as ONGs e órgãos governamentais.

No Brasil, o Nordeste, região de extrema pobreza, é o alvo desse debate. Seus problemas evocavam a questão de como as ONGs poderiam contribuir para que o Estado desempenhasse melhor o seu papel na provisão de direitos. Ainda, com base na leitura das entidades internacionais de fomento e apoio aos países em desenvolvimento, a questão gira em torno de quais as estratégias de sobrevivência dos pobres na América Latina, ressaltando a relevância do setor informal da economia e enfatizando projetos e programas de ONGs nessa área.

No início da década, em 1991, frutificando nesse campo fértil de debates da sociedade civil, é criada a Associação Brasileira de ONGs (ABONG). A FASE possui importante papel na fundação da ABONG²⁹, juntamente com outras organizações não governamentais

²⁸ Em 1989 “ocorre o Seminário “Cooperação Internacional: Desafios e Possibilidades”, realizado em Itatiaia com representantes de 34 ONGs de vários estados. Discutiram os principais problemas no campo da Cooperação Internacional ao Desenvolvimento. Presentes também representantes da OXFAM, Desco (Peru), Equipam Pueblo (México)” (2009). (Fonte: ABONG, História da ABONG 1991-2006, publicado em 2009. <http://www.abong.org.br/biblioteca.php>, acesso em 21 jan 2010)

²⁹ A fundação da ABONG ocorre em 1991 após diversas articulações ao longo da década anterior entre entidades não governamentais de promoção do desenvolvimento. Alguns encontros fomentados por entidades da Cooperação Internacional instigam as ONGs brasileiras desse campo a refletirem sobre seu papel na relação com o Estado, mas ressaltamos que em diferentes regiões, como o Nordeste, entidades já se articulavam em fóruns para debater questões relacionadas a direitos, ao modelo de desenvolvimento e ao seu enfrentamento a partir de ações coletivas. Dois momentos da década anterior sinalizam para a centralidade do debate. Em 1988 o Seminário sobre a relação das ONGs com o Estado no Brasil e na Alemanha, realizado por EZE, IECLB/CAPA, CEDI, CESE, FASE, IBASE e em 1989 o II Encontro de Contrapartes da Novib no Brasil. Fonte: ABONG, História da ABONG 1991-2006, publicado em 2009. <http://www.abong.org.br/biblioteca.php>, acesso em 21 jan de 2010.

como o Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE), a Ação Educativa, o CECUP, o SOS Corpo, entre outras associadas, sujeitos políticos com análise crítica sobre o papel das ONGs no estágio atual do capitalismo, em particular no processo histórico de desenvolvimento brasileiro. A FASE compõe a primeira direção da ABONG e assume importante papel na construção da trajetória dessa associação.

Segundo expresso no site da associação:

No início dos anos 1990 as ONGs e os diversos fóruns de articulação de ONGs começam a discutir as mudanças globais, o avanço do neoliberalismo, o processo internacional de reestruturação do capitalismo, a flexibilização produtiva, a globalização da economia, as reformas do papel do Estado, a mundialização da cultura, e, particularmente a conjuntura brasileira e a crise política do Governo Collor, que resultou em seu impeachment.

Nesse período, ganha força a idéia de constituição de uma Associação Nacional de ONGs. O Grupo de Trabalho para a constituição de uma associação realiza uma série de reuniões para discutir questões políticas, conceituais e operacionais, produzindo vários documentos que subsidiarão a fundação da Abong.

A Abong é fundada em agosto de 1991. Entre as ações voltadas para o universo das ONGs brasileiras foi priorizada a realização de um cadastro de ONGs atuantes no país; o apoio aos processos regionais, estaduais e locais de articulação; o estímulo a reflexão acerca da relação entre a Associação e os movimentos sociais, bem como acerca da interlocução entre as ONGs de desenvolvimento e organizações ambientalistas; a participação na ECO-92; a disseminação de informações de interesse para as organizações associadas e a análise da legislação existente com relação a criação e funcionamento das ONGs.

A gestão do governo Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-2002) trouxe para o conjunto das ONGs e para a Abong uma nova pauta de relação com o governo brasileiro, a necessidade de debater e aprofundar o tema das relações com o Estado, a questão da autonomia e do papel das ONGs na sociedade civil, em particular sobre o marco legal (Sitio institucional ABONG).³⁰

Lembramos que essa articulação forma-se um ano antes da realização da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio / ECO 92), realizada na cidade do Rio de Janeiro. É ela inaugural do ciclo de conferências internacionais do Programa das Nações

³⁰ Cf. <http://www2.abong.org.br/final/linha%20do%20tempo%201990.htm>. Acesso em 21 jan de 2011.

Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), nos anos de 1990³¹. Em especial, a FASE integrou e contribuiu na organização do Fórum Global 92, realizado paralelamente à Rio-92 e articulador de mais de 4.000 participantes. Coordenado pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS). O encontro rendeu mais de 30 tratados com posicionamentos sobre o tema.

Como ressaltado pela ABONG, a partir das gestões de Fernando Henrique Cardoso (1995/1998-1999/2002), com a criação do Programa Comunidade Solidária, ganha visibilidade o debate público sobre compreensões em torno da relação ONGs – Estado.

No âmbito institucional da FASE, o debate interno sobre a relação entre educação e desenvolvimento fomenta a contribuição das equipes em torno dos problemas e particularidades dos projetos econômicos governamentais e não governamentais. São também expressos em textos de Jean Marc Von Der Weid, do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA)³² da FASE, questionando a oposição entre o que então se denominava de “projetos materiais e imateriais”³³, segundo documento produzido para “Encontro Novib e suas Contrapartes” em agosto/1988. Assim como nos textos do então coordenador nacional, Jean Pierre Leroy, refletindo sobre a entidade e os projetos de alternativas tecnológicas experimentados no PTA³⁴.

A despeito da rica mobilização da sociedade nos anos 1980, proliferação do arco de alianças e ampliação da agenda política temática e programática da organização, manifestava-se nas equipes da FASE preocupações com a crescente desmobilização dos movimentos populares e de sindicatos nos anos 1990. É ela relacionada a causas distintas, mas estruturais dessa nova reconfiguração do cenário político e econômico, podendo ser apontadas como as centrais:

³¹ Integram o Ciclo de Conferências do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) as seguintes Conferências: Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), Conferência Mundial dos Direitos Humanos (1993), Conferência sobre População e Desenvolvimento (1994), Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social e Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (1995), Segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos Habitat II (1996). Todos esses eventos contaram com diversas formas de mobilizações governamentais e não governamentais preparatórias e paralelas.

³² O Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) viria a se autonomizar em 1983 tornado-se uma nova entidade intitulada AS-PTA. Segundo seu sítio institucional, a “AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. A experiência acumulada pela entidade ao longo desses anos permitiu comprovar a contribuição do enfoque agroecológico para o enfrentamento dos grandes desafios da sustentabilidade agrícola pelas famílias agricultoras. A AS-PTA participou da constituição e atua em diversas redes da sociedade civil voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo em que constituem espaços de aprendizado coletivo, essas redes proporcionam ações articuladas de organizações e movimentos da sociedade para influenciar elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas”. <http://aspta.org.br>. Acesso em 20 set 2011.

³³ Pequena reflexão sobre o “material” e o “imaterial”, agosto de 1988. A Fase produziu o texto Os projetos econômicos e a FASE preparado para o encontro do Consórcio em outubro de 1988, em que se definem as quatro linhas metodológicas de ação. Situando o seu papel diante desses projetos, porque e como trabalhar com o Estado.

³⁴ A FASE e a busca de Alternativas, setembro de 1988, documento interno.

- (i) a cooptação de lideranças ou à sua desvinculação dos movimentos sociais, tanto por passarem a assumir cargos em prefeituras, ou disputarem as eleições para executivos e legislativos, em prefeituras e câmaras legislativas que começam a ser eleitas pelo voto direto, quanto pelo disseminação de práticas clientelistas e assistencialistas;
- (ii) a crença de que não precisavam mais se organizar porque receberiam direitos a partir da conquista formal manifesta com a aprovação da Constituição de 1988;
- (iii) a “agudização” da crise econômica, com perdas de emprego e precarização dos postos de trabalho, ampliando o setor informal e precário da economia - o que dificultava a participação de lideranças nos movimentos comunitários ao assumirem trabalhos precários e instáveis; ou mesmo
- (iv) a cota de descrença no projeto quando este fracassava.

Ainda, e não menos importante, ao curso de institucionalização dos movimentos, levando a autonomização da relação com assessorias como a FASE.

A combinação desses elementos compõe cenário bastante desafiador e documentos da entidade o descrevem como ingredientes de uma “crise social, econômica, ética e política brasileira”³⁵. A descrição expressa na análise de conjuntura que orienta o documento de planejamento Trienal da FASE sintetiza da seguinte forma as questões candentes do momento:

O agravamento da recessão e o dismantelamento das políticas e da função pública do Estado têm aprofundado o quadro de apartheid social instabilizando, desagregando e dificultando a organização popular e societária de maneira geral. As políticas de ajuste de inspiração neoliberal do Governo Collor exigem dos movimentos sociais, da FASE e demais entidades civis um incremento nos seus esforços voltados para o redirecionamento e para a conquista de políticas públicas setoriais (habitação, saúde, agrícola, agrária, trabalhista e industrial). Também para a abordagem de temas relativos aos modelos de desenvolvimento regional³⁶.

O contexto é bastante desfavorável para a ação da FASE, uma vez que sua ação prioritária foca-se nas lideranças e organizações comunitárias. Além disso, o último elemento sinalizado, a crescente institucionalização de movimentos sociais, a criação de novas organizações³⁷ e a autonomização da relação com a assessoria, impulsiona os/as

³⁵ FASE, Plano Trienal 1993-1995.

³⁶ Cf. Idem.

³⁷ Segundo a pesquisa desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com a Associação Brasileira de ONGs (ABONG) e o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) há considerável crescimento na criação de organizações sem fins lucrativos nomenclatura jurídica das ONGs entre os anos de 2002 a 2005. Para informações mais detalhadas acessar suplementos sobre Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil (FASFIL/IBGE-IPEA-ABONG-GIFE, 2002 e 2005).

educadores/as a refletirem seriamente sobre o seu papel e a condições de relação com os movimentos sociais, com a Cooperação Internacional³⁸, apoiadores de outras naturezas e outras organizações da sociedade civil. Somam-se a esse cenário, alterações na racionalidade de gestão do Estado³⁹, em relação tanto à lógica de repasse de recursos públicos, como aos processos de fiscalização e de cobrança na utilização dos mesmos.

Como sabemos, a FASE possui historicamente consolidada referência política na relação com as entidades da Cooperação Internacional. Adquire assim, centralidade na conformação de rede que viria a se constituir como referência ao diálogo com as agências ecumênicas, a partir de representações em três setoriais: a de entidades ecumênicas, a de movimentos sociais e a de organizações não governamentais que compõem a rica vida associativa no Brasil.

É em 1995 que se constitui a rede do Processo de Articulação e Diálogo (PAD), tendo como pauta inicial debater o rumos da cooperação entre países do Norte e do Sul. O Processo de Articulação e Diálogo (PAD) integra seis agências ecumênicas europeias de fomento a diversas entidades da sociedade civil, parceiras dessas agências no Brasil. Além dos setoriais, havia a estrutura de representação regional, que visava criar alguma equidade na representação⁴⁰.

Desde seu início a FASE deposita significativo investimento nessa iniciativa, participando ativamente na construção e encaminhamento de sua agenda, contribuindo com sua animação e assumindo sua secretaria. O Processo de Articulação e Diálogo (PAD) constrói caminho de maturação de sua agenda, e, na virada dos anos 1990 para 2000, a FASE contribui para problematizar a relação entre modelo de desenvolvimento e condições para a consolidação dos direitos humanos.

³⁸ As entidades da Cooperação Internacional vivenciam desafios de grande monta com as transformações ocorridas com o fim da Guerra Fria e as mudanças dos perfis de governos em países da Europa e da América do Norte. Como reação a isso, alteram regras, escopos e perfis de financiamento, passam a ampliar novos sujeitos, constituindo deslocamentos significativos para as entidades tradicionalmente apoiadas por elas.

³⁹ A proposta de reforma do Estado, expressa no Plano Diretor de Reforma do Estado (PDMARE), do Ministro Bresser Pereira, incorpora o receituário de restrições orçamentárias de gestos sociais, com vistas à garantia do enxugamento da dívida pública e austeridade fiscal, dentro dos moldes propostos pelo Consenso de Washington. Como estratégia de enfrentamento das manifestações da questão social, conclama a criação do que denomina de “público não estatal”, tendo à frente a constituição de parcerias entre Estado e organizações da sociedade civil para a implementação de políticas públicas, “desresponsabilizando” o Estado como principal provedor de direitos universais. São regulações emblemáticas desse período a Instrução Normativa n. 1, que institui as relações de convênio e o Termo de Parceria (Lei 9.790/99).

⁴⁰ Segundo informações oriundas do sítio do PAD, “as organizações, atuantes na Amazônia, nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste (...) somam 165 organizações parceiras no Brasil, distribuídas da seguinte forma: Setorial de Entidades Ecumênicas, Setorial de Movimentos Sociais, Setorial de Organizações Não Governamentais e Setorial de Agências, agora composto por agências ecumênicas de diversos países. Criado em 1995, o PAD orientou sua atuação na busca da promoção de uma nova cultura de diálogo multilateral e na construção de um espaço de compreensão das políticas de cooperação internacional. O ecumenismo e o multilateralismo sempre foram valores norteadores desta articulação. A inteiração e a parceria ativa entre agências de cooperação e parceiras brasileiras é um valor intrínseco a estrutura da rede, que se pauta pela busca de uma nova solidariedade entre o Sul e o Norte”.

A entidade aposta em sua opção metodológica acreditando que os investimentos para enfrentar “seus [os da população] problemas de sobrevivência que não sejam paliativos, [...] se inscrevam dentro de um projeto global e duradouro de desenvolvimento do qual as classes oprimidas possam ser atores ativos e beneficiários”, conforme expresso em documento institucional⁴¹.

Impactada pela crise política econômica e social que marcava o país, na metade da década a FASE expressa mudanças na sua organização institucional⁴², repensando o ordenamento de suas linhas de ação. Assim como das frentes de trabalho e a estrutura organizacional da coordenação. Uma expressão dessa reestruturação é a flexibilização e reorientação de atividades, impactadas pelo acirramento da violência no campo e nas cidades, bem como pela dinâmica da vida política, quando nas eleições municipais, no segundo semestre de 1992, muitas lideranças rurais de pequenos municípios e dirigentes sindicais candidatam-se a cargos dos executivos e legislativos.

Essa década representa, portanto, transformações significativas e bastante aceleradas para a FASE. À assunção de novas modalidades de ação educativa, incorporando a pluralidade dos movimentos e gerando na organização maior convivência com a pluralidade de idéias, soma-se a incorporação de novas temáticas e conteúdos, como a preocupação em abordar questões de gênero e relacionadas à juventude, com claro enfoque sobre direitos de cidadania.

Em outras palavras: se, como enunciado anteriormente, a instituição revisitava mais uma vez seu projeto institucional, repensando ações de promoção de desenvolvimento pensadas outrora como iniciativas isoladas – era preciso, urgentemente, superar essa concepção, impulsionando a capacidade da sociedade civil através da participação democrática, de levar o Estado a assumir suas responsabilidades e buscando alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente. A centralidade das políticas públicas é clara nesse novo projeto, considerando-as como meio de conquista efetiva de direitos. Porém em 1996 a FASE aprofunda o debate institucional em torno de sua leitura sobre desenvolvimento. A partir desse momento, seu objetivo institucional permanente que visa articular suas ações passa a ser:

Contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na justiça social, na preservação do meio ambiente e na ampliação da cidadania. Apoiar com uma visão e atuação própria, através de ações

⁴¹ FASE, op. cit.

⁴² Tanto o Trienal de 1993/1995 quanto os relatórios de atividades expressam a implantação de uma nova lógica de planejamento e de funcionamento dos programas, tendo por objetivo alcançar integração orgânica das ações nas suas inserções a nível local/sub-regional, regional e nacional, conferindo maior unidade programática aos trabalhos. A direção responsável pela gestão 1993/1995 foi eleita em 1992, e fomentou-se a integração das dinâmicas de gestão entre os novos diretores de programa e os representantes das Frentes tanto no nível nacional como no regional, coordenado pela Coordenação Executiva (Cex).

educativas e de projetos demonstrativos a constituição, o fortalecimento e a articulação de sujeitos coletivos do desenvolvimento⁴³.

A necessidade de constante sistematização de suas ações, a maturação do debate político e a crescente visibilidade junto à sociedade colocam à FASE a necessidade de crescente profissionalização e maior formação técnica de seus quadros, seja de seus/suas educadores/as, seja dos/as trabalhadores/as da gestão administrativa da entidade. Além disso, cada vez mais a organização investe para movimento também de integração entre o que se reconhece como atividades fins (a ação política em si) e a gestão.

A pressão por qualificação de seus recursos humanos apresenta dois vieses, de naturezas distintas, mas relacionados entre si, sem hierarquias. Um primeiro claramente articulado à competitividade entre as entidades por recursos e às respostas demandas pela rede de Cooperação Internacional em termos de planejamento, monitoramento de resultados e de gestão de atividades e financeira. Outro, relacionado às demandas crescentes da realidade. Posto ser necessário assessorar movimentos destrinchando mecanismos de formulação, de monitoramento e de proposição de políticas públicas em diferentes setores, assim como desenvolver análises de conjuntura consistentes, dominar peças orçamentárias públicas e disputar a opinião pública com qualidade e credibilidade.

A FASE organiza-se nessa década em três eixos, espelhando sua opção por uma atuação mais pragmática e, ao mesmo tempo, política, rompendo com perspectivas tecnicistas. O primeiro, denominado de *Desenvolvimento como alternativa democrática de sociedade no Brasil*, expressando: (a) a preocupação com resgate de um projeto de modernização e crescimento econômico nacional popular (mais democrático); (b) a necessidade de recuperar iniciativa popular na disputa pelos rumos da sociedade brasileira reconhecimento de papel ativo dos sujeitos coletivos na definição de novo sentido para a “modernidade”; e a (c) necessidade de constituir políticas de desenvolvimento que questionem o regime de acumulação, que combatam o clientelismo e a corrupção, garantindo democratização do acesso ao produto social e assegurando melhores condições de vida e trabalho.

O segundo eixo, englobando o *Desenvolvimento como parte da disputa de hegemonia na sociedade*. Este considerava dois aspectos: o primeiro ressaltava a relevância da luta por alargamento de direitos sociais e da representação política das classes trabalhadoras, bem como a ampliação da cidadania dos produtores (conquista de espaços de poder organização por local de trabalho e gestão no processo de trabalho). O segundo valorizava a necessidade de construção de nova ética, nova cultura política e enfrentamento das formas de produção da ideologia dominante, reafirmando valores como solidariedade e igualdade e rompimento com preconceitos e violência.

⁴³ FASE. Plano Trienal 1996/1998.

Por fim, um terceiro eixo focado no *Desenvolvimento como terreno de luta no campo internacional*, ressaltava a “importância de desenvolver ações políticas de questionamento da ordem internacional e atividades de pressão política e de lobby em torno dos interesses da entidade no campo da cooperação internacional”⁴⁴.

Percebemos nos registros documentais e em relatos orais relativos aos anos 1990, como é possível reconhecer a ampliação do arco de alianças em relação aos movimentos sociais e entidades da sociedade civil nacionais e internacionais, capitaneado pela agenda programática e política de atuação da FASE. Essa se espraia nas articulações internacionais, passando a instituição a comportar um setor próprio de Relações Internacionais, considerando a relevância de se disputar a concepção de desenvolvimento também em terreno internacional – tanto na relação com a Cooperação Internacional, quanto em alianças com movimentos sociais e organizações da sociedade civil nas mobilizações em relação aos acordos internacionais entre países.

Entre outros, conformavam-se em interlocutores importantes nesse período em relação a diferentes instâncias, esferas de participação e organizações sociais e acadêmicas, como maior ou menor grau de institucionalidade, tais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Pastoral Católica, projetos de extensão rural vinculados à iniciativa da EMATER⁴⁵, as ONGs Manitese e ISCOS⁴⁶, o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa), CAT, e MLAL ProgettoMondo e Universidade Federal do Mato Grosso (UFTM), a Escola Sindical do Norte, Movimento de Educação de Base, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), as ongs de defesa de direitos UNIPOP, CEPEPO, CEPASP, CAMPOS, Centro de Direitos Humanos de Cáceres, IBASE, Grupo de trabalho do Fórum Permanente de debate da Amazônia – Manaus (FORAM).

Dessa forma, a entidade apresenta nova organização interna, orientada para os seus campos de atuação, detalhados no quadro adiante:

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ A EMATER consiste em iniciativa de extensão rural criada como Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural em 1955. Surge, inicialmente, no Rio Grande do Norte “através da ANCAR - Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural. Tem como municípios pioneiros Santa Cruz, São Tomé, São Paulo do Potengi e Currais Novos e, como entidade coordenadora, a ANCAR regional, sediada em Recife-PE, cuja proposta de ação visava o desenvolvimento socioeconômico do homem do campo. A ação extensiva, direcionada para o trabalho educativo e para o crédito rural supervisionado, buscava viabilizar tecnologias voltadas para a melhoria da produção, aumento da produtividade e aproveitamento das riquezas naturais. As orientações técnicas eram dirigidas às culturas e criações, bem como à construção de benfeitorias agropecuárias (casas de farinha, armazéns, currais, etc.), cuidados com os alimentos, vestuário e administração do lar” (Cf. Sítio institucional <http://www.emater.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/emater/instituicao/gerados/historico.asp>. Acesso em 03 dez 2010. A partir da criação da EMATER-RN, a iniciativa passa a ser incorporada como política pública, sendo desenvolvida em diferentes estados.

⁴⁶ Sobre as entidades visitar sítio institucional <http://www.iscosemiliaromagna.org/index.php?id=2&L=3> Acesso em 03 de dezembro de 2011.

Quadro 1 - Campos de atuação da FASE entre 1993 1995.

CAMPOS DE ATUAÇÃO DA FASE (TRIENAL 1993-1995)	AGENDA / ESTRATÉGIAS	PÚBLICO ALVO
Relações internacionais	Relações políticas e econômicas entre países do Sul e do Norte; relações com entidades e ONGs financiadoras, grupos informais interessados em cooperação internacional, organismos multilaterais e governos do Norte – e Sul-Sul – ONGs da América Latina	a) Associações Nacionais de ONGs na América Latina e na África; b) Entidades da Cooperação Internacional; c) Redes e plataformas internacionais de movimentos sociais
Sociedade civil brasileira	Assessoria e apoio a movimentos populares, articulação em redes e alianças com ONGs brasileiras, igrejas e distintos segmentos da sociedade	a) CUT, através dos departamentos, secretarias estaduais e nacionais, comissões e sindicatos de base e dirigentes. b) Lideranças sindicais: a partir das Escolas sindicais, grupos de base e organismos por locais de trabalho; c) Movimentos sociais de trabalhadores rurais: sindicatos de trabalhadores rurais; Escolas sindicais rurais; d) Famílias de pequenos produtores; d) Dirigentes e lideranças do movimento sindical dos trabalhadores rurais as sub-regiões; e) Sociedade difusa, a partir da disputa da opinião pública. f) Movimentos de moradia e saneamento, Movimento Nacional de Moradia, federações de associações de moradores, movimentos específicos, articulações estaduais e municipais, comitês, lideranças comunitárias.
Estado Brasileiro	Intervenção social, intervenção junto à "opinião pública", ações de pressão e <i>lobby</i> institucional.	a) Relações com órgãos públicos nos diferentes níveis federativos nos três poderes,

Fonte: Sistematização de informações realizada a partir dos relatórios de Trienal institucional da FASE 1993-1995 / FASE.

Na revisão institucional, como resposta aos desafios que se apresentam, a FASE passa a organizar-se através de programas e temas. Deixa para trás a dimensão de “Frente”, a qual, em novo contexto demandado pela Cooperação, parecia bastante fluido para as novas formas de planejamento.

A formulação de sua estrutura de modo programático, com linhas de ação e atividades articuladas às mesmas reflete o início da estruturação institucional nos moldes demandados pelos apoiadores institucionais. Na perspectiva de assegurar uma organização capaz de planejar atividades e monitorar seus resultados. Essa racionalidade acomete muitas organizações não governamentais atuantes no campo da promoção e da defesa de direitos no início dos anos de 1990, levando ainda um tempo para ser assimilada como cultura institucional. É preciso compatibilizar uma dimensão militante, bastante ativista e engajada de organizações como a FASE com os requisitos tanto da Cooperação, quando dos moldes de financiamento público que passam a requerer estruturas organizacionais mais formais e planejadas.

Em 1994 a FASE solicita avaliação externa, a qual contribui com diretrizes para que ela reestruture sua organização institucional.

No Trienal de 1993/1995, a FASE organiza-se em cinco programas situados em áreas urbanas e rurais, orientados por temas específicos e articulados a partir de linhas de ação comuns entre todos e algumas específicas a cada um.

Quadro 2 - Estrutura institucional dos Programas da FASE Trienal 1993/1995

PROGRAMA	TEMA	LINHAS DE AÇÃO
Programa de Trabalhadores Urbanos (PTU)	Trabalhadores urbanos e ação sindical num quadro de crise e reestruturação	L1. Formação, capacitação, assessoria, articulação L2. Produção e socialização de conhecimentos e recursos pedagógicos L3. Articulação com a sociedade civil e a opinião pública.
Programa Popular Urbano (PPU)	Intervenção nas lutas por Reforma Urbana	L1. Formação, apoio e assessoria aos Movimentos Populares Urbanos (MPUs) L2. Produção e socialização de conhecimentos L3. Articulação com a sociedade civil e a opinião pública
Programa de Assalariados Rurais (PAR) ou	Violência e marginalidade social nos complexos sucro-alcooleiro e cacauero do Nordeste	L1. Formação e assessoria ao movimento sindical e de suas articulações com a sociedade; L2. Pesquisa e estudos L3. Comunicação e recursos pedagógicos; L4. Capacitação e articulação interna.

Programa Trabalho e Cidadania nos complexos agroindustriais (PTCCA)	Trabalho e Impactos socioambientais de modernização e expansão dos complexos agroindustriais	L1. Contribuição ao sindicalismo no repensar as suas estratégias de organização, negociação e os conteúdos de suas lutas diante das mudanças nas relações de trabalho; L2. Assessoria ao Departamento Rural da CUT e FERAESP nas campanhas salariais; L3. Provocação e acompanhamento de experiências de ação e articulação sindical entre o conjunto de trabalhadores do mesmo Complexo agroindustrial; L4. Capacitação metodológica e científica para que o movimento sindical desenvolva uma investigação e intervenção qualificada frente ao processo de produção; L5. Articulação com a sociedade civil.
Programa Pequenos Produtores (PPP)	Pequena produção na Amazônia: em busca de um desenvolvimento sustentável	L1. Projetos agroambientais de cooperação agrícola/ estudos e pesquisas; L2. Formação e capacitação de lideranças - apoio/assessoria ao sindicalismo cutista; L3. Intercâmbio, busca de alternativas e intervenção no espaço público; L4. Campanha de educação ambiental voltada para o desenvolvimento regional; L5. Organização de jovens e mulheres; L6. Interfaces; L7. Aplicações comunitárias (apoio a micro-iniciativas de caráter cooperativo).
Programa Investigação e Comunicação (PIC)	Os sujeitos coletivos no quadro da crise orgânica nacional	L1. A comunicação como mediadora do conhecimento; L2. A comunicação na definição de políticas de produção; L3. A comunicação como interação político-institucional; L4. A comunicação como intervenção no espaço público.

Fonte: Quadro sistematizado pelas pesquisadoras a partir do Trienal 1993/1995. Documento Institucional FASE. Apenas Programas.

A leitura dos materiais de planejamento e os relatos das entrevistas nos permitem reconhecer algumas transformações significativas na instituição em relação aos momentos anteriores.

A primeira é a percepção que o esforço pela busca pela integração institucional e o enfrentamento de sua fragmentação ainda constituíam-se, no início dos anos de 1990, em um processo em curso. Porém, havia maior sinergia interna com a construção de

linhas comuns aos cinco grandes programas que organizavam os três regionais⁴⁷ da entidade. Parte dessa sinergia é gerada imersa em intenso debate e disputas de concepções em torno do projeto institucional, tensionados pelas demandas da Cooperação Internacional, pelos processos da realidade sócio-política.

A segunda observação refere-se ao quanto a FASE constituía-se em uma entidade de assessoria e de articulação política dos movimentos, mas passa, claramente, a combinar seu papel político de assessoria ao exercício do posicionamento público na sociedade. Inicia a disputa pela opinião pública, posicionando-se paulatinamente como sujeito político tanto na sociedade brasileira quanto no campo internacional.

Nesse sentido, a comunicação assume *centralidade estratégica*, tornando-se um dos programas institucionais, condensando linhas de ação que explicitam essa estratégia em relação a finalidades distintas.

O terceiro aspecto exprime o quanto a entidade, que traz em sua trajetória a pesquisa⁴⁸ e a sistematização de conhecimento, passa a ampliar suas relações institucionais⁴⁹ também na direção de aprofundar a produção de conhecimento e a realização de pesquisas participantes. Estas capazes de assegurar visibilidade a denúncias de violações de direitos. A produção já ocorria de forma esporádica nos anos de 1980, porém passa a adquirir maior constância nessa década.

⁴⁷ Nesse período, a FASE continuava a atuar através de três regionais, com presença nas seguintes regiões/estados e cidades: (a) Regional Amazônica: Pará, com inserção na região metropolitana de Belém e na área dos Carajás (Marabá), Capanema, Imperatriz/Açailândia e Baixo Tocantins/Abaetetuba. Ainda em São Luís, Manaus e Mato Grosso (Vale do Guaporé e Cáceres); (b) Regional Nordeste: na Bahia, em Pernambuco (Recife - prioriza região metropolitana, com destaques para Olinda e Jaboatão), Alagoas, e na Paraíba; (c) Regional Sudeste/Sul: Norte do Espírito Santo, Porto Alegre (com desdobramentos em Vale dos Sinos, Caxias do Sul, Santa Maria, Rio Grande, Viamão e Santa Cruz do Sul); Rio de Janeiro, região metropolitana, especificamente na região conhecida como Baixada Fluminense (com desdobramentos em Nova Friburgo, Itaguaí, Barra Mansa e Mendes), bem como São Paulo (com desdobramentos em Santo André, São Bernardo, Diadema, Santos, Campinas e Piracicaba e Ribeirão Preto).

⁴⁸ A FASE contava 1978 com setor específico de pesquisa. Antes disso, cria, em 1976 sua revista institucional, a Revista Proposta (ver anos 1970). Essa dimensão do trabalho produz metodologias e instrumentos de mobilização e de denúncia diversos, tais como o que resultou no Mapa de Risco Ambiental. Este instiga debates e levantamentos junto a trabalhadores florestais; alimentou processos de formação e contribuiu para visibilidade de denúncias na mídia. Junto a isso, cursos e seminários que promovem a reflexão sobre as melhores formas de ação e organização sindical frente ao tema; estratégias de ação de divulgação e de denúncia; contribuem para a articulação com outros setores da sociedade civil e elaboração de propostas para serem implementadas ao nível do Estado, tais como suspensão de financiamento e apoio público à expansão da eucaliptocultura.

⁴⁹ Essa é uma das características marcantes dessa década: o quanto a FASE torna uma constante a realização de parcerias com outras instituições, acadêmicas ou não, para a pesquisa, sistematização e produção de conhecimento. Como exemplo, no Programa São Paulo, a realização de produtos como os Estudos dos efeitos clínico-epidemiológicos da queimada da cana (Unesp/Araraquara, FMRP, ISNT); Estudo sobre alterações demográficas em função do ciclo migratório, com a Seade e outros; e, em meados da década, no Rio de Janeiro, Belém e Recife a formação da rede do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (FASE-IPPUR/UFRJ) são expressões desse investimento.

Ainda que o conhecimento produzido não tivesse pretensão acadêmica, muitas experiências de educação popular, assessoria aos movimentos sociais e monitoramento de políticas públicas passam a ser sistematizadas em publicações, relatórios, além de artigos internos e outros de circulação pública.

De forma crescente, estimula-se internamente que artigos e documentos sejam produzidos e assinados⁵⁰ por técnicos/as – educadores/as e assessores/as, assim como seus dirigentes. Alguns materiais têm caráter publicitário e são claramente voltados ao posicionamento público, à disputa de opinião pública e de hegemonia na sociedade. Outros sistematizam produções coletivas, de Redes e Fóruns, na relação com parceiros de movimentos sociais e sindicatos.

Inúmeros documentos de planejamento e relatórios de atividade apresentam considerável material de análise de conjuntura, utilização de indicadores e investigações sobre temas com os quais atua. Essa busca contribui tanto para o fortalecimento institucional da FASE na relação com entidades apoiadoras, consistindo em parte da “prestação de contas”, ao materializar suas atividades e frutos dos processos de formação, além de contribuir para subsidiar – e, assim, fortalecer –, a ação política e a assessoria aos movimentos sociais e aos aliados. Aprofundando o conhecimento sobre a realidade, a partir de questões concretas (expressas na formulação dos temas) de forma mais sistemática, o que adquire importância nesse novo contexto e retrata o processo de amadurecimento da identidade institucional.

Se expressa também nos materiais produzidos e nas entrevistas realizadas a clara preocupação com a sistematização da “metodologia FASE”. Remetendo a reflexões internas sobre o trabalho com Educação Popular e quais elementos unificam, na diversidade, uma organização não governamental desse porte.

É visível o quanto a entidade apresenta, a partir de sua inserção política, dos acúmulos e das alianças constituídas, a capacidade de antecipar-se ao debate público do período. Expressa nas linhas de ação dessa reestruturação no início dos anos de 1990, a incorporação de temas relevantes à década, como o debate ambiental, o conceito de sustentabilidade e a preocupação com as transformações no mundo do trabalho, com claro enfoque sobre a precarização das condições de trabalho, as violações de direitos trabalhistas e sociais e a violência no campo e nas cidades.

⁵⁰ No universo de ONGs de promoção, de defesa de direitos havia forte cultura e debate sobre “o estar a serviço dos movimentos sociais”. Esse lugar político e institucional na relação com os movimentos pode ter por origem a cultura ecumênica de suporte aos movimentos e/ou a história de clandestinidade, em tempos de repressão política, por parte dos/as dirigentes das organizações. No entanto, essa cultura começa a sofrer alterações nos anos de 1990, quando as entidades passam a se posicionar publicamente como sujeitos políticos, refletindo-se em deslocamentos e alguns tensionamentos na relação com os movimentos sociais, também em processo histórico de transformação.

Na segunda metade da década, a FASE formula novo trienal (1996/1998) e passa a organizar em três núcleos⁵¹ de “Assessoria, Estudos e Produção/área temática”, denominados como: (a) Meio Ambiente e Desenvolvimento; (b) Trabalho e Renda e (c) Cidadania, Políticas Públicas e questão urbana.

Quadro 3 - Estrutura institucional dos Núcleos da FASE 1996/1998

NÚCLEO	TEMA	OBJETIVOS	PÚBLICO ALVO
Meio Ambiente e Desenvolvimento	Biodiversidade ; projetos multilaterais; metodologia de projetos agro-ambientais.	A construção de uma modernidade fundada em novos valores implica numa mudança radical de atitudes e propostas de políticas públicas em relação ao meio ambiente, o que supõe a consciência de que os recursos naturais são finitos ou de difícil regeneração. Crítica ao modelo neoliberal na dimensão ambiental levando em conta que a crescente privatização do meio ambiente e seus recursos pode tornar o acesso a eles mais um fator de exclusão. Continuidade do esforço de superação de abordagens unilaterais da questão do desenvolvimento, acúmulo especial na Amazônia (defesa da agricultura sustentável, diversidade ecossocial, elaboração de produtos sobre educação ambiental; consultorias e estudos) Perspectiva de ampliar o debate, flexionando a questão do meio ambiente com o debate sobre a questão urbana. Incorporar tema da biodiversidade conectando-o com o da reforma agrária. Aperfeiçoar metodologia e pedagogia dos projetos agro-ambientais e de educação ambiental.	a) Agricultores familiares, pequenos agricultores. b) Organizações de pequenos produtores rurais; Sindicato dos Trabalhadores Rurais. c) Lideranças, professores e alunos das escolas da região de Manaus d) federações e associações de moradores (Baixada Fluminense e município do Rio de Janeiro); população geral; catadores de lixo de Niterói e São Gonçalo; e) trabalhadores florestais e sindicato da área f) trabalhador do complexo sucro-alcooleiro

⁵¹ São diretores/as nacionais, nesse período, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Maria Emilia Lisboa Pacheco, Pedro Claudio Cunha Bocayuva e Orlando Alves dos Santos Junior.

FASE > 50 anos

<p>Trabalho e Renda</p>	<p>Geração de trabalho e renda e Precarização nas relações de trabalho.</p>	<p>A questão ganha peso na agenda em função da crescente consciência social relativa à apatização social. No Brasil, isso se traduziu na campanha da Ação da Cidadania em sua segunda etapa pelo emprego. Binômio trabalho e renda como questão chave em torno do qual se configuravam alinhamentos de diferentes políticas de desenvolvimento, clivando a sociedade. Tendência à manutenção da dualidade de agendas coloca para os setores populares, democráticos e progressistas a tarefa de estabelecerem os nexos entre a desregulamentação econômica e dos direitos com aprofundamento dos contextos de violência, apatização e degradação socioambiental das cidades e dos campos. Isto conduz a Fase a continuar intervindo em dimensões estratégicas dessa problemática, traduzidas por dois eixos: geração de trabalho e renda e precarização nas relações de trabalho.</p>	<p>Lideranças e dirigentes sindicais canavieiros, FETAPE, DETR-CUT, movimentos sociais do CAI Suco alcooleiro nordestino, representantes de trabalhadores do CODEFAT; lideranças rurais, desempregados oriundos do setor rural, empreendedores populares, sindicatos, dirigentes sindicais e trabalhadores da base florestal; mulheres do movimento de moradia, trabalhadores assalariados dos complexos agroindustriais de Ribeirão Preto (industrial e rurícolas); movimento comunitário, movimento popular e movimento sindical urbanos.</p>
<p>Cidadania, Políticas Públicas e questão urbana</p>	<p>Cidadania e atores coletivos; Institucionalidade e políticas governamentais; Política urbana e direito à cidade</p>	<p>A introdução da temática no plano trienal pauta-se pelo acúmulo da Fase sobre as mudanças que ocorrem na sociedade brasileira, oriundas da reestruturação produtiva e da globalização financeira. Especificamente nas cidades, esses fatos alimentam a crise urbana, o investimento do capital na internacionalização (cidades mundiais), aprofundando desigualdades e fomentando desemprego e violência. A FASE questiona as políticas públicas de segurança e o crescente <i>apartheid</i> social, assim como os impactos de investimentos públicos que comprometem o ambiente e geram crescente deterioração da qualidade de vida. O descaso estatal contribui para fenômenos como enchentes, erosões, deslizamentos, poluição do ar e das águas, atingindo o cotidiano da população e, em especial, da população mais pobre que ocupa as margens de córregos, rios, encostas e demais áreas de risco. A FASE problematiza a influência do capital, a partir do setor imobiliário, em investimentos que tornam a cidade centros de comércio, serviços e sedes de gestão do capital financeiro. A organização manifesta preocupação com a crise profunda vivida pelos clássicos sujeitos coletivos</p>	<p>Movimento popular, associações de moradores, federações de associações de moradores, lideranças do movimento popular, lideranças comunitárias, conselheiros municipais; entidades, ONGs e universidades; movimentos de mulheres do Prezeis.</p>

Fonte: Documento institucional do Trienal 1996-1998.

As preocupações sobre a centralidade do trabalho e as transformações impostas pela globalização no reordenamento das cidades e do campo, no quadro crescente de violação de direitos, refletem-se em todos os programas. Em especial, o triênio de 1996 a 1998 é demarcado pelo crescente investimento da FASE nas articulações internacionais, estando bastante presente nas primeiras articulações da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), em 1998⁵².

Instigam a organização do que a FASE denomina de “grupo de interesse sobre relações de trabalho e abertura do *Ciclo de Estudos Formação e Monitoramento de Juristas leigos*”, expressando preocupação com a formação dos sujeitos políticos, mas também com o monitoramento sobre os desdobramentos dessa formação.

Junto aos movimentos sociais e às organizações não governamentais em seus diferentes programas e núcleos, a FASE contribui para a construção do que vem a ser uma abordagem de judicialização dos direitos, uma estratégia adotada pelos movimentos sociais a partir dos anos de 1990. Em especial, a proposta inicia-se com ações de denúncia e de fiscalização em torno da violação de direitos, como a exemplo dos programas de formação “Comando de Fiscalização Integrada em Ambientes de Trabalho da Região de Ribeirão Preto”, em São Paulo, sob coordenação da FASE. Essas propostas contribuem para, no campo da educação popular, a desnaturalização e visibilidade das formas de opressão e de violação existentes na sociedade junto aos sujeitos vitimados por esses processos e mesmo junto aos cidadãos que não se encontram organizados.

Essa linha de ação de denúncia das violações de direitos e da apartação social adquire cada vez mais visibilidade nessa década. A materialização dessas denúncias expressava-se em movimentos maiores, como a *Ação da Cidadania contra a Miséria e a Fome pela Vida*. É ela integrada por diferentes ONGs, inclusive pela, se propondo a monitorar as principais iniciativas governamentais construídas como resposta a essa mobilização da sociedade a partir do Programa Comunidade Solidária⁵³. O que não apresentava concretude a partir

⁵² Envolvendo mais de 30 organizações e outras redes e articulações, a Rede Brasileira pela Integração dos Povos nasce em 1998, porém é formalizada apenas em sua primeira assembleia geral em 2001. Segundo seu sítio institucional consiste em “uma articulação de ONGs, movimentos sociais, entidades sindicais e associações profissionais autônomas e pluralistas, que atuam sobre os processos de integração regional e comércio, comprometidas com a construção de uma sociedade democrática pautada em um desenvolvimento econômico, social, cultural, ético e ambientalmente sustentável. Estas entidades buscam alternativas de integração hemisférica opostas à lógica da liberalização comercial e financeira predominante nos acordos econômicos atualmente em curso. A REBRIP se constitui como um pólo de articulação e divulgação de iniciativas sociais frente aos tratados de desregulamentação financeira e comercial, nos quais se incluem a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e outros acordos comerciais bilaterais e entre regiões, como o acordo Mercosul. União Européia (UE)” http://www.rebrip.org.br/_rebrip/pagina.php?id=2518. Acesso em 25 de mar de 2011.

⁵³ O Programa Comunidade Solidária (PCS) foi criado no início da gestão do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1997) voltado para a mobilização da sociedade e articulação de recursos estatais e das organizações sem fins lucrativos “tendo como alvo os segmentos mais pobres do país, inseridos em patamares inferiores a condições dignas de vida. Para administrar este programa, foi criada uma Secretaria Executiva e um Conselho Consultivo vinculado à Casa Civil, composto pelos ministros das áreas

das conquistas legais, direitos que em sua maioria permaneciam apenas no “papel”. Passam a fomentar ações populares e civis públicas capazes de contribuir para o enfrentamento, no campo da justiça, da sua banalização, com a perspectiva de se fazer assegurar legalmente.

Com base nas reflexões do Núcleo de Cidadania, Políticas Públicas e Questão Urbana, a década apresenta o aprofundamento da reflexão em torno das consequências da Globalização em um modelo de desenvolvimento e de organização das cidades impostos, visando sua internacionalização em movimento de criação de “cidades mundiais”, onde não cabem a pobreza e dinâmicas que gerem instabilidades no sistema, como as lutas por direitos e o questionamento à ordem imposta.

Há claro esforço das equipes, sintetizando debate institucional, em articular as linhas e eixos visando a busca de unidade. Por dentro da assessoria ao Fórum constituído em torno dos Planos de Regularização Fundiária das Zonas de Especial Interesse Social (PREZEIS), a FASE Pernambuco, em Recife, procura articular a temática de geração de trabalho e renda. Isso investigando e propondo políticas para as áreas instituídas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e na Campanha contra a Fome, contra a Miséria, pela Cidadania e pela Vida, investindo no fortalecimento do fundo rotativo da Ação pela Cidadania.

Nas cidades de Porto Alegre⁵⁴, São Paulo⁵⁵, e, em cidades integrantes da Baixada

sociais e econômicas e 21 membros da sociedade civil. Não possui prerrogativas executivas, e suas finalidades estão mais voltadas à mobilização da sociedade civil, de entidades governamentais e não governamentais, e à integração entre os níveis federal, estadual e municipal, visando a ações conjuntas no ataque aos problemas da fome e da pobreza”, segundo SUPPLY e NETO (1995).

<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/protecao-social/texto-11-2013-politicas-sociais-o-programa-comunidade-solidaria-e-o-programa-de-garantia-de-renda-minima.pdf>. Acesso em 23 mai 2011. Ressalta-se que no contexto dessa iniciativa governamental, institui-se mesa de debates sobre a formulação de um marco legal para as organizações não governamentais, na qual tem assento membros da ABONG e da FASE, em processo bastante controverso que culminou na promulgação da Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que institui o instrumento do Termo de Parceria entre Estado e organizações do então denominado “Terceiro Setor”. Para maiores informações, cf. www.abong.org.br.

⁵⁴ Em Porto Alegre (RS) as atividades da FASE no período retratam investimentos no fomento à participação e à articulação de fóruns com o objetivo de qualificar sujeitos sociais no aprofundamento do debate crítico sobre a proposta hegemônica de integração regional, personificada no modelo do Mercosul. O trabalho junto aos movimentos sociais caracteriza-se, então, pela articulação do movimento sindical e do movimento cooperativista comunitário e pela ocupação de espaços constituídos pela administração municipal, como o Conselho de Acesso à Terra e à Habitação. Fóruns da sociedade civil, como o Fórum Estadual de Reforma Urbana (FERU) e movimentos societários como a Ação da Cidadania no Rio Grande do Sul são esferas privilegiadas de atuação da FASE na região (Fonte: Trienal 1996-1998).

⁵⁵ Em São Paulo, especificamente na região da Grande São Paulo, desenvolvia-se projetos demonstrativos ligados aos mutirões de construção da casa própria e a projetos profissionalizantes, visando ampliar o mercado de trabalho como alternativa aos grandes complexos agroindustriais na região de Ribeirão Preto. A FASE, através de convênios com a universidade, desenvolve o projeto de intervenção “20 anos do Pró-álcool”. São sujeitos centrais nas relações institucionais com a FASE nessa região lideranças e dirigentes sindicais canavieiros, a FETAPE, DETR-CUT, movimentos sociais do CAI Sucro alcooleiro nordestino,

Fluminense, na região metropolitana da capital do Rio de Janeiro⁵⁶, as equipes regionais aprofundam o desenvolvimento de projetos que visam articular políticas geradoras de trabalho e de renda às condições para participação em esferas públicas de formulação e de controle social sobre políticas públicas, em especial a construção de moradias e programas de saneamento. Estimula-se o debate público crítico junto a governos sobre o direito ao acesso à terra regularizada e infraestrutura nas cidades e à mobilização por saneamento.

Cada programa regional atuante na temática urbana vincula-se a linha de Cidadania, Políticas Públicas e Questão Urbana e, mesmo visando a construção de integração entre os programas, as atividades e projetos educacionais, bem como políticos da FASE assumem características bastante singulares em cada região. Por causa dos contextos e processos históricos de lutas e das alianças com movimentos sociais em cada lugar.

No Nordeste do país, a FASE articula a temática de Cidadania, políticas públicas e questão urbana a de Trabalho e Renda, visando diálogo e integração entre as linhas nacionais a partir de características particulares dos programas tensionados pela precarização do trabalho e pela violência na região. A estratégia que orienta os investimentos em educação popular nos programas é o estímulo a se pensar sobre iniciativas de políticas de geração de emprego e renda articuladas ao enfrentamento de da ausência ou da fragilidade de direitos em saneamento, habitação e uso do solo.

Na área rural, relatórios do período expressam investimentos na intervenção educativa nos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, com foco em duas áreas canavieiras: dos Tabuleiros Costeiros de Alagoas e Paraíba e a Zona da Mata Sul (PE), região de desmonte da atividade sucroalcooleira e alvo de programas compensatórios e de políticas emergenciais por parte dos governos estadual e federal.

O fortalecimento à organização de trabalhadores/as rurais tinha como claro objetivo⁵⁷ denunciar violações nas relações de trabalho no contexto de reestruturação produtiva,

representantes de trabalhadores do CODEFAT; lideranças rurais, desempregados oriundos do setor rural, empreendedores populares, sindicatos, dirigentes sindicais e trabalhadores da base florestal; mulheres do movimento de moradia, trabalhadores assalariados dos complexos agroindustriais de Ribeirão Preto (industrial e rurícolas); movimento comunitário, movimento popular e movimento sindical urbanos (Fonte: Trienal 1996-1998).

⁵⁶ A FASE Rio de Janeiro, nos anos de 1990, desenvolvia suas atividades de formação política bastante centradas na região da Baixada Fluminense, articulada a federações de associações de moradores da região, como a ABM (então Federação de Associação de Moradores de São João de Meriti, que virá a tornar-se o Conselho de Entidades Populares de São João de Meriti), a FEMAB (Federação de Associações de Moradores de Belford Roxo), o MAB (Federação de Associação de Moradores de Nova Iguaçu), o MUB (Federação de Associação de Moradores de Duque de Caxias), além da relação com outras organizações, como sindicatos, pastorais religiosas e ONGs ambientalistas.

⁵⁷ A sistematização dos relatórios institucionais da época registra os objetivos de: “capacitar e estimular movimentos sociais envolvidos no CAI sucroalcooleiro nordestino para a participação e disputa na construção de políticas públicas de geração de emprego e renda, com a realização de cursos de capacitação em Maceió junto a representantes dos trabalhadores no CODEFAT e apoiar participação de órgãos representativos dos trabalhadores e entidades de apoio nas comissões do Conselho de Desenvolvimento dos

fortalecendo sujeitos políticos dos movimentos sociais na ocupação e atuação crítica em esferas públicas como Conselhos de Gestão de Políticas Públicas, como o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) - instância de controle social vinculada ao Ministério do Trabalho.

Em Itabuna, no estado da Bahia, a FASE busca a identificação de alternativas que viabilizem desenvolvimento regional socialmente justo e ambientalmente sustentado. Partindo do debate público e do estímulo à participação popular na formulação de políticas públicas. No Pará, os projetos demonstrativos de educação popular têm por eixo assegurar visibilidade às iniciativas de consumo popular urbano na região metropolitana de Belém. Articulado à implantação de projeto habitacional a partir de 1996.

Nas atividades desenvolvidas pelo regional no eixo Carajás, consolida-se o trabalho de acompanhamento da experiência de reciclagem de resíduos sólidos em Imperatriz (MA). Em Marabá (no sudeste do Pará) desenvolvem-se trabalhos de consumo popular articulados com o apoio ao crescimento de cooperativas de pequenos produtores agrícolas. Na cidade de Ananindeua, na região metropolitana de Belém e em Marabá, dois projetos

Projeto de Manejo Florestal Comunitário em Gurupá

A FASE trabalha desde 1997 com comunidades tradicionais no município de Gurupá (PA) com a finalidade de estabelecer entre elas a prática do manejo comunitário dos recursos naturais. O Projeto Demonstrativo Gurupá continuou as ações feitas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Gurupá, no Projeto Bem-te-vi, fortalecendo a economia familiar e, ao mesmo tempo, a conservação da natureza. Na tentativa de implantação dos planos de manejo florestal comunitário, um dos componentes do projeto demonstrativo, a FASE se defrontou com obstáculos de ordem legal, causados pela falta de legislação mais condizente com a realidade comunitária. Além disso, os métodos operacionais utilizados pelos pequenos produtores apresentavam variações que diferiam substancialmente do que é aplicado no manejo florestal convencional. No período de abril a junho de 2002, a FASE, com o apoio do ProVárzea, realizou o acompanhamento da regularização dos extratores de madeira do distrito do Itatupã e adjacências em Gurupá para a elaboração dos PMFS de Pequena Escala. As comunidades foram assistidas em dois postos de atuação: um no setor Pracubinhas e outro no setor Alegres, para atender o maior número possível de moradores. O acompanhamento envolveu as associações locais e o STR Gurupá como co-gestoras do processo junto aos produtores rurais, beneficiando 194 famílias. Os resultados no primeiro ano mostraram uma grande iniciativa dos comunitários em regularizar-se, diminuindo sensivelmente a exploração clandestina de madeira na região do Itatupã, cujo contingente em volume liberado, foi estimado em 19400 m3 de madeira autorizada para exploração a nível familiar pelo IBAMA.

projetos e Programas para a mata sul de Pernambuco); promover seminários e materiais pedagógicos para atualização e socialização de leitura conjunturais da realidade do NE (parcerias: EQUIP, CENAP, GET, UFAL, UFPB, UFRJ e Centro Josué de Castro; capacitar dirigentes sindicais no redirecionamento de conteúdos e enfrentamento das campanhas salariais no NE. (estudos, debates e oficinas com grupos de mulheres, menores e moradores de rua em Alagoas, e de lideranças sindicais na Paraíba; ampliar debate para esfera pública com materiais e atuação junto ao Fórum Permanente contra a Violência em Alagoas)", Trienal 1996/1998.

centrados no fortalecimento da participação em conselhos e de esferas de controle do orçamento público contribuem para aprofundar o debate sobre a democratização das gestões municipais.

O acompanhamento de programas de macrodrenagem e a fiscalização de investimentos em saneamento manifestam-se na assessoria da equipe regional à Equipe de Educadores Populares de Parauebas (EEP).

O Gênero⁵⁸, nesse momento, como instrumento de análise da realidade e campo de estudos e de produção de conhecimento, é tratado como temática “nova”. Não apenas para esta organização, mas para outras organizações no Brasil, como perspectiva bastante impulsionada pelo universo da Cooperação Internacional nos debates e atividades das organizações. A despeito da centralidade da abordagem na agenda da Cooperação, um dos programas da FASE, em Belém, desenvolve trabalho com mulheres e o enfoque sobre as desigualdades entre os sexos e as violações vivenciadas pelas mulheres.

Mesmo que a categoria de Gênero não fosse central na construção desses processos de organização e de formação políticas de mulheres, a percepção sobre a violação de direitos desses sujeitos políticos já se constituía como acúmulo para a FASE regional junto às articulações e movimentos feministas, sendo trabalhado junto aos movimentos de mulheres. Em Recife, o programa regional de Pernambuco realiza, em meados dos anos de 1990, uma pesquisa para qualificar a participação das mulheres nos fóruns do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS).

O conceito passa a ser bastante problematizado na entidade e a FASE opta por realizar um Programa Interinstitucional de Capacitação em Gênero (PIC-Gênero). Compreendendo-o como processo integrado de formação institucional junto ao Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE)⁵⁹ e Centro Luiz Freire entidade histórica de defesa de direitos humanos do Recife, tendo como assessoria para formação interna o SOS Corpo⁶⁰, importante organização não governamental feminista do Recife (PE). Na maturação de como deveria ser incorporado Gênero na agenda política institucional, os programas e a direção institucional pactuam consenso de assunção do Gênero como enfoque transversal ao Trienal 1996/1998.

As atividades que abordam gênero passam a ser explicitadas em todos os programas, com intensidades distintas, refletindo os diferentes acúmulos: às vezes com projetos

⁵⁸ Gênero constitui-se em um campo de estudos emergente nos anos de 1970 na Europa e nos EUA. Possui diferentes concepções, porém, na acepção de categoria de análise histórica (SCOTT, 1971) permite a compreensão de elementos estruturadores das relações sociais, como as relações de poder entre os sexos, as relações de classe e de raça/etnia.

⁵⁹ Para maior conhecimento sobre o IBASE (www.ibase.br) e sobre o Centro Luiz Freire (www.cclf.org.br) acessar sítios.

⁶⁰ Para maiores informações sobre a organização, cf. www.soscorpo.org.br.

próprios de formação com maior fôlego de duração, outras com ações pontuais ou desenvolvimento de pesquisas. A FASE adota três linhas de ação⁶¹ comuns aos programas, como expressão do crescente esforço de integração institucional, norteando-se nesse triênio de 1996 a 1998 por dois objetivos centrais:

- (i) Promover a defesa do caráter democrático das políticas de desenvolvimento e de políticas sociais universalistas, na lógica dos direitos da cidadania, contrapondo-as à privatização das políticas públicas;
- (ii) Contribuir para preservar e fortalecer a capacidade de atores populares de atuarem, na sua diversidade social e regional, como sujeitos na formulação de políticas públicas e na disputa em torno das alternativas de desenvolvimento (Trienal FASE 1996-1998).

Os anos de 1990 trazem também a novidade de crescente estreitamento da FASE com instituições acadêmicas, constituindo novos formatos e modelos⁶² na articulação entre a denominada “educação formal” e a concepção histórica institucional de educação popular.

É preciso ressaltar que os diferentes programas regionais apresentam ao longo dos anos 1980 e 1990 experimentos de diálogo e de ações pontuais de parcerias com universidades em sua maioria as federais situadas nos estados. Ao mesmo tempo, essa intensificação e redesenho da relação institucional, visando maior institucionalidade nessa aliança, auxilia no fortalecimento da produção de informação e de conhecimento com vistas a subsidiar movimentos sociais na luta por direitos através de políticas públicas. Um dos claros exemplos dessa produção assenta-se sobre diagnósticos e mapas de riscos ambientais produzidos por programas como o do Espírito Santo (ES), articulando a dimensão ambiental, de qualidade de vida da população e de saúde do trabalho no enfrentamento da expansão da eucaliptocultura, promovida pelas empresas de celulose na região. Essa estratégia adquirirá maior corpo nos anos 2000, espalhando-se para outros programas da entidade.

Essa integração imprime à produção da FASE novas características e seus esforços manifestam-se em quase todos os seus programas e projetos. Especialmente nos processos de formação, na produção de informações, de indicadores e na sistematização do conhecimento produzido, assim como nas cartilhas e materiais político-

⁶¹ São as linhas de ação adotadas pelos programas: L1. Projetos demonstrativos e educativos; L2. Articulação na sociedade L3. Intervenção da Fase na elaboração de políticas públicas.

⁶² Em 1994, a partir da relação com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ), a FASE cria o Programa de Pesquisa e Extensão Observatório de Políticas Públicas e Gestão Municipal, posteriormente renomeado Observatório das Metrópoles. Visando a integração programática na área urbana de atuação, esse modelo de parceria academia/ONG é replicado nos Programas urbanos do Pará, com a Universidade Federal do Pará (UFPA) e de Pernambuco, com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

pedagógicos⁶³. O investimento na ampliação de alianças com a academia fortalece a instituição, trazendo outras formas de inserção e de visibilidade de sua produção, mas incidem também no aprofundamento de uma mudança paulatina – e já em curso – no perfil da formação de seus técnicos e educadores.

Em 1997, inicia-se processo de preparação do ciclo de planejamento institucional. Esse processo ocorre em meio à pesada crise que se abate no universo das organizações não governamentais ligadas à defesa de direitos humanos. Nesse ano, a FASE, assim como outras entidades, vive a redução drástica do apoio da rede de Cooperação Internacional, gerando como impactos na FASE o fechamento de escritórios em três estados. Os programas de Fortaleza (CE), de Porto Alegre (RS) e de São Paulo (SP) são encerrados e a entidade vê-se à frente de desafios de reformulação de sua estrutura e rumos institucionais em relação à complexificação da conjuntura.

Na época, Jorge Eduardo Durão, diretor executivo nacional da organização, expressa a leitura sobre a conjuntura, elencando os seguintes pontos:

A crise financeira do Estado no Brasil – que se estende aos estados e municípios - não pode ser dissociada do modelo econômico que produziu uma crise na balança de pagamentos, a explosão do endividamento público e a alienação do patrimônio nacional, apostando na liquidez internacional como uma fonte ilimitada de recursos;

Esta crise decorre assim de uma opção de política interna (macro-econômica) que reflete uma percepção equivocada da globalização e uma inserção passiva do Brasil na mesma; essa percepção equivocada tem a ver com a incapacidade de dar respostas apropriadas à financeirização, que constitui um aspecto central da chamada globalização e corresponde aos interesses e às políticas hegemônicas dos EUA e seus principais aliados;

Esse modelo econômico é altamente concentrador, como têm sido de maneira geral as políticas econômicas no Brasil. Os ganhos para uma faixa dos pobres advindos do Plano Real durou pouco, enquanto foi possível contornar os conflitos distributivos na sociedade brasileira graças ao câmbio sobrevalorizado e ao afluxo dos capitais especulativos internacionais;

A discussão sobre a relação entre desenvolvimento (social, humano, etc.) e crescimento econômico parece cada vez mais ociosa, já que há duas décadas o

⁶³ Um dos esforços nessa direção manifesta-se no Norte, no investimento realizado pelo Programa Pará, na contínua articulação de articulando pesquisadores do INPA, professores da Universidade do Amazonas, ONGs e rede de entidades locais visando continuidade da produção de materiais educativos (como cartilhas "O que é ecologia" I, II e III publicadas no trienal de 92 a 95) voltados para lideranças, professores e alunos de escolas da região. Em 96 as atividades concentram-se na continuação do Projeto Educação Ambiental e para os anos subsequentes se expressa um planejamento visando ampliação das atividades nesta área temática.

Brasil vive um quadro de estagnação, e neste ano ser otimista é achar que o PIB vai cair pouco;

Impõe-se um debate profundo sobre o “desenvolvimento”, pois não houve nas últimas décadas nenhuma mudança de posição relativa entre os países do núcleo orgânico do capitalismo e os demais, cujas desvantagens e privações relativas continuam intocadas (donde não houve nenhum desenvolvimento – no sentido de “homogeneização”, mesmo que relativa) das condições de vida nos diferentes países desse mundo globalizado⁶⁴.

A FASE, a partir de sua Unidade de Planejamento (UNIP), opta por incorporar instrumentos de planejamento estratégico nessa conjuntura adversa – partindo de um diagnóstico da totalidade, com caráter preparatório à elaboração do Plano Plurianual 1999-2001. Essas opções sinalizavam novas mudanças institucionais, com o objetivo de ampliar e potencializar o trabalho da organização⁶⁵ face aos impactos do neoliberalismo na década.

Na construção do diagnóstico estratégico, investe-se no diálogo interno nas equipes, núcleos e setores da FASE orientados por questões como: Onde estamos? Como se move a realidade na qual atuamos? Como estamos? Para onde queremos ir? Quais os caminhos a seguir? Como saber se estaremos no caminho certo? Com base nessas perguntas motrizes – que refletiam angústias nesses tempos sombrios –, foram definidos três blocos de temas sobre os quais os diretores produziram pequenos textos que alimentavam as discussões, aprofundando os debates ocorridos em oficina presencial realizada na sede nacional em julho de 1997.

Os temas eram: (i) Missão: Visão de desenvolvimento, identidade e projeto; (ii) Desenvolvimento Institucional e Gestão e (iii) Políticas Públicas, Sujeitos Coletivos e Metodologia de Intervenção Social⁶⁶.

⁶⁴ Jorge Eduardo DURÃO. O impacto da reforma do estado e ação das ONG's. Palestra apresentada em mesa-redonda no 19 Congresso das APAE's. Belo Horizonte, 1999.

⁶⁵ Segundo registros institucionais sistematizados por Glória Carvalho, “Considerava-se a importância do Planejamento Estratégico como ferramenta para desenvolver uma nova cultura de gestão que combinasse a utilização de padrões 'racionalis-objetivos' para a gestão e a tomada de decisão com a adoção de padrões 'substantivos', ou seja, baseados em valores e princípios, típicos de nossas motivações enquanto militantes e membros de ONGs. Opta-se, nesse momento, por adaptar o arcabouço metodológico às condições organizativas, políticas, financeiras e culturais da FASE. Portanto, por uma 'alternativa de menor complexidade e, principalmente, pela ênfase num processo que possibilite uma reflexão de tipo estratégico que oriente as ações da Fase'. Levando em conta que o desenvolvimento de um amplo processo de sensibilização, acompanhamento e capacitação de todos para o planejamento estratégico demandaria tempo e recursos de que a Fase não dispunha, a proposta era incrementar as formas de diálogo disponíveis para suprir as dúvidas quanto ao sentido, conteúdos e instrumentos do processo e procurar ordenar e uniformizar o processo sem cair numa rigidez metodológica ou instrumental. Essas informações desses dois primeiros parágrafos foram obtidas no documento “Planejamento Estratégico e Plano Plurianual 1999 2001: orientações para a realização do diagnóstico estratégico no âmbito dos programas e núcleos da Fase” (armazenado na pasta Processo de planejamento 1999 a 2001).

⁶⁶ Glória Carvalho sistematiza que “Segundo a proposta metodológica da Unidade de Planejamento (UNIP) os programas e núcleos deveriam construir uma visão preliminar das possíveis estratégias para a atuação da

O documento *Proposta para o Processo de elaboração do Plano Trienal 1999-2000* expõe claramente que esse processo de construção coletiva do planejamento estratégico distingue-se dos demais até então construídos. Assemelhando-se a uma avaliação interna e que além de conteúdos programáticos, questões da cultura institucional também foram consideradas.

O documento ressalta aspectos condicionantes dos rumos a serem construídos, os quais precisam ser considerados. Parte da percepção que experiências anteriores teriam resultado em grandes mudanças estruturais e programáticas sem o necessário grau de consenso quanto ao sentido e conceito norteadores das mesmas. Sinaliza o quanto as fortes exigências externas e internas de controle financeiro e orçamentário exigiam priorização na implantação do sistema de gestão contábil e financeira. Implicando em mudanças constantes na sede nacional ocupando o cotidiano e o debate da Direx e conjunto dos funcionários.

Além disso, sinaliza como as “estratégias” da FASE tinham forte tendência a serem elaboradas como formulações de desejos. Sem cálculos e mediações que lhes dessem consistência e eficácia, resultando em pouca experiência institucional em processos de planejamento estratégico.

No campo da cultura institucional, o documento expunha como os momentos de elaboração do Trienal aguçavam resistências aos processos de avaliação crítica entre setores/programas, expondo algumas disputas internas, comuns às instituições. Agregasse a isso, a percepção exposta no documento que a instituição se compõe de fortes “subculturas”, com aprendizado institucional lento, não uniforme e diferenciado, ainda que possua forte disposição política e reconhecimento do desafio de integrar as áreas de inovação e novos projetos no planejamento institucional.

Ressalta-se que a FASE mantém desde as décadas anteriores a estreita relação política com acadêmicos, ao abrigar, em seu Conselho Deliberativo, intelectuais oriundos de distintas instituições acadêmicas. Porém, a incorporação no cotidiano dessa natureza de produção, permitindo sua objetivação em processos de planejamento a partir da produção de indicadores, mesclada à metodologia histórica do campo da educação popular se é uma de suas marcas, constitui-se em um dos desafios dessa década.

Ao final dos anos de 1990, a FASE assume papel importante junto às articulações internacionais voltadas ao questionamento da hegemonia imposta pela ordem neoliberal, a partir de seu setor de Relações Internacionais.

As manifestações em Seattle (EUA), realizadas por movimentos sociais e organizações não governamentais de todo o mundo, aglutinam milhares de pessoas ligadas a

FASE nos cinco anos subsequentes, considerando as possibilidades de cumprimento da Missão Institucional e de alcance da Visão em 2002, as oportunidades e ameaças colocadas pelas tendências do ambiente externo e as forças e fraquezas da instituição” (com base em Trienal 1999/2001).

movimentos sociais, sindicatos, ONGs, estudantes. Expressam a indignação e a insatisfação em torno dos acordos internacionais realizados na Organização Mundial do Comércio (OMC)⁶⁷, contribuem para adensar as mobilizações os sentimentos de frustração com os inócuos avanços obtidos a partir dos Ciclos de Conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) nos anos de 1990. Os avanços normativos e as pactuações protocolares não foram capazes, de fato, de assegurar condições concretas de superação das desigualdades e da garantia de direitos em relação aos diversos temas das Conferências.

A “batalha” de Seattle (EUA) e as que se sucedem pelo mundo⁶⁸, demarcam, simbolicamente, a articulação mais ampla entre movimentos sociais, sindicatos e demais organizações da sociedade civil de repúdio às políticas neoliberais. Em outras, palavras, orientadas pelos interesses de mercado, em detrimento dos direitos humanos e da preservação dos recursos ambientais.

No esteio de Seattle (EUA), que contribui para fortalecer ânimos nas lutas de resistência ao neoliberalismo e para reorientar as articulações internacionais de forças políticas, desdobram-se outras manifestações contra o Banco Mundial e as demais organizações financeiras internacionais, que personificam a imposição da agenda neoliberal no mundo. Expõem questionamentos à ordem vigente e à sua imposição como “pensamento único”. Além disso, ainda no final dos anos de 1990, a proposta de integração trazida pelos norte-americanos de formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) a partir da V Reunião Ministerial de Toronto, no Canadá, inscreve paulatinamente o tema na agenda na agenda das organizações dos países das três Américas⁶⁹.

A FASE é uma das primeiras organizações nacionais a monitorarem as negociações para a construção da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), tendo em seus registros

⁶⁷ As manifestações de Seattle, cidade do estado de Washington (EUA), ocorreram em novembro de 1999 e tornaram-se bastante conhecidas como a “batalha de Seattle”, tendo aglutinado, segundo informações da mídia, cerca de 100 mil pessoas. Motivada pelo repúdio às negociações e deliberações a serem realizadas em mais um encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), as manifestações objetivaram barrar as negociações nessa esfera, chamando atenção para os impactos perversos das políticas neoliberais em relação aos direitos humanos, às políticas de saúde, educação e ambientais, à regressão de direitos trabalhistas, entre outros, nos países mais pobres.

⁶⁸ Como as de Praga (na República Tcheca), Washington (EUA), Gotemburgo (Suécia), Québec (Canadá), e Gênova (Itália) na década de 2000.

⁶⁹ Nesse triênio de transição das décadas, a FASE participa também da realização de manifestações em eventos na VI Reunião Ministerial da ALCA em Buenos Aires, Argentina e na Cúpula de Chefes de Estado das Américas, em Québec/ Canadá. A constituição de uma Área de Livre Comércio nas Américas (ALCA) consiste em acordo comercial proposto pelos Estados Unidos da América (EUA) em 1994 durante a Cúpula das Américas em Miami, com vistas a eliminar as barreiras alfandegárias existentes entre os países da América do Sul e Latina, exceto Cuba. Face às manifestações críticas e resistências permanentes de organizações da sociedade civil dos povos latino-americanos, inviabilizando UM acordo que geraria maior subordinação político-econômica em condições de profunda desigualdade entre os EUA e demais países, o projeto foi “engavetado” em 2005, durante a Cúpula das Américas realizada no Uruguai (Mar Del Plata).

projeto de 1998 com esse objetivo. Passando a produzir material crítico e a investir em articulações contra o que considera um modelo de integração desigual e subordinada proposto pelos EUA. A partir do setor de Relações Internacionais, a agenda de monitoramento das instituições financeiras multilaterais (IFMs) integra-se a movimentos importantes como a Rede Brasileira de Integração dos Povos (REBRIP)⁷⁰ e à Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais (Rede Brasil)⁷¹.

Como base de sua crítica, a organização cada vez mais o modelo de desenvolvimento vigente, somando forças ao realizar esse debate publicamente e de forma articulada à ABONG e aos movimentos sociais, em especial os movimentos sindicais e dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Como podemos perceber, os anos de 1990, em tempos de crescente aceleração, representam mudanças significativas na cultura institucional da FASE. Por outro lado, fatores externos, relacionados à reestruturação mundial imposta pela globalização e à crise, companheira inequívoca dessa proposta, contribuem com redefinições nos padrões de financiamento internacional da rede de Cooperação. As formas de respostas nascem dos acúmulos internos, frutos das experiências e vivências na relação com sujeitos históricos em seu processo de crescimento, trazendo à FASE desafios importantes.

Seu amadurecimento e crises internas refletem as tensões entre os movimentos de busca de unidade e de abertura, bem como ampliação de agendas e relações políticas características de cada região e das múltiplas articulações que integra. Refletem, assim, um conjunto expressivo e bastante heterogêneo de atividades e de interlocutores no campo e nas cidades, em território nacional e internacional, com diversidade de parceiros políticos e bandeiras de lutas em torno da defesa de direitos humanos.

⁷⁰ A coordenação geral da REBRIP é realizada pelas organizações: ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar AIDS; Actionaid Brasil; CUT Nacional; FASE; GTA - Grupo de Trabalho Amazônico; INESC - Instituto Nacional de Estudos Sócio-Econômicos; Instituto Alternativa Terrazul; Instituto Equit e SOF - Sempre Viva Organização Feminista. Cf. http://www.rebrip.org.br/_rebrip/pagina.php?id=855. Acesso em: 20 de setembro de 2011.

⁷¹ A Rede Brasil sobre instituições financeiras multilaterais “reúne cerca de 80 organizações da sociedade civil e movimentos sociais com o objetivo monitorar, incidir e divulgar ações de agentes financeiros como o Grupo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)”. Para maior conhecimento sobre a articulação, cf. www.rbrasil.org.br. Informações obtidas a partir de R. GONÇALVES, **O Banco Mundial no Brasil – de guerra de movimento a guerra de posição / REDE BRASIL. Estratégia de parceria com o Brasil 2008-2011**. Janeiro/2009. http://www.rbrasil.org.br/Livro_Reinaldo_Banco%20Mundial.pdf. Acesso em 09 set. 2011.

Referências bibliográficas:

CHESSAIS, P, **A mundialização do capital**. Ed. Xamã. 2009.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Ed. Moderna, 1999.

DAGNINO, E, Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando. Dagnino, Evelina. In: Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES/Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110. [Http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf) Acesso em 02 jan 2011.

DOIMO, Ana Maria, **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

GONÇALVES, R., Estratégia de parceria com o Brasil 2008-2011. In: REDE BRASIL. **O Banco Mundial no Brasil – de guerra de movimento a guerra de posição**. Jan/2009. http://www.rbrasil.org.br/Livro_Reinaldo_Banco%20Mundial.pdf. Acesso em 09 set 2011.

GOHN, M da G, **Educação Não Formal e o Educador Social – atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. SP: Cortez Editora, 2010, n. 1. (Série Educação: Questões da Nossa Época).

HARVEY, D., **Neoliberalismo: história e implicações**, Edições Loyola, 2010.

LANDIM, Leilah (Org.), **Ações em sociedade militância, caridade, assistência, etc.** Rio de Janeiro: Ed. NAU, 1998.

NETO, B.A.M.; SUPPLY, E.M., Políticas sociais: o programa comunidade solidária e o programa de garantia de renda mínima. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 12, jun/dez 1995.

Documentos e informações consultados:

(Pesquisa e sistematização dos documentos institucionais dos ciclos de planejamento realizados por Gloria Carvalho)

ECHEGARAY, E. B., **Plan institucional trienal 2005-2007**, Brasil tiene hambre de derecho: acción local y nacional en el enfrentamiento de las desigualdades sociales. Rio de Janeiro/Lima: FASE, agosto/2007. (Mimeo)

DURÃO, J.E., **O Impacto da reforma do Estado e a ação das ONGs**. Palestra apresentada em mesa-redonda, o 19 Congresso das APAE's,. Belo Horizonte, 1999. (Mimeo).

_____. **As perspectivas de parceria com instituições de cooperação internacional para as ONGs brasileiras: um olhar conjuntural**. Documento interno, julho/1995. (Mimeo)

LANDIM, L, **Critérios para avaliação do PAT POA**, junho/1989.

PAT 1992. **Sub Programa Violência e marginalidade social nos complexos agroindustriais e sucroalcooleiros do Nordeste.**

PAT 1994 (Versão preliminar). **Sub Programa Violência e marginalidade social nos complexos agroindustriais e sucroalcooleiros do Nordeste.**

FASE. Relatórios e troca de informações. Tabela (2 fls. cabeçalho: Tipo Quem Faz Para Quem), s.d.

_____. Tabelas (áreas equipes programas atividades da Fase), s.d.

Manual de operações PAT, s.d., 10 p.

_____ Contribuição ao Trienal da FASE. São Paulo, setembro/1991.

_____ Orientações do GT do Plano Trienal aos Seminários Regionais por Frentes, setembro/1991.

_____ Encontro PAR sobre trienal da Fase, outubro/1991. (Manusc)

_____ Planilhas orçamentárias. Orçamento 1995 do Diretor Adm. Financeiro para diretores de Programas, outubro/1994.

_____ Elementos da discussão sobre a estratégia da Fase com vistas ao Trienal 1996/98 (partes I e II), 10 p.

_____ Elementos da discussão sob estratégia para planejamento do Trienal 1996/98 (parte III) relatório de debate da Direx, junho/ 1994, 6 p.

_____ Andamento do processo de decisão visando ajuste da FASE à crise financeira e à transição para 1996/98 (De: Direx ampliada), abril/1995.

_____ Elementos para o novo trienal 96/98 Cidadania para um novo Desenvolvimento (De: Cunha Bocayuva para: Direx), 15 p.

_____ Esboço de Roteiro para Elaboração do Novo Plano Trienal, 1996/98.

_____ Trienal 1996/98 Versão definitiva

_____ Trienal , 1996/98. Informações sobre a Instituição Trienal Anexo B Cargos e salários

_____ Trienal 1996/98 Orçamentos.

_____ Organograma, s.d.

_____ Relatório de avaliação de atuação da FASE em 1996.



IV

O BREVE SÉCULO XXI E A FASE

IV - O BREVE SÉCULO XXI E A FASE

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinaí, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.¹

A década de 2000 tem início com conturbados eventos. Se a trajetória de existência da FASE sempre foi marcada por desafios, o contexto histórico desse início de década expõe toda a complexidade que adquirem as contradições da humanidade. Em agosto de 2001, a Fase completa seus 40 anos com a democracia consolidada em cenário nacional. Realiza-se a redemocratização formal, o movimento pela Constituinte impulsiona aprovação de nova Constituição Federal, alcunhada de Carta Cidadã em 1988.

A década anterior tem início com a impugnação² do então presidente Fernando Collor de Mello, em meio a denúncias de corrupção em 1992. Após as primeiras eleições presidenciais em fins dos anos 1980, a sociedade brasileira exerce, em duas eleições nacionais e outras municipais e estaduais, o direito ao sufrágio, elegendo sucessivamente Fernando Henrique Cardoso para dois mandatos (1994-1997/1998-2002).

A despeito do exercício do voto, o padrão de democracia que se consolida é bastante fundado nas contradições que demarcam nossa sociedade, permitindo a convivência de formas modernas e arcaicas³ no cotidiano do exercício da cidadania brasileira. Junto ao reconhecimento de mecanismos formais de direitos políticos, a democracia que se consolida abriga relações de clientelismo, práticas diversas de corrupção em uma sociedade profundamente desigual. Como entidade de defesa de direitos, a FASE insere-se em contexto marcado por essas características históricas da sociedade brasileira, as quais se acentuam com os acontecimentos internacionais do início de século.

¹ Berthold Brecht.

² O Presidente Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito em 1989, após duas décadas de ditadura, renuncia ao cargo em 1992 em meio a processo de investigação sobre graves denúncias de corrupção, que encaminharam para a impugnação de seu mandato o tornando inelegível por oito anos.

³ Cf. SCHWARTZ, 1997.

O avanço da ofensiva neoliberal na América Latina na década anterior fomentou privatizações e constrangimentos de recursos para investimentos em políticas públicas. Além de regressão de direitos, iniciativas de repressão e de desmobilização de movimentos sociais por parte dos Estados, provocando reações em todas as partes do mundo.

Como vimos, no plano internacional os anos 1990 encerram-se com levantes e questionamentos contra o modelo hegemônico. A partir de manifestações como Seattle (EUA) – aglutinando milhares de pessoas de movimentos sociais, sindicatos, ONGs, estudantes, organizações não governamentais de todo o mundo –, a visibilidade das insatisfações contra o modelo de desenvolvimento colocam expressamente em xeque a hegemonia do pensamento único. As manifestações decorrentes das articulações da sociedade civil permitem o fortalecimento de projetos contra-hegemônicos no início dessa nova década.

Iniciativas contestadoras pacíficas encontram forma de expressão na realização do primeiro Fórum Social Mundial (2001)⁴, em um evento que permite a articulação de diversas organizações da sociedade civil, movimentos sociais e agências de fomento de toda a parte do planeta. Visando afirmar-se como processo permanente, instituindo outras formas de construção da trajetória da humanidade, o Fórum nasce com o mote central de questionar o padrão de globalização e o modelo de desenvolvimento, subsumido à racionalidade econômica predatória de crescimento desenfreado e desigual. O Fórum Social Mundial nasce em clara oposição ao Fórum Econômico Mundial (em Davos, na Suíça)⁵. Neste último, desde início dos anos 1970, debatem-se questões relacionadas aos rumos da humanidade por grupos econômicos poderosos, políticos influentes, bancos internacionais e agências multilaterais.

A realização do primeiro grande encontro entre aqueles que se contrapunham ao modelo hegemônico de globalização, e são comprometidos com a paz, bem como com os direitos humanos, ocorre no ano de outra dramática manifestação contra a hegemonia norte-americana, de caráter violento. Em 11 de setembro de 2001 são

⁴ A primeira edição do Fórum Social Mundial ocorreu em Porto Alegre entre 25 e 30 de janeiro de 2001. Organizado por diferentes organizações não governamentais (como a ATTAC, ABONG, IBASE) e entidades do campo da Responsabilidade Social Empresarial e do Investimento Social Privado, como o Instituto ETHOS. Conta ainda com a participação de movimentos sociais como a Via Campesina no seu conselho, tendo realizado mais de 10 edições e de fóruns regionais e temáticos. A proposta central é que o Fórum afirme-se como processo permanente de reflexões críticas e propositivas contra do neoliberalismo, respeitando a diversidade e pluralidade de formas de organização e de existência da sociedade civil e dos povos. Para maiores informações sobre acessar www.forumsocialmundial.org.br.

⁵ O Fórum Econômico Mundial (FEM) é uma organização sem fins lucrativos, que congrega em torno de 1.000 empresários mundiais e realiza reuniões anuais em Davos, estação de esqui da Suíça. Criado em 1971, promove as reuniões anuais aglutinando líderes empresariais e políticos, assim como intelectuais e jornalistas escolhidos para debater sobre o que consideram ser questões prementes da agenda política mundial, com claro foco em temas como desenvolvimento e meio-ambiente. Maiores informações consultar o site <http://www.weforum.org/>.

promovidos ataques aos Estados Unidos pela facção islâmica Al Qaeda – comandada por Osama Bin Laden, matando em território americano mais de três mil pessoas.

Como reação, os Estados Unidos da América – capitaneados pelo presidente George W Bush – inauguram a “cruzada contra o terror”, impondo a países ocidentais que se aliem a essa política. O país justifica a criação de Estado de exceção, com base na doutrina militar e legislação norte-americanas de controle sobre os países islâmicos e todos aqueles considerados como ameaça à “paz”. Nessa agudização de conflitos, impulsionada pelo ataque às “torres gêmeas”, expõem-se mais uma vez ao mundo as feridas das relações conflituosas e opressivas entre os Estados Unidos e os demais países do mundo. Em especial aqueles que não se adaptam à doutrina norte-americana e possuem recursos naturais importantes, como o petróleo.

Os ataques às “Torres Gêmeas” do *Empire State Building*, na cidade de Nova Iorque, e ao Pentágono, em Washington D.C., deflagram, portanto, invasões ao Iraque. Além de ações de constrangimentos e perseguições de caráter étnico-racial nas portas de entradas dos países centrais. Alimentam políticas que violam a soberania dos países, como a formulação do Plano Colômbia⁶, a disputa em torno da Amazônia e de seus recursos naturais – reconfigurando as históricas relações imperialistas e gerando maiores dilemas para as relações entre os povos.

É no fervor dessa nova polarização mundial que o primeiro Fórum Social Mundial é realizado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em contraposição ao encontro do Fórum Econômico Mundial de Davos. Envolvendo mais de 15 mil pessoas, a primeira edição do Fórum Social aglutinou em sua coordenação entidades relevantes como a ATTAC, a ABONG, a Via Campesina, entre outras organizações combativas ao modelo hegemônico de estruturação da sociedade. Esse evento demarca possibilidades e problematiza os desafios postos aos movimentos sociais e à sociedade civil compromissada com a crença que a construção de um “novo mundo” é possível.

No esteio desses conflitos e questionamentos à ordem, o ano de 2001 é marcado, no Brasil, pelos sinais de esgotamento do modelo energético de origem hídrica, incapaz de suprir as demandas pelo incremento imposto pela dinâmica de crescimento econômico. A ocorrência do “apagão”, que deixa às escuras um país de dimensões continentais traz à cena pública o debate sobre os impactos do desmonte e das privatizações de setores

⁶ O Plano Colômbia consiste, segundo o discurso oficial, em estratégia de combate às drogas na América do Sul, particularmente em território colombiano. Marcado por iniciativas autoritárias e abusivas por parte dos EUA, seu proponente, o Plano Colômbia possui clara postura imperialista norte-americana de desarticular resistências de esquerda na região, com foco sobre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Dentre uma das ações mais polêmicas do Plano, estava o despejo de veneno químico, por parte de aviões norte-americanos em plantações colombianas, sob o pretexto de combate ao plantio de drogas. A ação acabou por envenenar agricultores e povos, contaminando o ambiente e as formas de vida. Maiores informações sobre o Plano e as violações de direitos humanos que promove acessar <http://www.dhnet.org.br/direitos/blocos/planocolombia/index.html>. Acesso em 13 ago 2011. Balanço Trienal 1999/2001. Síntese dos Principais Resultados e Impactos Relevantes.

estatais estratégicos realizados ao longo das gestões do Presidente Fernando Henrique Cardoso, implicando na deterioração de infra-estrutura de serviços públicos fundamentais.

A década se inicia, portanto, tendo a crise como elemento cotidiano do povo brasileiro. Desemprego estrutural, prevalência da precarização no mundo do trabalho, queda do salário real, agravamento da violência, colapso no setor energético e nos transportes, manutenção de cortes de recursos para investimentos em políticas sociais. Além da “naturalização” da convivência com a miséria e a exclusão de parte significativa da população no acesso aos direitos fundamentais são elementos marcantes desse período.

Nos documentos institucionais⁷ da FASE está expressa a leitura crítica e combativa a essas questões. Norteando as atividades, as estratégias de ação política e o investimento em alianças com movimentos sociais, redes e a participação em fóruns e demais espaços coletivos nacionais e internacionais.

Documento de planejamento institucional retrata os desafios desse legado, retratando que a natureza de democracia consolida-se no país após anos de ditadura militar:

O contexto de atuação da FASE no Brasil é marcado por alguns mecanismos sociais e institucionais de exclusão sócio-ambiental que bloqueiam o desenvolvimento da democracia e da cidadania: a desigualdade estrutural, a ausência de recursos públicos; a violência do Estado na sociedade; o primado selvagem da acumulação primitiva e do mercado globalizado; os padrões de discriminação e dominação étnica, etária (sendo a juventude uma grande vítima da violência) e de gênero. Nesse contexto, as políticas e os recursos investidos pelo Estado nas áreas da saúde, da educação, da moradia, do saneamento, da criança e adolescente, da previdência e do meio ambiente, mostram-se insuficientes ou inadequados para reverter o grave quadro de desigualdades sociais que marca a sociedade brasileira, com graves prejuízos para a população mais carente.

Na área econômica, temos um quadro de precariedade de infraestrutura; deterioração do sistema de transportes; concentração de renda; queda do salário real nos últimos anos; explosão da dívida pública interna; taxas de juros elevadíssimas e o corte de dotações sociais.

Na dimensão política agrava-se a fragilidade das instituições; aumenta o avassalador poder de influencia do poder econômico, com a continuidade de privatização açodada do Estado, e, na área da segurança, a juventude é a principal vítima da violência e as periferias urbanas passam a ser controladas por facções criminosas.

⁷ Balanço Trienal 1999/2001. Síntese dos Principais Resultados e Impactos Relevantes. Abril. 2002.

Na esfera social, o desemprego estrutural e o subemprego (onde “a maioria dos brasileiros sequer usufruem os direitos sociais previstos em lei” Folha de São Paulo 24.03.02) faz crescer a cada dia um exército já calculado em 50 milhões de excluídos e miseráveis.⁸

Dentro de realidade cada vez mais delicada de aprofundamento das desigualdades e de fragilização dos direitos, a organização alcança resultados e impactos significativos de seu trabalho, especialmente em âmbito local a partir do que denomina de “ações demonstrativas” e iniciativas de *advocacy* e *lobby*⁹.

Exemplo inovador dessas ações locais, que assumem característica de projeto demonstrativo é a aprovação do primeiro manejo comunitário do Pará, conforme exposto no capítulo anterior.

A mobilização da sociedade por pressão a parlamentares (*lobby*) e para formação da opinião pública sobre temas relevantes à garantia de direitos, assume particular relevância na ação política da FASE. Essa natureza de atividade tem como resultados, articulada ao Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNUR)¹⁰, a formulação coletiva e pressão por aprovação do Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001)¹¹ após treze anos de esforços para

Campanha Olho no Seu Voto

A Plataforma Eleitoral Popular, formulada a partir de articulações como o Fórum Nacional pela Reforma Urbana, consistiu em princípios e compromissos a serem assumidos por candidatos em torno do direito à cidade, com vistas a qualificar o processo eleitoral de 2000. A FASE, tanto a partir de programas nacionais, quanto dos diferentes programas regionais, possui papel estratégico em assegurar visibilidade da campanha. Junto a isso, a formulação da Campanha Olho no Seu Voto, com a produção de cartilhas e orientações aos/às eleitores/as sobre a importância de critérios republicanos e compromissados com a justiça social e a democracia para eleição de candidatos, contribuiu para o debate público em torno da importância das escolhas eleitorais, em país historicamente marcado pelo clientelismo, pelo assistencialismo e pela corrupção. A campanha reproduziu-se ainda em outras eleições nos anos seguintes.

⁸ FASE. Plano Trienal 2002-2004, 2001.

⁹ Por ações de *lobby* e *advocacy*, compreende-se, no universo das entidades de defesa de direitos humanos, iniciativas distintas. Por *advocacy* compreende-se processo político engendrado por indivíduo ou grupo que visa influenciar políticas públicas e alocação de recursos no sistema político. Pode também ser motivado por princípios morais, éticos ou voltado a proteger interesses corporativos. O ato de *advocacy* pode incluir diferentes atividades, como campanhas na mídia, falas públicas, mobilização de formadores de opinião, manifestos e abaixo-assinados. O *lobby*, de forma um pouco distinta, consiste na realização de pressão política e de influência em cima dos legisladores, por “grupo dos que frequentam as antecâmaras dos parlamentos com o objetivo de influenciar os deputados no sentido de votarem de acordo com os seus interesses” (DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA).

¹⁰ Para maiores informações sobre o Fórum Nacional pela Reforma Urbana, acesse: <http://www.forumreformaurbana.org.br>.

¹¹ O Estatuto das Cidades é a lei que regulamenta os artigos 182 e 183 relacionados à Política Urbana na Constituição Federal. É alvo de disputa pelo seu caráter de reforma, ao aglutinar os principais instrumentos urbanísticos capazes de permitir que se efetivem as funções sociais da cidade e da propriedade, tais como o uso capião coletivo e o Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo. Para maiores informações, acessar www.forumreformaurbana.org.br.

regulamentação dos artigos sobre política urbana na Constituição Federal de 1988 – assegurando a dimensão social da cidade e da propriedade, como mecanismo de enfrentamento da racionalidade de Mercado que as organiza, violando direitos daqueles que nada ou pouco possuem.

O contexto também é claramente demarcado pela resistência dos movimentos sociais, resistindo à criminalização e denunciando injustiças, bem como violações em ações como a Marcha dos Sem Terra, organizada pelo Movimento dos Sem Terra (MST). Essa marcha aglutinou cerca de 100 mil pessoas em processos de mobilização contra o latifúndio, as oligarquias e colocando na agenda pública a questão agrária.

A comemoração oficial pelos 500 anos¹² de “descobrimto” do Brasil foi um mote bastante importante para os movimentos sociais de visibilidade e questionamento ao país que se construiu. Os movimentos indígenas e do campo mobilizaram-se e “tornaram patente a estreiteza e etnocentrismo das comemorações oficiais dos 500 Anos” . O novo século emerge, portanto, com pujança de resistências, bandeiras diversas de lutas, gerando reações repressivas de toda sorte.

A FASE investe, então, na denúncia junto à população e à opinião pública com vistas a assegurar visibilidade para as desigualdades e violações de direitos no campo e nas cidades lastreadas pelo modelo de desenvolvimento hegemônico. É uma década marcada por campanhas, por ações societárias mais amplas, bastante ilustradas pelas iniciativas do Fórum Social Mundial. Como suporte a essa linha, a FASE investe significativamente em comunicação¹³.

A estratégia, por difundir na sociedade questionamentos ao modelo de desenvolvimento expõe a superação da entidade, em relação às iniciativas em anos anteriores, em limitar-se às experiências locais e aos “projetos econômicos”. A percepção, provocada por parte de escritos de dirigentes e assessores quanto aos limites dessas iniciativas locais, fomentam internamente leitura crítica quanto à importância de questionar o modelo de desenvolvimento que funda a sociedade.

Tais questionamentos à ordem econômica e à dinâmica política que a lastreia aparecem também a partir de campanhas sobre direitos, assegurando maior visibilidade à organização e às redes e movimentos aliados. Especialmente, essas iniciativas contribuem para enfrentar processos de criminalização dos movimentos sociais e questionar os padrões da democracia em curso.

A leitura da FASE que fundamenta a construção das campanhas, parte da percepção que:

¹² FASE. Op. cit., 2001

¹³ O documento interno que lastreia seu planejamento para o triênio de 2002 a 2004 intitula-se, não à toa, “Ação Local e Influência Política: mobilizar a sociedade para superar as desigualdades”.

diante de um processo político aparentemente fadado a nada mudar dado o poder de veto do mercado financeiro global sobre as políticas governamentais (...) não se pode descartar, no futuro próximo, um certo desgaste das instituições democráticas.¹⁴

A campanha de Olho no Seu Voto (2000), articulada à difusão da Plataforma Eleitoral Popular¹⁵, propagava o debate ético-político sobre a importância da consciência na escolha eleitoral. Também no investimento em projetos político-societários capazes orientados por paradigmas éticos, de transformação social e compromissados com a reforma urbana e o direito à cidade.

Outra campanha marcante na década é capitaneada pela FASE Bahia, a partir do Núcleo Facilitador da Articulação em Políticas Públicas (APP Bahia). A Campanha estadual “Quem não deve não teme”, realizada em 2005, atinge 202 municípios baianos – com fiscalizações populares em 84 desses municípios sobre as contas públicas. As ações de sensibilização desenvolvidas culminaram com a preparação e realização de visita ao Ministério Público em Itabuna e com a realização da Oficina Regional de Capacitação em Fiscalização Popular de Contas Públicas.

Em 2005, a FASE investe na difusão do debate sobre o Direito a ter Direitos, a partir da Campanha pelo Artigo 6 da Constituição Federal de 1988. Segundo o Artigo, “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma dessa Constituição”¹⁶. A Campanha, ilustrada pela personagem Brasileiro da Silva, impulsionava a visibilidade do artigo, fomentando a criação de uma cultura de direitos, convocando toda a sociedade a participar. Como auxílio, a FASE disponibilizou em seu sítio manual¹⁷ sobre a Campanha.

O conjunto de campanhas, a produção de materiais críticos, o apoio aos movimentos sociais e investimento da FASE junto aos Fóruns que integra, em especial ao Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNRU) – que compunham a plataforma para as Eleições Municipais –, sinalizava para a clara insatisfação sobre os rumos da democracia, o constrangimento de investimentos em políticas sociais e a naturalização da corrupção, assim como da violação de direitos humanos no país. Nessa linha de visibilidade pública das injustiças, a organização utiliza sua capacidade histórica de pesquisa, seu conhecimento e a sistematização de informações.

¹⁴ FASE. Op. cit., 2001.

¹⁵ A Plataforma Eleitoral Popular vinculava-se à agenda pela Reforma Urbana e o direito à cidade. Para maiores informações sobre o Fórum Nacional pela Reforma Urbana, acesse: <http://www.forumreformaurbana.org.br>;

¹⁶ BRASIL. Constituição Federal, 1998.

¹⁷ Atualmente acessível apenas em <http://www.ipego.com.br/painel/anexoPdf/26.pdf>. Acesso em: 03 set 2011.

Um pouco antes – no triênio de 2002 a 2004 –, a FASE afirma seu projeto de comunicação, adquirindo esta status de Núcleo de Comunicação, Publicações e Mobilização de Recursos, sob a coordenação do jornalista Luis Antonio Carvalho. É o núcleo integrado ainda por Gloria Carvalho e Rai Nunes – como instrumento estratégico ao fortalecimento institucional, à mobilização de recursos e à visibilidade de suas atividades.

Nessa década, a FASE produz materiais que contribuem para visibilizar as desigualdades socioambientais, bem como territoriais e como essas impactam desigualmente as populações, lastreadas pelo modelo de desenvolvimento hegemônico. A organização expõe materiais relevantes produzidos a partir de seus acúmulos internos, mas, centralmente, a partir das alianças que constituiu. A metodologia de produção do Mapa das Desigualdades, em aliança com instituições acadêmicas, gera produtos relevantes para subsidiar as lutas políticas de movimentos sociais.

Dentre alguns Mapas, são produtos do período: o Mapa dos Conflitos Sócio-Ambientais Urbanos na Amazônia (FASE/UFPA – COMOVA), o Mapa dos Conflitos Ambientais na cidade do Rio de Janeiro, produzido por Jean Pierre Leroy e Henri Acselrad (IPPUR/UFRJ)¹⁸ em 2006, no âmbito do Projeto Brasil Democrático e Sustentável, da FASE.

É também nesse contexto que a FASE integra e contribui na secretaria da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)¹⁹, constituída por mais de 100 organizações ligadas a movimentos sociais, ambientalistas, grupos étnicos e ONGs. Tendo sido criada em 2001, após Colóquio Internacional Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania realizado no campus da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Niterói, recebeu apoio e mantém interlocução com redes semelhantes em países como Chile, Estados Unidos e Uruguai.

A partir dessa capacidade de produção de conhecimento, marcante em sua trajetória, a FASE elabora dossiês de denúncia sobre violações de direitos, sempre em aliança com movimentos sociais. Um dos exemplos é o dossiê que denuncia ao Ministério Público do

¹⁸ ACSELRAD, Henri e LEROY, Jean Pierre (Coord.). Mapa dos conflitos ambientais no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FASE; IPPUR/UFRJ (CD ROM). 2006.

¹⁹ O termo Justiça Ambiental nasce no início dos anos 1980 nos Estados Unidos, tendo em sua origem as marcas da resistência étnico-racial à discriminação das populações negras que viviam em áreas que acabavam sendo destinadas aos depósitos de lixo tóxico e de indústrias poluentes. Segundo as informações obtidas em sítio oficial da Rede, “ao denunciar que a população negra estava sendo vítima de um racismo ambiental, o movimento deu visibilidade à relação existente entre degradação ambiental e injustiça social. Também no Brasil, as populações que possuem menores recursos financeiros e políticos, em geral, são as que recebem os maiores impactos da degradação ambiental e as que possuem menor poder para definir quais devem ser os usos dados ao meio ambiente e aos recursos naturais de seus territórios. Essa relação não é fruto do acaso. A história do país e de suas opções de desenvolvimento é marcada pela concentração de renda e poder, pela exploração intensiva dos recursos naturais e do trabalho humano, e pela destruição dos ecossistemas. Uma das consequências disso é a imposição de uma maior carga dos danos ambientais das atividades produtivas às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, às comunidades étnicas tradicionais e às populações marginalizadas” http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=494. Acesso em: 15 2011. Para maiores informações sobre o conceito, cf. Acselrad; Cecília Campello do A. Mello; Gustavo das Neves Bezerra, O que é justiça ambiental de Henri. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

estado do Rio de Janeiro, em 2002, os investimentos mal (ou não) realizados na implementação do programa estadual de urbanização e saneamento Nova Baixada na região da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro,²⁰ – gerando impactos negativos como inundações e refluxos de esgotos nas residências da população de municípios da região após o término das obras. A ação do Ministério Público, fundamentada pelo dossiê, obrigou o governo estadual a corrigir as obras e a indenizar as famílias atingidas.

Contribuindo crescentemente para o fortalecimento de laços entre movimentos sociais e organizações da sociedade civil, nos níveis nacional e internacional, a FASE torna-se cada vez mais reconhecida como importante sujeito articulador de experiências de socioeconomia solidária em plataformas internacionais. Sempre no diálogo e na construção a partir de fóruns e redes e apresenta tal investimento como uma de suas estratégias para consolidar alianças na sociedade de uma forma geral.

Por esse conjunto de ações políticas, pela sua legitimidade social, a FASE completa seus 40 anos de existência sendo homenageada em 2001 por representantes de poderes legislativos municipais e estaduais, assim como por movimentos sociais e parceiros. Realiza evento comemorativo envolvendo amigos/as e companheiros/as de luta novos e de longa data. Ao ser laureada em Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas²¹, a FASE opta por homenagear lideranças comunitárias e militantes que historicamente contribuem para o sentido de sua existência nessa aliança cotidiana de lutas por um mundo melhor.

Na transição do milênio e com agenda bastante ampla – reconhecimento público²² e fortes laços político-institucionais com organizações de defesas de direitos e movimentos sociais –, os documentos institucionais e as entrevistas realizadas demonstram o movimento da FASE em busca do aperfeiçoamento das instâncias internas de diálogo e de democratização. Isso com base na necessidade de permanente integração e de fortalecimento institucional.

Entretanto, seu tamanho, alcance amplo das ações, diversidade de temas e sujeitos com os quais se relaciona, ainda que consistam em elementos bastante positivos para a definição de sua identidade e sentido de existência, também trazem dilemas importantes. Em documentos institucionais de 2001 e com base em relatos de integrantes da instituição sobre o início da década, a FASE realiza reflexão interna sobre

²⁰ O dossiê foi produzido no âmbito do Observatório das Metrópoles (FASE-IPPUR/UFRJ) com a importante contribuição da Professora Dra. Ana Lucia Britto (PROURB/UFRJ).

²¹ Em agosto de 2001 a Fase recebe, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a Medalha Tiradentes e na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro a Medalha de Mérito Pedro Ernesto.

²² No ano de 2000, a FASE recebe o Prêmio Criança e, em 2001, é agraciada com o Prêmio Itaú-UNICEF pelo trabalho de arte-educação, desenvolvido em parceria com a Casa da Cultura em São João de Meriti (RJ) uma entidade local de defesa de direitos fundada pelo movimento popular.

seu papel político e identidade, considerando elementos de avaliadores externos²³, que ressaltam suas diferenças significativas no campo das ONGs. Para os avaliadores externos, segundo relatório de 2001:

Apesar do fato de existirem outras ONGs que também exerçam a *advocacy*, neste ponto a FASE é considerada uma entidade que se beneficia exatamente de seu caráter federativo, e de poder trazer para sua pauta de atuação a diversidade da realidade brasileira, diversidade esta experimentada na sua prática cotidiana a partir de suas linhas locais de ação.²⁴

Para além do fortalecimento institucional e de maior visibilidade pública da entidade, a FASE investe em aprimorar sua capacidade organizacional. Especialmente no que se refere a viabilizar as atividades a partir do crescente incorporação de ferramentas gerenciais de gestão de recursos, assim como na formulação de projetos para acesso a financiamentos. Esse processo não transcorre de forma simples, considerando que a FASE, assim como outras organizações de defesa de direitos a despeito do cuidado no trato de recursos, não se constituíram em meio a uma cultura gerencial de gestão financeira.

A Unidade de Planejamento (UNIP) torna-se cada vez mais unidade estratégica, vinculando-se diretamente à direção. Coloca-se como tarefa integrar os planejamentos de todos os setores e Núcleos da FASE, com o compromisso de garantir certa unidade em instituição tão diversa e rica. Cabe ressaltar também a enorme relevância do trabalho de gestão financeira do setor administrativo da FASE.

Conforme exposto em documentos, a UNIP propõe, para esse triênio de início de milênio, lidar com uma lacuna importante no monitoramento dos trabalhos das organizações de educação popular, de uma forma geral: definir e implementar um sistema de indicadores²⁵. Sendo eles capazes de contribuir para a avaliação da ação política institucional, como forma de garantir mais clara visibilidade pública e de demonstrar a concretude às suas ações.

²³ A FASE vivencia processos de avaliações externas convocados pela entidade e/ou a partir da demanda de seus apoiadores. As avaliações constituem-se momento importante de reflexão e de amearhar elementos de análise de seu projeto político-institucional. As avaliações externas, realizadas por consultores com conhecimento sobre o universo das ONGs e do campo de defesa dos direitos humanos, foram um dos documentos utilizados para a elaboração desse livro. Ver referências.

²⁴ Avaliação institucional externa realizada por Fabio Poelhekke (Oegstgeest, Holanda) e Amélia Cohn (São Paulo, Brasil).

²⁵ A demanda pela produção de indicadores é apontada em algumas avaliações institucionais (a exemplo de BALLÓN, 2007) como um desafio para a FASE, seguindo tendência no campo das ONGs, com base no perfil de exigências das instituições apoiadoras, iniciado a partir das demandas da Cooperação Internacional. Como e de que forma mensurar atividades de natureza educativa e política é uma questão ainda bastante problematizada, uma vez que há leitura bastante hegemônica sobre a valoração dessas ações, com base no avanço das ofensivas da responsabilidade social empresarial e do investimento social privado.

Ao mesmo tempo, a UNIP, com conhecimento sobre a cultura institucional da FASE, propõe o desafio de instituir um ciclo de planejamento mais horizontal, que não burocratize o acesso às informações, visando assegurar os elementos importantes de valorização da diversidade e à democracia interna na instituição.

Na leitura dos documentos e através das entrevistas percebemos claramente os (árduos) esforços institucionais para viabilizar mecanismos de integração e de complementação entre a gestão administrativa e a operação das ações políticas. Considerando, especialmente, a complexidade e diversidade das ações políticas da FASE em diferentes estados em território nacional e nas articulações internacionais.

Ressaltamos ainda que, embora a organização sempre tenha tido bastante zelo no trato de seus recursos, cumprindo requisitos, prestando contas publicamente²⁶, foi preciso bastante investimento interno, de caráter pedagógico, permitindo a construção de uma cultura nova de gestão. Essa construção interna pautou-se no diálogo permanente para incorporar novas formas de gestão que viabilizassem a agenda política sem fragilizar mecanismos de transparência e de prestação de contas.

Toda essa reformulação decorre não apenas do amadurecimento interno da entidade, a partir das relações históricas com as agências de apoio da Cooperação Internacional – as quais sempre primaram por essas relações de transparência. É consequência, principalmente da vivência da FASE na relação com demais organizações da sociedade civil, em especial as que integram as redes e a Associação Brasileira de ONGs (ABONG).

Uma das instâncias que contribuem significativamente para essa reflexão interna sobre sua estrutura organizacional e de gestão é o Serviço de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP)²⁷. Criado em 1985, esse é um setor da FASE:

Ligado diretamente à Direção Executiva, que mantém como atividade prioritária a gestão do fundo de pequenos projetos e também desenvolve atividades de intervenção voltadas para o fortalecimento de outros atores,

²⁶ Cabem às organizações sem fins lucrativos (OSFL) que possuem o Certificado de Beneficência (CEBAS) assegurando-lhes gratuidade das isenções tributárias de contribuição previdenciária da cota patronal do INSS, prestar contas públicas permanentes de suas ações e finanças, realizando, entre outras ações, a publicação de balancete semestral em jornais de grande circulação. Além disso, há uma sorte de exigências demarcadas em regulação nacional gerida a partir da Receita Federal, do Ministério da Justiça e do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), no qual a FASE é cadastrada como entidade de assistência social. Ainda, a FASE, como entidade que integra as relações políticas e financeiras da rede de Cooperação Internacional, deve prestar contas permanente sobre suas atividades desenvolvidas, além de passar por auditorias periódicas realizadas pelos apoiadores. Os instrumentos de gestão e de planejamento são também recursos importantes de sistematização das atividades e de prestação de contas.

²⁷ O Serviço de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP) foi coordenado por muitos anos por Lorenzo Zanetti em estreita parceria com Cleia Silveira, que assume sua coordenação nos anos 2000. Foi criado em 1985 visando responder às permanentes demandas por assessoria e apoio a movimentos sociais. Segundo informações institucionais, “tais assessorias tinham centralidade na intermediação da relação desses movimentos com a cooperação internacional, na avaliação de seus projetos e no acompanhamento da organização do grupo, com o objetivo de fortalecer a organização social”.

captação de recursos, ampliação da visibilidade de seu trabalho e fortalecimento da relação com outras ONGs.²⁸

O Serviço de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP) possui papel bastante importante no arejamento da organização, uma vez que se depara cotidianamente com experiências de organização e de militância social em todo o país as quais expõem inovações e diversidades culturais e de relações de poder, contribuindo para aquecer, permanentemente em diferentes instâncias e momentos da FASE, o debate em torno da educação popular e da cultura como elemento de emancipação, temática tão cara à instituição.

Como sinal dessa percepção sobre as tendências e movimentações no amplo campo da sociedade civil brasileira, em especial junto às organizações que lutam por direitos, já no início da década o Setor registra – em relatório do trienal de transição entre as décadas de 1990 e 2000 –, a importância “de investimentos na ampliação do debate sobre o entendimento do papel da 'nova geração de ONGs'”.

É nesse sentido que o setor apresenta-se institucionalmente como uma instância que

apesar de ter sido criado para atender a demanda dos grupos populares, o SAAP nunca perdeu de vista a concepção do trabalho histórico da FASE no âmbito da Educação Popular, resguardando as identidades e respeitando os critérios dos diferentes grupos (Histórico, sítio institucional SAAP/FASE).²⁹

Ao longo de sua existência, o Serviço de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP) construiu relações com grupos populares de todas as regiões do Brasil, possuindo forte presença até a atualidade nas regiões nordeste e sudeste. Nesses anos todos, apoiou³⁰ mais de 3.000 projetos, monitorando-os e contribuindo para o seu fortalecimento político e institucional. Essa vasta experiência encontra registro em publicações do setor, assim como documentos orientando sobre gestão, captação/mobilização de recursos, relações de cooperação e desenvolvimento institucional – em parte disponibilizadas para o público em geral.

Os projetos apoiados apresentam características diversas, dentre elas, voltados para formação, para articulação política em torno de lutas reivindicatórias e iniciativas de defesa de direitos em distintos campos temáticos. Entre os principais temas apoiados pelo setor, estão: (a) Reforma Urbana; (b) Reforma Agrária; (c) Direitos da Juventude; (d) Direitos das Mulheres; (e) Igualdade étnico-racial.

²⁸ Balanço Trienal 1999/2001. Síntese dos Principais Resultados e Impactos Relevantes, abr/2002.

²⁹ Cf. FASE. http://www.fase.org.br/_saap/pagina.php?id=1606. Acesso em 18 jun 2011.

³⁰ O Serviço de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP) é financiado hoje por organizações parceiras como a Pão para o Mundo (Alemanha), Desenvolvimento e Paz (Canadense), sendo essas duas iniciais parceiras ininterruptas desde a criação do SAAP. Além de Novib (Holanda), ICCO (Holanda), Solidaridad (Holanda). Junto a essas, passaram pela sua história parceiras como Christian Aid (Inglaterra); Inter American Fundation (Estados Unidos), Fundação Levi Strauss (Estados Unidos). O SAAP também obteve apoio a partir de projetos com o grupo musical O RAPPA e a Gravadora WEA.

A agenda de enfrentamento das discriminações étnico-raciais rascunha-se na FASE ainda na década de 1990, a partir do trabalho do economista Marcelo Paixão e da historiadora Wania Sant'anna³¹ em esforços críticos à metodologia de produção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Desenvolvendo trabalho que permita a inserção do componente etnia/raça e gênero como forma de “ajustar” um índice que em nada expõe as desigualdades profundas as quais mulheres e afrodescendentes, bem como não brancos estão submetidos.

De toda sorte, trabalhos relevantes desenvolvidos pelo Programa do Espírito Santo demonstram a incorporação da leitura crítica em torno das desigualdades étnico-raciais. Na região, a assessoria a movimentos e o fortalecimento das lutas por direitos volta-se às populações tradicionais indígenas, aos quilombolas e, geraiszeiros, bem como ao campesinato e aos trabalhadores rurais sem terra, organizados na Rede Alerta Contra o Deserto Verde³².

A equipe do Programa Espírito Santo desenvolve ações de formação de lideranças e investe no fortalecimento de articulações críticas sobre a expansão da monocultura do eucalipto, tendo por princípio a defesa da agroecologia. Investe pesadamente na reparação histórica de direitos das comunidades quilombolas³³, com ações de resistência cultural e movimento para recuperação das terras dos quilombolas. O foco central da Rede é a resistência à expansão dos plantios:

disputando palmo a palmo uma mesma base territorial com macro-atores do *agrobusiness* global-nacional: Banco Mundial, Bancos Europeus de Investimentos, mega-corporações multinacionais, agências de crédito de exportação, e todo mundo ambiental-business. A FASE-ES tenta contribuir com as lutas das populações impactadas.³⁴

Dentro de um dos pilares da “metodologia FASE” – de construção da ação política a partir de campo de alianças com movimentos sociais e outras organizações parceiras –, no início dos anos 2000 o Serviço de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP) investe na articulação da rede Circo do Mundo, integrando a Rede Circo do Mundo Brasil, formada por cinco organizações brasileiras com apoio de instituições canadenses. Cléia Silveira, coordenadora do SAAP, tem contribuído para pensar a proposta metodológica da Rede.

³¹ Cf. Desigualdades étnico/raciais e de gênero no Brasil. As revelações possíveis dos Índices de Desenvolvimento Humano e Índice de Desenvolvimento ajustado ao Gênero. In: Revista Proposta, mar/ago, 2001, n. 88/89. Acesso disponível em: http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta88_89/Wania%208889.PDF

³² A Rede Alerta contra o Deserto Verde é composta por quilombolas, comunidades indígenas, campesinas e pescadores, ONGs ambientalistas e de defesa de direitos, que lutam contra a expansão da eucaliptocultura no Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Para saber mais, acessar: www.fase.org.br.

³³ A permanente ação da FASE e a resistência e mobilização das populações gera como um dos resultados significativos desse período o reconhecimento oficial do governo federal, pelo Ministério da Justiça, através das portarias demarcatórias de 11.009ha. de terra Tupinikim e Guarani, até então em posse da empresa Aracruz Celulose (resultados do Trienal 2005-2007, FASE).

³⁴ FASE. Programa Regional Espírito Santo. In: Trienal 2005/2007.

Como um *locus* de reflexão sobre organização política e institucional, sobre metodologia de articulação em rede e de educação popular, o Serviço de Análise e Assessoria a Projetos contribuiu com o início de várias entidades hoje consolidadas e com reconhecimento público³⁵.

Outro importante aspecto na existência do SAAP para a FASE, consiste na experiência em gestão de fundos. Permitindo à organização, em 2003, implementar a experiência do Fundo DEMA, um “fundo permanente de financiamento de projetos de proteção ambiental, manejo florestal comunitário e ações de desenvolvimento e inclusão social”.³⁶

A FASE, ao receber os recursos, opta por investir na constituição de processo participativo de gestão do Fundo, assegurando transparência e visibilidade pública. Envolve como parceiros a Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), a Prelazia do Xingu, o Ministério Público Federal/Pará e o IBAMA na elaboração de regulamento interno do Fundo DEMA³⁷.

A proliferação de novas formas organizativas, a existência de grupos da sociedade civil em todos os cantos do Brasil, voltados para a defesa de direitos, para experiências inovadoras no campo da arte, da cultura e da educação consiste em processo crescente em cenário adverso.

Frisamos que há, no contexto brasileiro, como a outra face de processos de fragilização de políticas públicas asseguradoras de direitos. São as iniciativas por parte de setores conservadores e da grande mídia em associar as organizações não governamentais (ONGs), bem como

O Fundo DEMA

Em meados de 2003 o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) doou seis mil toras de mogno apreendidas na região de Altamira (PA), para que a FASE criasse um fundo permanente de financiamento de projetos de proteção ambiental, manejo florestal comunitário e ações de desenvolvimento com seus parceiros na região. A doação qualificada do mogno apreendido golpeou a exploração ilegal e selou uma aliança inédita entre o governo federal, o Ministério Público, as ONGs e o movimento social da região em favor do desenvolvimento sustentável e democrático da Amazônia. A escolha da FASE como donatário do mogno apreendido deu-se em função da indicação dos movimentos sociais da região e pode representar um passo adiante na escala do impacto e relevância das suas ações para o desenvolvimento democrático e sustentável da Amazônia. O Fundo DEMA, criado a partir desta proposta, é organizado e administrado pela FASE em parceria com os movimentos sociais da região, recebendo a denominação “Dema” como homenagem a uma liderança rural da região assassinada decorrente da sua atuação em prol da defesa dos direitos básicos da população local. O acesso a recursos é realizado a partir de edital público e o regulamento interno do Fundo DEMA prevê o funcionamento de um Comitê Gestor e Conselho Consultivo.

³⁵ Conforme informações institucionais do sítio, estão entre os projetos apoiados com reconhecimento público, organizações como Campo Vale do Jequitinhonha, Se Essa Rua, Grupo *Afroreggae*, Jongo da Serrinha e Programa Social Crescer e Viver.

³⁶ Informações obtidas em http://www.fase.org.br/_saap/. Acesso em 20 de agosto de 2011.

³⁷ Maiores informações acessar sítio institucional <http://www.fundodema.org.br/parceiros.html>

movimentos sociais contestadores da ordem à má verção de recursos públicos³⁸, à corrupção e ao vandalismo. Embora não seja novidade que forças conservadoras³⁹ da sociedade brasileira invistam na construção de imagens bastante negativas nos meios de formação da opinião pública⁴⁰, acentua-se a partir dos anos 2000 – como resposta opressiva às mobilizações – como estratégia mais articulada e permanente para desqualificar de forma bastante generalizante a ação política das ONGs e movimentos sociais de defesa de direitos.

Essas estratégias têm por princípio – o que é denunciado pelos movimentos sociais como iniciativas de “criminalização” desses sujeitos – desqualificar suas demandas e questionamentos e enfraquecer organizações e resistências à ordem instituída. A essa produção de hegemonia da “criminalização” aliam-se iniciativas de repressão do Estado e outras, criminosas, por parte das elites latifundiárias no campo e das milícias nas cidades.

É importante lembrar que a criminalização como ação mais permanente por parte das elites sucede o que ocorreu nos anos de 1990 – especialmente a partir do evento da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio / ECO 92), como vimos. Na década anterior, as organizações não governamentais passam a ser mitificadas, concebidas pelo senso comum como os agentes capazes de “resolver o que o Estado não faz”, concepção apropriada como clara estratégia de esvaziamento da responsabilidade pública estatal.

³⁸ A partir dos anos de 1990, especialmente com a (contra) reforma neoliberal do Estado brasileiro, criam-se mecanismos de repasse direto de recursos públicos como mecanismo de descentralização político-administrativa de políticas públicas. Segundo a proposta do então Ministro da Administração e Reforma do Estado (MARE), Sr. Luis Carlos Bresser Pereira, institui-se a figura do “público não estatal”, com vistas a garantir a implementação de políticas públicas a partir da realização de convênios ou outros mecanismos jurídicos de repasse de recursos para execução de “serviços não exclusivos do Estado”. No esteio desse processo de esvaziamento das funções e deveres estatais, diversas organizações e movimentos da sociedade civil questionam essa racionalidade de descentralização pautada na construção do Estado Mínimo. A ABONG, assim como a FASE e outros aliados, constroem criticamente leituras fundamentadas sobre a importância de edificar um marco regulatório capaz de assegurar o financiamento público de atividades da sociedade civil compromissadas com o fortalecimento de direitos humanos e da democracia, mas rechaçando essa lógica de “precarização e de terceirização das políticas públicas”. Para maiores informações sobre o PDMARE acessar: <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>.

³⁹ A contradição que funda a formação social brasileira advém da concentração agrária, aglutinando, por um lado, latifundiários e representantes do agro-negócio e, por outro, camponeses e pequenos agricultores desprovidos dos meios de produção. Cf. MARTINS (2000)

⁴⁰ Referimo-nos, especificamente, às reportagens veiculadas pelo jornal impresso O Globo em 22.11.2005, relatando a descoberta de irregularidades por parte do Tribunal de Contas da União (TCU) em 28 organizações que prestaram alguma forma de convênio entre 1999 e 2005. A abordagem completa consta de Relatório de Atividades Anual do TCU 2006, acessível através do link http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/publicacoes_institucionais/relatorios/relatorios_atividades/Relat%C3%B3rio_Atividades_Anual_%202006.pdf. Cabe ressaltar que o conjunto de reportagens em diferentes canais de mídia sobre o tema, impulsionou a implementação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs junto ao Senado, capitaneada pelo Senador Heráclito Fortes (DEM). Mesmo com o encerramento da CPI, sem concretizar as denúncias que a impulsionaram, recorrentemente o tema ONGs e acesso a recursos públicos tem retornado à pauta política, sendo bastante problematizada por entidades como a ABONG. Para maiores informações, acesse: www.abong.org.br.

Nesta década, vivencia-se uma guinada de criminalização clara das organizações, especialmente em relação aquelas fundamentais para o questionamento sobre o modelo de desenvolvimento e o padrão de democracia que se consolida no Brasil. Não à toa, neste tempo, emergem com muita força, articulações do alcunhado campo do “terceiro setor”, a partir dos movimentos da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e do Investimento Social Privado (ISP)⁴¹.

Atenta a esses processos, a FASE contribui em adensar o debate público e das redes sobre o papel político das ONGs na sociedade e sobre a relação com o Estado, inseridas em universo muito mais amplo das organizações sem fins lucrativos. Sempre nessa perspectiva de integrar sua agenda política a processos coletivos, a FASE compõe desde a fundação, a direção ou espaços de gestão política da ABONG⁴². Essa instância, conformada como vimos em 1991, passa a ser sujeito político nacional que problematiza e denuncia essa tentativa de aniquilamento da importância de organizações da sociedade civil na construção dos direitos humanos, na defesa de outro modelo de desenvolvimento e na garantia de perfil de cidadania alinhado com a justiça social no Brasil.

A FASE materializa crescentemente em agenda institucional o trato de questões históricas, com as quais lida, e que são relacionadas aos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.

A partir de 2001, cria o Projeto DHESCA, inicialmente sob a coordenação de Pedro Claudio Bocayuva Cunha, o Cunha. Ele passa a refletir e desenvolver atividades relacionadas a esse campo de relações políticas. Além da permanente reflexão sobre os direitos humanos em sua integralidade e indivisibilidade, pensado nas dimensões econômica, social, cultural e ambiental, a FASE consolida-se integrando articulações importantes, como a Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD), a partir de final dos anos 1990. Dessa forma, a Plataforma DHESCA Brasil⁴³, da qual a FASE faz parte, nasce:

⁴¹ Os movimentos da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e do Investimento Social Privado (ISP) emergem em contextos e países distintos, porém a partir do universo das empresas, com a clara perspectiva de disputar hegemonia sobre o papel político do Mercado no trato das manifestações da questão social. Para maior aprofundamento sobre os movimentos. Cf. GARCIA (2004); CESAR (2008) e ABONG (2010), além de informações em sítio institucional do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) www.gife.org.br e do Instituto Ethos www.ethos.org.br.

⁴² A ABONG é importante articulação de entidades não governamentais, conglomerando em torno de 300 organizações em todo o Brasil. Para maiores informações, acessar www.abong.org.br.

⁴³ Várias organizações integram a Plataforma DHESCA Brasil. Contam com o apoio, nesse processo, de agências de fomento como o EED, a ICCO, a Misereor, a Fundação Ford, entre outras, além das que integram o Processo de Apoio e Diálogo (PAD). O Processo de Apoio e Diálogo (PAD) tem incorporado a agenda de direitos humanos como temática permanente em sua agenda política.

como um capítulo da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD), que se articula desde os anos 1990 para promover a troca de experiências e a soma de esforços na luta pela implementação dos direitos humanos, integrando organizações da sociedade civil de diversos países, em especial do Peru, Equador, Argentina, Chile, Bolívia, Colômbia, Paraguai e Venezuela.⁴⁴

Sendo que:

No Brasil, o início da articulação foi mais intenso. Depois, o processo se tornou esparsos e pontual. Foi necessária, então, uma reorganização, a qual culminou, em 2000, com o surgimento de uma coordenação colegiada, composta por representantes do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Rede de Articulação e Ação pelo Direito Humano a se Alimentar (FIAN Brasil), Centro de Justiça Global (CJG), Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), Comissão de Justiça e Paz de São Paulo (CJP-SP) e Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Este grupo assumiu a responsabilidade de criar condições de fortalecer a Plataforma Dhesca Brasil, em consonância com o processo continental, e empreender um processo de articulação de entidades com atuação reconhecida neste campo.⁴⁵

A relevância desse trabalho⁴⁶, em especial do papel da FASE no Projeto Relatores Nacionais⁴⁷, permitiu que a FASE incorporasse e sistematizasse de forma mais permanente reflexões em torno dos direitos humanos. Dialogando com diferentes sujeitos em plano latino-americano e nacional.

Em 2007 a Plataforma, integrando-se a processos como o Fórum Social Brasileiro, em Belo Horizonte, incorpora a reflexão sobre modelo de desenvolvimento articulando-a às limitações à garantia de direitos humanos. Para a organização, o trabalho desenvolvido pelo Projeto DHESCA da FASE, gerou publicações coletivas e contribuiu, em articulação com o Núcleo de Relações Internacionais, para maior apropriação em relação ao campo dos Direitos Humanos.

⁴⁴ DHESCA. Para maiores informações consultar sitio www.dhesca.org.br

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ No conjunto de resultados, apenas em 2001 mais de 550 lideranças são capacitadas para o diagnóstico e ação de advocacy em DESC, em atividades em 4 estados (Espírito Santo, Pará, Bahia e Rio de Janeiro).

⁴⁷ O Projeto Relatores Nacionais nasce em 2002. Em 2003 várias organizações que constroem o Contra Informe do PIDESC, apresentado ao Comitê DESC da Organização das Nações Unidas (ONU), com vistas a denunciar violações contra direitos humanos cometidas no Brasil. Segundo informações do sitio da Plataforma, "em outubro de 2003, realizou-se, em Brasília, o Seminário sobre Estratégias conjuntas de Atuação em DEIC que, além de aprovar o marco de orientação da Plataforma, acumulou elementos para o Plano de Atuação Trienal (2004-2006) e, ainda, aprovou o ingresso de mais de trinta novas organizações e elegeu a coordenação nacional. O seminário é considerado o marco de reconstituição da Plataforma DHESCA no Brasil". (Cf. DHESCA. www.dhesca.org.br).

Nesse movimento de se repensar, reorganizando-se institucionalmente a partir da integração de novas temáticas e constituição de redes, a FASE desenvolve seu Plano Estratégico Institucional 2002-2004, buscando inclusive, melhor formato de ordenamento de suas atividades. Transita, nesse momento, do modelo de organização em “núcleos” para o de Programas Nacionais, mantendo setores estratégicos de assessoria e consolida internamente as bases da estratégia integrada de captação de recursos⁴⁸.

Pequeno parêntese sobre um dos desafios que passam a ser centrais para o desenvolvimento institucional da FASE: a partir dos anos de 1990, progressivamente, a rede de Cooperação Internacional e outras agências financiadoras deixam de financiar estruturas institucionais das organizações da sociedade civil. Apesar de perder importantes apoios institucionais, a FASE teve o privilégio de conservar reduzido, mas estratégico núcleo de financiadores institucionais.

A FASE, assim como outras organizações de educação e de desenvolvimento, testemunham as mudanças drásticas de critérios de financiamento nas dinâmicas de relação da cooperação entre países do Norte e do Sul. Temas e projetos passam a orientar a prioridade dos investimentos. Dentro das marcas da hegemonia neoliberal, significativa parte das agências curva-se à racionalidade de apoio a atividades pontuais. Isso exigindo resultados quantitativos como resposta aos recursos enviados. Como vimos, a parceria institucional entre cooperação e organizações brasileiras nos tempos anteriores configurava alianças importantes de resistência política às ditaduras na América Latina - servindo como base para a redemocratização. A partir da ideia da consolidação da democracia no Brasil e da sua percepção como um país de renda média, inicia-se processo diferenciado de mudança de política das agências da cooperação.

As agências internacionais de fomento que integram a rede de cooperação passam a priorizar, então, o financiamento de temas que são considerados relevantes para a agenda política internacional, como a questão ambiental, o combate às desigualdades de gênero e a Amazônia, além de fomentar projetos com claras características de amenização da pobreza. Soma-se a isso, a percepção, bastante simplista, que as entidades brasileiras em contexto de democracia consolidada, deveriam buscar recursos junto aos seus governos e à sociedade difusa, de forma geral – nos moldes das relações em curso na Inglaterra, Holanda e Canadá.

⁴⁸ A captação de recursos institucionais sempre se constitui em elemento particular ao mundo das ONGs, constituída a partir das relações políticas em torno de projetos de sociedade desde os anos de 1960, como pudemos ler nos capítulos anteriores. No entanto, ao se profissionalizar ao longo dos anos, as organizações não governamentais passam a ter requisitos institucionais, jurídico-legais que organizam esses processos de captação de recursos tanto na chamada Rede de Cooperação Institucional, quanto em relação aos Estados nacional e de outros países. A FASE, assim como outras organizações, obtinha financiamentos institucionais, que permitiam a partilha interna e o financiamento mais equânime das atividades e estruturas. Com a mudança de perfil e de critérios da chamada Cooperação, a partir de transformações conjunturais e de crise estrutural, novos mecanismos precisaram ser criados, sob pena de comprometimento do desenvolvimento institucional.

A FASE realiza em 2005-2006 uma reflexão interna sobre a construção de estratégias da relação com a Cooperação Internacional. A partir de sua história de relação política com a rede, calcada na legitimidade construída em seus primórdios pelos exilados políticos e sujeitos que lutaram pela redemocratização, a FASE sistematiza quem são, historicamente, seus apoiadores, organizando-os em blocos não homogêneos, a saber: (a) as agências protestantes; (b) as agências católicas; (c) as agências européias não confessionais; (d) as fundações partidárias alemãs e (e) as fundações privadas.

O mapeamento sobre os tipos de apoiadores da organização advém da história sólida de formação política de seus quadros, mas, também, do amplo campo de relações institucionais e políticas nas quais a FASE investe ao longo de anos. Isso a partir da crença da relevância de processos coletivos para transformações da história.

Dessa forma, como iniciativa dissonante da tendência ao conservadorismo no campo da cooperação internacional, visando debater novos rumos sobre a cooperação entre países do Norte e do Sul, afirma-se na década de 2000 a rede do Processo de Articulação e Diálogo (PAD). O Processo de Articulação e Diálogo (PAD) constitui-se no ano de 1995, integrando seis agências ecumênicas europeias de fomento e diversas entidades da sociedade civil parceiras no Brasil: representantes de movimentos sociais, entidades ecumênicas e ONGs⁴⁹.

Como mencionado no capítulo anterior, é importante ressaltar o quanto a FASE valoriza essa iniciativa. Tendo assumido, por muitos anos, não apenas assento nos espaços de representação do Processo de Articulação e Diálogo (PAD), mas, especialmente, contribuído com sua secretaria e animação. A partir da consolidação do PAD na virada dos anos 1990 para 2000, a FASE contribui para problematizar a centralidade da relação entre modelo de desenvolvimento e desafios para a consolidação dos direitos humanos.

As entidades da sociedade civil que integram o PAD permitem maior sinergia e articulação entre organizações ecumênicas, ONGs, movimentos sociais em torno dos mecanismos de financiamento internacional que assegurem lutas por direitos humanos e formação política, como pedras fundantes da construção do desenvolvimento sustentável. Também para afirmação de modelo de cidadania que se contraponha ao modelo formal de cidadania burguesa, no qual prevalecem direitos individuais lastreados pela propriedade em contraposição aos direitos sociais e coletivos.

⁴⁹ Segundo informações oriundas do sítio do PAD, "as organizações, atuantes na Amazônia, nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste (...) soma[va]m 165 organizações parceiras no Brasil, distribuídas da seguinte forma: Setorial de Entidades Ecumênicas, Setorial de Movimentos Sociais, Setorial de Organizações não Governamentais e Setorial de Agências agora composto por agências ecumênicas de diversos países. Criado em 1995, o PAD orientou sua atuação na busca da promoção de uma nova cultura de diálogo multilateral e na construção de um espaço de compreensão das políticas de cooperação internacional. O ecumenismo e o multilateralismo sempre foram valores norteadores desta articulação. A interação e a parceria ativa entre agências de cooperação e parceiras brasileiras é um valor intrínseco a estrutura da rede, que se pauta pela busca de uma nova solidariedade entre o Sul e o Norte".

É nesse sentido que a FASE traz em seu histórico, investimentos em qualificar junto às entidades internacionais que investem no Brasil, qual a natureza de fomento e como podem se constituir as relações entre o que se denomina de entidades “parceiras” na Rede de Cooperação. Esse acúmulo se expressa na FASE não apenas nas ações do setor de Relações Internacionais, mas a partir da trajetória de seus dirigentes ao longo dessas cinco décadas.

A revisão de critérios para financiamento das organizações da sociedade civil nos países do Sul gera, portanto, redesenho drástico, no universo das ONGs históricas, sobre a forma como devem se estruturar face aos limites da captação de recursos em relação à cooperação internacional. Para a FASE, longe de passar despercebido, tal fato demanda releituras internas sobre como programas e Núcleos se organizam para lidar com a diversidade e complexidade internas, que, à medida que amealha financiamentos distintos, começa a gerar desigualdades intra-institucionais, podendo comprometer o desenvolvimento organizacional.

É dessa forma que o desenho institucional expressa as questões centrais acumuladas na história de sua existência, mas também na capacidade de assimilação e resposta às questões estruturais e conjunturais, tanto nacionais, quanto internacionais. E, centralmente, visa enfrentar esse desafio de, a partir do seu novo formato, construir integração entre as diferentes instâncias da organização.

Como base dessa estratégia, a FASE passa a organizar-se a partir da constituição coletiva de uma Agenda Nacional, gerida pela DIREX e balizadora das ações dos Núcleos Nacionais. Sua estrutura até o início dos anos 2000 conformava a existência de três Núcleos Nacionais de áreas temáticas (Meio Ambiente e Desenvolvimento, Trabalho e Renda, Cidadania, Política Pública e Questão Urbana), além da existência de um diretor executivo da entidade, Jorge Eduardo Saavedra Durão.

Há os Programas Regionais com portes distintos (Rio de Janeiro, Nordeste, Mato Grosso e Pará / Amazônia e os micro-regionais de Itabuna, do Espírito Santo) e setores de assessoria, como o SAAP e Projetos, como o DHESCA, que adquire na década crescente importância para a agenda institucional. Além disso, a estrutura administrativa da organização sempre conferiu à FASE segurança jurídica e formal para suas ações políticas.

As Unidades Nacionais, agora denominadas Núcleos, passam a assessorar os Programas Nacionais, mas desenvolvem projetos próprios, os quais dialogam e contribuem com Programas nacionais e regionais. São essas unidades o Núcleo de Relações Internacionais, o Núcleo Gênero e o Núcleo de Comunicação, Publicações e Mobilização de Recursos. Os esforços permanentes são de promover a integração em uma entidade dessa magnitude e com essa diversidade de ações, de frentes de alianças e diálogos com movimentos sociais, redes, articulações e plataformas da sociedade civil brasileira e internacional.

Articulado à Direção Executiva (DIREX) e composto por representantes de distintas unidades, Núcleos e Programas institucionais, o Grupo de Trabalho de Gênero (GT Gênero) conforma-se como espaço de reflexão político-educativa e de construção de estratégias coletivas. Sendo estas capazes de contribuir para desnaturalizar as desigualdades e opressões de gênero no cotidiano e impulsionar ações que fortaleçam as mulheres como sujeitos políticos de suas próprias vidas.

Sob essa perspectiva, o Grupo de Trabalho nasce de investimentos realizados pela FASE em rever sua política interna e capacitar-se para melhor compreensão em torno das relações sociais de gênero. Isso desde a implantação do Programa Interinstitucional de Capacitação em Gênero (PIC-Gênero), ainda na década anterior, como vimos. Toda essa demanda decorre do profundo envolvimento cotidiano da FASE nas relações com movimentos sociais – e suas contradições – e com grupos de mulheres em cada região em que atua nas lutas cotidianas por um mundo melhor.

Para além de contribuir para repensar suas relações políticas, as relações internas de democracia, a FASE passa cada vez mais a contribuir na proposição e elaboração de políticas públicas, projetos demonstrativos⁵⁰ e na produção de indicadores que permitam desvelar e enfrentar as desigualdades sócio-historicamente construídas entre homens e mulheres. Uma das formas de reconhecimento do compromisso institucional da FASE com a luta pelos direitos das mulheres aparece na indicação da FASE para coordenação do fórum do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA). Além do diálogo e integração nas redes e articulações como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)⁵¹.

Nesse momento institucional, de início do trienal de 2002, são elaboradas leituras que balizam os nomes e objetivos dos três Núcleos nacionais, tendo por eixos:

- a) a necessidade de construção de um novo projeto de desenvolvimento, pautada na certeza do esgotamento do paradigma atual e na emergência de novos sujeitos políticos e formas organizativas no cenário nacional após a redemocratização;

⁵⁰ Como mencionado no capítulo anterior, ressalta-se a importância do Projeto Disk Mulher Baixada, desenvolvido em São João de Meriti nos anos 1990, o investimento em formação feminista e de fortalecimento e articulação do Fórum do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), o apoio à Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e à Marcha das Margaridas, movimento ligado às mulheres trabalhadoras rurais/camponesas e à Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). Para maior aprofundamento sobre a história, composição e relevância desses movimentos, cf. Marcha Mundial das Mulheres www.sof.org.br/marcha; Marcha das Margaridas www.contag.org.br.

⁵¹ São duas articulações distintas, integradas por entidades feministas de campos diferentes no âmbito do movimento feminista. Ambas empenham-se no combate às desigualdades de gênero. No entanto, enquanto a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), secretariada no Brasil por organizações como a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), de São Paulo e pela Casa da Mulher Trabalhadora (CAMTRA), no Rio de Janeiro, constitui iniciativa de articulação de movimentos sociais, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) é integrada por mulheres feministas, dentre elas, mulheres da FASE, como Ranússia, então da UNIP, Wania Sant'anna, assessora nacional e Maria Emilia Lisboa Pacheco. A despeito das discordâncias políticas e metodológicas entre as duas iniciativas, a FASE opta por dialogar com ambas. Cf. <http://www.articulacaodemulheres.org.br/am>; <http://www.sof.org.br/marcha>.

B) a incorporação de enfoque inovador sobre a sustentabilidade, considerando sua viabilidade à necessária articulação entre conceitos de biodiversidade, sociodiversidade, direitos sociais, econômicos e ambientais, à cultura e às relações sociais de gênero e relações étnico-raciais;

c) o permanente investimento ao que nesse universo se denomina de sujeitos sociais coletivos, com vistas a contribuir para romper com a crescente individualização e o sentimento de disputa e competição bastante insuflado pelo neoliberalismo, assim como a fragmentação promovida a partir da fragilização dos movimentos sociais com a crise econômica e política dos tempos atuais.

A FASE realiza a opção de destinar à Direção Executiva (DIREX), na sua atribuição de gestão política institucional, o papel de gerir e coordenar a Agenda Nacional da FASE. Dialogando de forma integrada com a transição de núcleos temáticos para Programas Nacionais.

Se o triênio de 2002 a 2004 apresenta linha de continuidade às questões suscitadas nos documentos de planejamentos da virada do século, os debates internos, bem como as relações institucionais no sólido campo de alianças com movimentos sociais, impulsionam a entidade para uma nova conformação temática. Agora se estrutura como Programas Nacionais articulando os escritórios locais da FASE: Programa Nacional de Agroecologia e Segurança Alimentar, Programa Nacional pelo Direito à Cidade e Programa Nacional Direito ao Trabalho e à Economia Popular e Solidária.

A relevância do trabalho da FASE na secretaria e como integrante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)⁵², gera a indicação pela sociedade civil, a partir do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), para que a antropóloga e diretora desse Programa na instituição, Maria Emília Lisboa Pacheco ocupe assento pela sociedade civil no Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). No ano seguinte, em 2006, as entidades do campo da agroecologia organizam o II Encontro Nacional de Agroecologia (II ENA), aglutinando mais de mil experiências agroecológicas com base na agricultura familiar do país consolidando importante espaço de contraposição e contra-hegemonia ao Agronegócio, traduzindo as bases do que se espera de um modelo alternativo de desenvolvimento para a sociedade⁵³.

⁵² A Articulação Nacional de Agroecologia é criada em 2002, após o I Encontro Nacional de Agroecologia (I ENA), na cidade do Rio de Janeiro. Esse Encontro refletiu o acúmulo de vários anos das organizações da sociedade civil na promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura. A articulação reúne movimentos sociais, organizações da sociedade civil e redes com objetivo criar "interação e mútua fecundação entre essas redes e organizações para que, juntas, possam construir crescentes capacidades de influência nos rumos do desenvolvimento rural no Brasil". Cf. AGROECOLOGIA. <http://www.agroecologia.org.br> Acesso em: 15 ago 2011.

⁵³ Segundo documentos institucionais da FASE e relatos das entrevistas, esse encontro "Constituiu-se em importante espaço de troca de experiências; construção de estratégias comuns de fortalecimento da agroecologia; e de formulação de propostas de políticas públicas para a ampliação do alcance das iniciativas de fortalecimento da produção familiar". (FASE. Resultados do Trienal 2005-2007, 2007).

Junto a isso, há o acúmulo de projetos demonstrativos agroecológicos (ver boxes), em especial a partir dos Programas Regionais do Pará e do Mato Grosso, os quais contribuem para a construção dessa legitimidade e para o acúmulo de certa *expertise* sobre o tema. Dessa forma, é o reconhecimento e a legitimidade institucional da FASE que impulsionam o redesenho do Núcleo Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento em Programa Agroecologia e Direito à Segurança Alimentar. Envolvendo os programas regionais da Amazônia (Pará), Itabuna (BA), Vitória (ES) e Cáceres (MT).

Esse novo programa traduz a bagagem de experiências da FASE nos últimos anos, produzida não apenas a partir das alianças com movimentos sociais. Sendo isso exemplificado pelas contribuições na elaboração de propostas de plataformas como da “Marcha das Margaridas”⁵⁴ e promoção de interação dos conteúdos das bandeiras da Agroecologia e segurança alimentar e nutricional, informada pela reflexão da crítica feminista à visão dominante da economia sobre o trabalho das mulheres no campo.

A centralidade dos investimentos da presença do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar no Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) em 2005 centrou-se na elaboração da Lei Orgânica de Segurança Alimentar (LOSAN), parte da política regulatória do setor e base para se construir a Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSAN) nos anos seguintes.

Na dimensão urbana, a FASE estrutura-se nessa década a partir do Programa Nacional Direito à Cidade, sob a direção nacional do sociólogo Orlando Alves dos Santos Junior. Integrado pelos programas da FASE Belém (PA), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ), o

MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO

Em 2006 e 2007 a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Distrito de Itatupã (ATAEDI) e Associação de Pequenos Produtores Rurais de Jararaca (APROJA), assessoradas pela FASE, iniciaram um trabalho de regularização das serrarias e dos extratores de madeira na região do Itatupã, um dos distritos de Gurupá. A experiência foi disseminada para os municípios de Gurupá, Portel, Breves, Melgaço, Curalinho, Afuá, São Sebastião da Boa Vista, todos situados ao longo do Rio Amazonas. A partir deste trabalho as atividades de manejo e inventário florestal começaram a fazer parte do calendário de atividades das comunidades pertencentes a estas associações. O aumento no valor pago pela madeira proveniente de planos de manejo legalizados junto ao IBAMA mostra que além da sustentabilidade na exploração os resultados econômicos são bastante animadores

⁴³ A Marcha das Margaridas é atividade relacionada à Marcha Mundial das Mulheres 2000, sendo mobilização organizada em todo o mundo a partir dessa data. As manifestações da Marcha são promovidas pela Contag, CUT, Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, Movimento de Luta pela Terra, União Brasileira de Mulheres e Conselho Nacional dos Seringueiros e apoiadas pela SOF, Fase, Oxfam, Esplar e Tijupá. Cf. http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=276:marcha-das-margaridas-2000-razoes-para-marchar-contra-a-fome-probreza-e-violencia-sexista&catid=72:numero-90-julho-de-2000&Itemid=129. Acesso em: 10 junho de 2011.

Programa Nacional Direito à Cidade orienta-se pelos pressupostos da Reforma Urbana, agenda que a FASE ajudou historicamente a construir. Nessa década, secretaria o Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNRU) e apresenta como resultados centrais, dentre inúmeros, a conquista de políticas públicas importantes, como a promulgação do Estatuto das Cidades (2001). Além da aprovação pelo Congresso Federal, em 2005, do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Em 2006, o Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNRU) e a Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (FNSA) assumem papel de destaque na proposição de projeto de lei que institui a Política Nacional de Saneamento, aprovado em 2006 no Senado e na Câmara Federal. Incorporando várias propostas aprovadas no Conselho Nacional das Cidades (CONCIDADES).

Ressalta-se a relevância da organização, sempre integrada a trabalhos coletivos, junto às entidades do Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNRU) em promover pressão permanente ao longo de todos os anos, tanto a partir da liderança que exerce em assento no Conselho Nacional das Cidades (CONCIDADES), quanto pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana, como na mobilização da sociedade civil⁵⁵ para pressão por políticas públicas afirmativas de direitos. Um dos exemplos é a realização da Marcha Nacional da Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade, realizada em agosto de 2005 em Brasília (DF).

O investimento permanente na formação política de lideranças populares é uma marca expressiva da FASE e, necessariamente, do Programa. A partir do Observatório das Metrôpoles (FASE-IPPUR/UFRJ)⁵⁶, parceria para projetos de extensão e pesquisa realizada com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal Fluminense (UFRJ), a FASE cria, ainda em 1999, na cidade de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, a primeira edição do Curso de Conselheiros. Projeto de formação em políticas públicas e gestão municipal, voltado para qualificar a atuação de conselheiros municipais nas esferas públicas de controle social. O projeto não apenas consolida-se, como seu modelo é adotado pelos demais programas regionais da FASE.

⁵⁵ Segundo registros em documentos institucionais da FASE, a promoção da Marcha pela Reforma Urbana, capitaneada pelo Fórum Nacional pela Reforma Urbana propiciou "atos em 13 capitais brasileiras e a Marcha à Brasília reuniu mais de 5.000 pessoas, oriundas de cerca de 20 estados da federação, que caminharam por mais democracia, mais recursos para as políticas urbanas e mais justiça social no nosso país, a FASE foi um ator protagonista fundamental na articulação do movimento pela reforma urbana, contribuindo, decisivamente, no âmbito do FNRU, para a organização de novos fóruns regionais e o fortalecimento dos já existentes, para a viabilização da Marcha Nacional da Reforma Urbana e a difusão da plataforma pelo direito à cidade" (Trienal 2005-2007, Resultados, FASE).

⁵⁶ O Observatório das Metrôpoles (FASE - IPPUR/UFRJ) tem início como Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (FASE - IPPUR/UFRJ) em 1999. Desenvolve pesquisas e projetos de extensão e, logo, consolida-se como ampla rede de pesquisadores, em aliança com organizações da sociedade civil, assegurando o princípio de função social da universidade pública.

A FASE Recife (em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco/UFPE) e a FASE Belém⁵⁷, na relação com a Universidade Federal do Pará/UFPA, passam a integrar a rede do Observatório das Metrôpoles (FASE-IPPUR/UFRJ), desenvolvendo também por edições anuais o Programa Interdisciplinar de Políticas Públicas e Gestão Local. Essa iniciativa volta-se não apenas para lideranças comunitárias, mas também para gestores, visando, efetivamente, contribuir para que as esferas públicas de participação e controle social assumam caráter mais qualificado e voltado para a elaboração de políticas públicas afirmativas de direitos. Essa iniciativa contribui, também, para que a FASE internamente reflita sobre a ocupação dessas esferas a partir da atuação de sujeitos sociais em redes e fóruns⁵⁸.

Por sua vez, o Programa Nacional Direito ao Trabalho e à Economia Popular e Solidária, tendo o diretor Pedro Cunha Bocayuva à frente, demarca o triênio contribuindo com a sistematização de experiências sobre consumo responsável e comércio justo. O adensamento das reflexões junto aos grupos de economia solidária permite, em 2006, a publicação de "*Normativa Pública para o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário*", através da participação no grupo de trabalho interministerial paritário com membros da sociedade civil e ministérios envolvidos na temática"⁵⁹. A FASE integra, nesse processo, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Dentre inúmeras articulações institucionais e populares, a partir da atuação no Fórum, a FASE é indicada a contribuir no Conselho Nacional de Economia Solidária (CONAES). Ela anima, junto a movimentos e organizações outras, redes internacionais. Especialmente representando o conjunto da América latina no Conselho de Administração (CA) da Rede Intercontinental de Economia Social e Solidária (RIPESS). Representando a Rede FACES - de comércio justo e solidário - na MESA Coordenadora Latinoamericana de Comércio Justo e Mercosur Solidário⁶⁰ e integrando o Comitê Gestor do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC)⁶¹.

⁵⁷ A FASE Belém cria o observatório regional como Observatório de Políticas Públicas Conhecimento e Movimento Social na Amazônia COMOVA (FASE/UFPA).

⁵⁸ Dessa experiência nascem diversas publicações no Rio de Janeiro, Belém e Recife, a partir dos programas sistematizando as experiências de assessoria a movimentos e dilemas e limites da participação e do controle social.

⁵⁹ FASE, op. cit., 2007

⁶⁰ A proposta de Mercosur Solidário nasce em 2003 como uma plataforma articulada por mais de 150 organizações não governamentais e movimentos sociais latino-americanos da Argentina, Brasil, Uruguai, Chile e Paraguai visando propor estratégias de integração regional que priorizem a dimensão social, a garantia da democracia participativa nos países do continente e a defesa de direitos dos povos. Cf. http://mercosursocialsolidario.org/index.php?option=com_content&task=view&id=483&Itemid=123.

⁶¹ Segundo documento de avaliação do Triênio 2005-2007, "o Projeto de Acompanhamento e Avaliação do Proninc, começou em abril de 2005, sob coordenação da FASE, com realização de visitas de acompanhamento às 33 incubadoras apoiadas pelo Proninc e a 91 empreendimentos incubados, além da promoção de quatro encontros: o "Primeiro Seminário Nacional de Incubadoras do Proninc" (São Paulo, maio de 2005), a "Oficina de Empreendimentos e Incubadoras do PRONINC no Nordeste" (Fortaleza, outubro de 2005), o "Seminário: Cadeia Produtiva da Reciclagem e Legislação Cooperativista" (Juiz de Fora,

Ainda na metade da década, como parte do Projeto SEMEAR, da FASE Bahia, em parceria com a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF BA) e sujeitos locais, realizam o que denominam de Plano de Desenvolvimento Local⁶². Visando potencializar processos de solidariedade e de criação de alternativas de trabalho e renda com turmas localizadas na região Oeste e na Serra Geral do estado da Bahia. No estado da Bahia, a FASE desenvolve encontro regional para difundir e debater o Estatuto da Igualdade Racial, dentro da perspectiva de trabalhar as desigualdades étnico-raciais.

Cada programa nacional envolve os programas regionais com atividades locais articuladas à estratégia mais ampla construída a partir da agenda nacional. O Programa Nacional de Trabalho e Renda, especialmente, contribui nesse momento para a animação de conferências municipais de economia solidária em 2006 nos estados do Rio de Janeiro e do Pará.

Quadro 1 – Estrutura Institucional da FASE em 2005 Programas Nacionais

PROGRAMA	ENFOQUE	LINHAS DE AÇÃO
Programa Agroecologia e Segurança alimentar	O novo programa baseia-se nos acúmulos da FASE nos últimos anos: (i) no plano dos projetos demonstrativos agroecológicos, combinados com programas de formação junto a setores do campesinato, especialmente no Pará e Mato Grosso; (ii) na articulação de redes e fóruns, especialmente pelo papel da FASE na criação da Articulação Nacional de Agroecologia, sua construção no âmbito nacional e nos estados da Amazônia e pela participação na coordenação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional; (iii) e ainda, pelas contribuições dadas na elaboração de propostas de plataformas como da Marcha das Margaridas, e promoção de interação dos conteúdos das bandeiras da agroecologia e segurança alimentar e nutricional, informada pela reflexão da crítica feminista à visão dominante da economia sobre o trabalho das mulheres no campo.	L.1. Manejo de agroecossistemas sustentáveis e desenvolvimento rural sustentável. L. 2. Associativismo e redes de comercialização. L.3. Articulação de sujeitos políticos: mobilização, participação e controle social.

maio de 2006) e o “Seminário Nacional de Avaliação do Proninc” (Rio de Janeiro, novembro de 2006). Com metodologia de avaliação participativa, o projeto possibilitou ao final do ciclo de encontros e visitas, a exposição e debates dos resultados alcançados pelo Programa a partir da percepção da FASE (enquanto avaliação externa), dos integrantes do Comitê Gestor, das Redes de Incubadoras e dos empreendimentos incubados, permitindo a visualização de perspectivas futuras e contribuindo para o processo de institucionalização do Proninc. Como desdobramento desta iniciativa, foi elaborado e aprovado o Projeto de Acompanhamento e Avaliação da Rede de Tecnologia Social, centrado nos temas relativos às metodologias de incubação de empreendimentos solidários, com enfoque na reaplicação das metodologias para prefeituras, universidades e ONG's” (Avaliação trienal, 2005-2007).

⁶² Os investimentos da FASE Bahia, em 2007, recuperam elementos da educação popular ao investir na formação de agricultores no projeto “Gestão em Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Elevação de Escolaridade ao Ensino Fundamental de Adultos do Meio Rural”. Segundo os relatos institucionais, “a formatura das turmas (iniciadas em 2005) nucleadas em Mutuípe, e Vitória da Conquista, Bahia, certificando 49 ativistas de base e dirigentes sindicais da agricultura familiar” (FASE. Resultados do Trienal, 2005-2007, 2008).

<p>Programa Direito à Cidade</p>	<p>O Programa apresenta enfoque central no desenvolvimento de ações de enfrentamento das desigualdades sociais nas regiões metropolitanas, contribuindo para a consolidação de uma plataforma pelo direito à cidade, articulado à promoção de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. As iniciativas e ações propostas combinam estratégias de atuação nacional e local/regional, incidindo concretamente na qualidade de vida das populações urbanas nas periferias das grandes cidades, atingindo diretamente cerca de 30 mil famílias em situação de risco social. Através de projetos educativos e de políticas de exigibilidade de direitos, a FASE atua diretamente nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste, em três estados do Brasil, organizada no Programa Nacional Direito à Cidade.</p>	<p>L.1. Exigibilidade pelo Direito à Cidade.</p> <p>L.2. Democratização da Gestão das Cidades.</p> <p>L.3. Cultura e Identidade Impulsionando Novas Formas de Coesão Social na Cidade.</p>
<p>Programa Direito ao Trabalho e à Economia Popular e Solidária</p>	<p>Investimento em aprofundar processos de experimentação sócio-produtiva, de capacitação para a autogestão e de organização de uma estrutura institucional de fomento colada nas redes de colaboração e cooperação produtiva, nas cadeias produtivas e nos territórios.</p>	<p>L.1. Nova centralidade do trabalho</p> <p>L.2. Comércio Ético e Solidário</p> <p>L.3. Desenvolvimento local e regional</p>

Fonte: Trienal 2005-2007, FASE.

Na segunda metade da década, a FASE assume papel protagonista na organização do Fórum Social Mundial realizado, em Belém, na região da Amazônia. Produz junto aos movimentos sociais no âmbito do Fórum da Amazônia Oriental (FAOR) o documento *FSM 2009: Amazônia nos convoca a renovar nosso compromisso para um outro mundo possível*, elaborado e distribuído durante a reunião do Comitê Internacional do FSM, reafirmando o documento anteriormente divulgado, intitulado *Compromisso da FASE com uma Amazônia Sustentável e democrática*.

A coordenadora do Programa, Maria das Graças Costa, é indicada pelo Fórum de Mulheres (MMNEPA) e pelo Fórum da Amazônia Oriental (FAOR) para representar, na abertura do Fórum Social Mundial de Belém (janeiro de 2008), a bandeira de lutas das mulheres por direitos e contra a violência sexista. Além disso, a visibilidade dos questionamentos denunciando a inviabilidade do modelo de desenvolvimento hegemônico é impulsionada em campanhas internacionais na França, Bélgica e por meio eletrônico. Os conteúdos do documento subsidiaram o posicionamento da FASE diante da Articulação Soja.

O Fórum Social Mundial de Belém, no ano de 2008, ocorre também em região historicamente marcada pela luta pela Reforma Agrária, gerando lista infindável de mortos, em sua maioria, agricultores e trabalhadores da terra. Há, a partir dessa década, recrudescimento da violência no campo, uma característica presente na trajetória

histórica brasileira. Em aliança com movimentos sociais e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a FASE vivencia um contexto de mortes e prisões de trabalhadores e trabalhadoras rurais na contramão das lutas por assegurar uma Amazônia sustentável e democrática.

Outra adversidade impacta a vida das populações locais: desde 2001 há a retomada dos grandes projetos de infraestrutura, com a construção de dezenas de hidrelétricas na região, violando os direitos das populações habitantes das áreas inundadas e ferindo ecossistemas em nome da manutenção de modelo de desenvolvimento voraz e predatório. A resistência dos movimentos sociais sem terra e indígenas na região, à qual a FASE solidariza-se e se junta na luta, tem como ápice de sua expressão a luta contra a instalação da Usina de Belo Monte⁶³, em Altamira, no Pará.

A FASE, articulada aos povos indígenas, movimentos sociais como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e organizações de trabalhadores rurais, tem contribuído bravamente para o impedimento desse projeto. Em 2008, Maria das Graças Costa, coordenadora do Programa regional da FASE na Amazônia, recebeu o título de honra ao mérito pelos serviços prestados ao estado do Pará. A entidade foi agraciada em homenagem na Assembléia Legislativa do Pará, em protesto silencioso aos legisladores paraenses, que na ocasião homenagearam com o título de “Cidadão do Pará” o diretor-presidente da Eletronorte, consórcio responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Os avanços da entidade na articulação entre temas relevantes como democracia, modelo de desenvolvimento, combate às desigualdades étnico-raciais e de gênero, visando a garantia efetiva de direitos, ganham, portanto, concretude a partir de infindável conjunto de ações políticas diversas⁶⁴, atividades de formação e assessoria a movimentos na década de 2000.

Nos rumos construídos pela organização para o final da década de 2000, a FASE elabora plano trienal de 2005 a 2007. O título, *O Brasil tem fome de direitos: ação local e nacional no enfrentamento das desigualdades sociais*, expressa a clara intenção da FASE em seguir investindo em ações de exigibilidade de direitos e enfrentamento das desigualdades. O

⁶³ Em 2001 o projeto de construção da Usina de Belo Monte é retomado, com a justificativa oficial de enfrentamento do esgotamento da matriz energética. O Projeto prevê a inundação de amplo território na região amazônica, afetando reservas indígenas e ambientais. A FASE, somando-se a diversos movimentos sociais, tem contribuído para a resistência e solidariedade aos povos da região.

⁶⁴ Apenas a título de exemplo, em balanço das atividades institucionais de 2006, “a FASE desenvolveu um total de 996 atividades diretas, atendendo diretamente 113.689 pessoas, além de 151 grupos apoiados pelo SAAP, sendo 52% mulheres. Apesar de ser um ano eleitoral que se caracterizou por grande dificuldade de interpretação do processo político em curso por parte dos diferentes atores e organizações da sociedade civil e continuidade das denúncias contra o governo Lula iniciadas em 2005, este foi um ano menos difícil do ponto de vista do contexto político de intervenção da Fase” [...]. “A realização do 2º turno possibilitou um amplo e intenso debate sobre os 'projetos de país' em jogo,(...) um ano em que a palavra resistência aparece de novo como uma palavra forte, e nos empenhamos para que não houvesse retrocesso na questão urbana e na área de segurança alimentar” (FASE. Relatório de atividades. Ano Base: 2006,

firme foco em direcionar assessoria e formação política de movimentos sociais, visando consagrar em políticas públicas mecanismos que garantam direitos, apresenta-se também como um diferencial da FASE.

Como ONG, a entidade mantém profunda coerência na sua trajetória em não colocar-se como entidade alternativa ou complementar às responsabilidades e deveres públicos do Estado. Entretanto se apresenta o tempo todo como organização compromissada com a justiça social e com os direitos humanos, que visa disputar a concepção de desenvolvimento vigente a partir da qualificação do espaço público. Para tanto, aposta na participação popular, entendendo “público” como espaço de toda a sociedade, fundamental para o aprofundamento da democracia na perspectiva de combate às desigualdades.

Ao término da década, mais precisamente, em 2011, a FASE encontra-se com meio século de vida. As cinco décadas de sua existência parecem pouco para compreender a riqueza de sua existência. Traduzida em tantas ações, iniciativas, construção de relações políticas, de laços de solidariedade, para compreender tantos militantes que passam e que estão na organização, impulsionadas pela indignação com injustiças, engajadas no compromisso de construir mundo justo e igualitário.

A FASE tem mantido em todos esses anos, apesar das crises conjunturais, estruturais e dos dilemas postos ao universo dos movimentos sociais, a coerência histórica na condução seus princípios. Sem deixar de ser sujeito político, de se posicionar publicamente, age em alianças, a partir de redes e fóruns, acreditando na força de processos históricos, construídos de forma coletiva e partilhada.

<< >>

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

ABONG. **Sustentabilidade das ONGs no Brasil**: acesso a recursos privados. Rio de Janeiro: 2010. <http://www.abong.org.br/publicacoes.php>

IBGE/IPEA/ABONG/GIFE Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil FASFIL.

Suplemento Especial anos 2002 e 2005.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/fasfil.pdf> (2002);

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/fasfil.pdf> (2005).

Acesso em 24 de mai 2011.

ACSELRAD, H; MELLO, C. C. do A e BEZERRA, G. das N, **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CESAR, M.J., **Empresa Cidadã**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

GARCIA, J .O., **Negócio do Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. (Coleção Ciências Sociais Passo a Passo).

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária** – o impossível diálogo, São Paulo: Edusp, 2000.

SCHWARTZ, R., As idéias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas** – forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, Ed.34, 2000. (Coleção Espírito Crítico).